

ANEXO VII

Demonstrativos Financeiros.

**Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos
de Água e Esgoto
(Companhia aberta)**

**Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório da Administração 2014	3
Relacionamento com os auditores	29
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	30
Balancos patrimoniais	33
Demonstrações de resultados	34
Demonstrações de resultados abrangentes	35
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	36
Demonstrações dos fluxos de caixa	37
Demonstrações do valores adicionado	38
Notas explicativas às demonstrações financeiras	39

Relatório da Administração 2014

Senhores Acionistas

A Administração da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Um ano de desafios e conquistas

Mais do que ser uma empresa que provê soluções em saneamento, nós da Prolagos assumimos o compromisso de melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes dos cinco municípios na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, onde atuamos.

Ao adotarmos uma gestão com foco na sustentabilidade e com ações pautadas em dados obtidos através das diversas ferramentas tecnológicas, muitas delas desenvolvidas nas nossas bancadas, deixamos transparecer uma imagem crível fundamental para garantir a nossa sobrevivência à longo prazo. É sempre importante ressaltar que somos uma empresa regulada e que essa condição nos favorece a perseguir compromissos assumidos dentro de uma regra que preserva o equilíbrio econômico financeiro do nosso contrato. Esse quadro gera um diferencial competitivo importante, que reforça nosso comprometimento com o futuro e com a garantia de resultados. Baseados na necessidade de um bom relacionamento, com nossa comunidade, convivemos com respeito, e norteados pelos compromissos assumidos temos hoje um quadro que aponta uma cobertura de água em 93% e de esgoto em 76%, uma das melhores do estado do Rio de Janeiro.

Essa realidade foi possível graças ao esforço de cada um dos mais de 450 colaboradores diretos e indiretos que compõe o time da Prolagos. Para manter a motivação de nossa equipe temos um atraente programa de benefícios que nos coloca em destaque na região que atuamos.

No aspecto operacional tivemos um ano de 2014 com muitos desafios, devido a problemas ocorridos no início do ano, quando houve dois rompimentos em nossa adutora em pleno período de Réveillon e os reflexos destes incidentes estenderam-se até o final do mês de janeiro. Ainda em janeiro, e por conta das dificuldades que passamos em relação ao fornecimento de água para parte da população, recorde histórico na região, adotamos algumas ações operacionais que se prolongaram pelo mês de fevereiro a fim de minimizar possíveis impactos que pudessem ocorrer. Estas ações renderam resultados positivos e passamos pelo período de carnaval de forma satisfatória.

Terminada a temporada de verão, juntamente com a equipe da AEGEA foi feita uma avaliação dos problemas vividos e adotado um planejamento com medidas estruturantes a fim de proporcionar mais tranquilidade aos nossos usuários, principalmente para a temporada de verão de 2015. Foram decisões importantes e as obras ocorreram dentro do planejado graças ao comprometimento de todos da equipe da Prolagos e da AEGEA, que entenderam a importância e a necessidade de se adequar a uma nova realidade na região. Ao todo foram investimentos da ordem de R\$ 101,5 milhões.

Foram implantados mais de 330 quilômetros de rede de distribuição de água, beneficiando mais de 45 mil pessoas assim como novas adutoras em locais que necessitavam de um reforço para o transporte de água. Houve melhorias nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e a capacidade de produção de água foi ampliada em 25% em relação a novembro de 2013, além da implantação de um equipamento na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Juturnaíba com objetivo de minimizar os riscos de rompimento em tubulações em caso de oscilações na rede elétrica e conhecido como RHO (Reservatório Hidropneumático). Ressaltamos também a construção de cinco reservatórios com capacidade para armazenamento de 15 milhões de litros de água, representando uma importante reserva de contingência especialmente para os períodos de maior consumo de água. Além da compra e instalação de 25 geradores próprios de energia elétrica criando um sistema de contingência para suportar falhas na distribuição de energia que alimentam os equipamentos da concessionária e possibilidade de uso destes equipamentos nos horários em que o custo de energia é mais caro.

Todas as ações foram perseguidas e executadas dentro de um cenário econômico e financeiro aprovado, em caráter extraordinário, por nossos acionistas que entenderam a importância para a imagem da concessionária em antecipar metas contratuais e que foram autorizadas pela agência reguladora.

Ampliamos o canal de comunicação com a comunidade através do Programa Afluentes, onde cadastramos 104 associações de bairro e tivemos reunião com os mais diversos líderes das comunidades levando esclarecimentos, ouvindo as mais diversas reivindicações e atendendo-as dentro das possibilidades que o contrato permite. O mais importante que percebemos com este programa é a necessidade dos líderes conhecerem as metas contratuais e darmos transparência às informações. Graças ao programa Afluentes estreitamos nosso relacionamento com todas as colônias de pescas da lagoa de Araruama, entidades que tinham uma convivência desgastada com a concessionária. Apresentamos nossos projetos para o saneamento da lagoa e estas entidades têm demonstrado um bom entrosamento com a empresa. Apoiamos com ações socioambientais, entre elas um programa para ajuda de custo para 100 famílias de pescadores na época do defeso, período em que estas pessoas não conseguem desenvolver sua atividade.

Outras ações de caráter sociais foram desenvolvidas junto com o Instituto Equipav, como o Programa Saber Faz Bem, através do qual levamos educação infantil às crianças da rede escolar dos cinco municípios com foco na preservação do meio ambiente e ações sustentáveis como o consumo de água consciente.

Enfim, foi um ano que tivemos muitos motivos para nos orgulhar. Sabemos que nossa missão é desafiadora, mas com o esforço de cada um de nossos colaboradores e com foco nas metas assumidas temos todas as ferramentas para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes da região dos Lagos.

Perfil da Companhia

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma operadora privada de serviços de saneamento básico, com presença atuante nas comunidades atendidas e estreita colaboração com o poder concedente, gerenciando o contrato de serviços também pelo relacionamento com suas partes interessadas. Com sede em São Pedro d'Aldeia (RJ) e com *expertise* para atuar em todos os processos do ciclo integral do saneamento - desde o abastecimento, coleta até o tratamento de esgoto -, a Prolagos administra e opera a distribuição de água e o tratamento de esgoto dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia e Arraial do Cabo, sendo esse último, a concessionária responsável

somente pela distribuição de água. Promove o atendimento de mais 370 mil pessoas em mais de 170 mil domicílios.

O futuro do país tem como um dos alicerces o setor de saneamento básico

De acordo com o estudo do Instituto Trata Brasil¹, em 2011, no Brasil, 396.048 pessoas foram internadas por diarreia; destas, 138.447 foram crianças menores de 5 anos (35% do total). Já nas 100 maiores cidades, 54.339 pessoas foram internadas (14% do total) e 28.594 delas foram crianças entre 0 e 5 anos de idade. Significa que as crianças menores de 5 anos representaram 53% das internações por diarreia nas maiores cidades e 21% destas internações no Brasil. As crianças dessa faixa etária são o grupo mais vulnerável às diarreias e, por extensão, suas maiores vítimas, na comparação com o conjunto da população.

Estudos² recentes sugerem uma associação entre a incidência de diarreia durante os 2 primeiros anos de vida e queda no desempenho cognitivo posteriormente ainda na infância. Isso reforça que as doenças associadas à falta de saneamento adequado atingem não somente a população atual, como também deixam sequelas para o futuro de nossa sociedade. Se o salto para se tornar um país desenvolvido obrigatoriamente passa pela melhoria na qualidade da educação, o saneamento básico é premissa chave para garantir que a capacidade cognitiva da população não será prejudicada.

Análise setorial

Suprir a demanda por infraestrutura em saneamento básico permanece como um dos grandes desafios a ser superado no Brasil. Em um comparativo de condições adequadas de saneamento, produzido pela Unicef (*United Nations Children's Fund* ou Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Brasil aparece com um índice de 81% de cobertura, quando em alguns países, como Estados Unidos e Japão, o índice é de 100%. De acordo com o diagnóstico

de serviços de água e esgoto conduzido pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS em 2013, a média nacional de população abastecida com água atinge aproximadamente 82,5%. No estado do Rio de Janeiro o esse índice é ainda maior, de 89,2%.

¹ Estudo: Impactos na Saúde e no Sistema Único de Saúde Decorrentes de Agravos Relacionados ao Esgotamento Sanitário Inadequado dos 100 Maiores Municípios no Período 2008-2011.

² Estudo: *Association of early childhood diarrhea and cryptosporidiosis with impaired physical fitness and cognitive function four-seven years later in a poor urban community in northeast Brazil.* Guerrant DI, Moore SR, Lima AA, Patrick PD, Schorling JB, Guerrant RL.

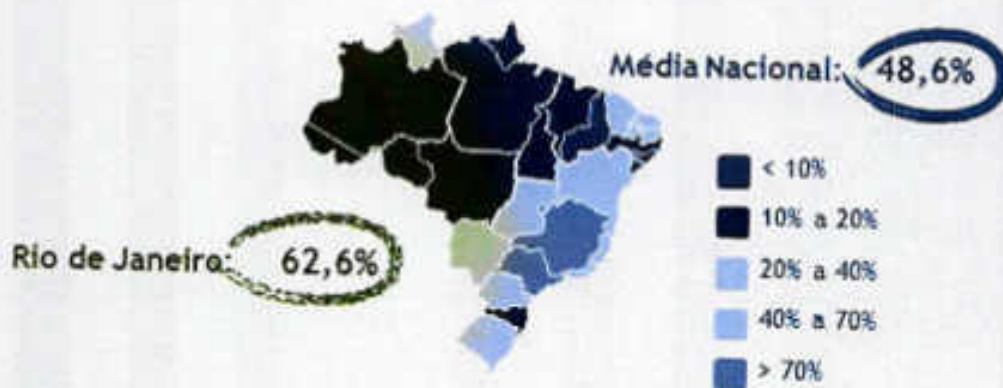
Cobertura de Água – % População



Fonte: SNIS 2013

O estudo ainda revela que 48,6% da população brasileira é atendida com coleta de esgoto, mas apenas 39,0% do esgoto gerado é tratado. É importante ressaltar que o estudo considera o volume de esgoto gerado equivalente ao volume de água consumido. O nível de cobertura de esgoto no estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 14 pontos percentuais acima da média nacional, e apenas 34,3% do esgoto gerado pelo estado é de fato tratado.

Cobertura de Esgoto – % População



Fonte: SNIS 2013

Tratamento de Esgoto – % Esgoto Gerado⁽¹⁾



(¹) Considerando que o total de esgoto é igual ao consumo de água
Fonte: SNIS 2013 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento)

A baixa cobertura, por outro lado, demonstra que existe uma enorme base a ser atendida e uma demanda por elevados investimentos para se atingir a universalização dos serviços. Por ser um mercado municipalizado, o poder da concessão é do município, situação que transforma o mercado pulverizado em um grande universo de oportunidades. Em maior ou menor escala, os municípios buscarão recursos para enfrentar este desafio. Trata-se de um conjunto de circunstâncias a exigir um salto de desenvolvimento no setor de saneamento dentro do modelo praticado pelas empresas privadas.

De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), serão necessários investimentos no setor de cerca de R\$508,5 bilhões em medidas estruturais e estruturantes até 2033, de forma a atingir as seguintes metas para saneamento no País:

- Índice de cobertura de água: 99%
- Índice de perdas na distribuição de água: 31%
- Índice de tratamento sobre o esgoto coletado: 93%

Considera-se que os investimentos em medidas estruturais correspondem aos totais investidos em ações relativas à expansão da produção e distribuição de água; da coleta, interceptação, transporte e tratamento dos esgotos; de aterros sanitários e usinas de triagem e compostagem e também a uma parcela de 30% dos investimentos em reposição nesses componentes. Para a drenagem urbana, as medidas estruturais correspondem a 30% dos investimentos em expansão e a 70% dos investimentos em reposição, na qual segundo a metodologia utilizada, são encontrados os maiores passivos.

A estimativa para os investimentos em ações compostas por medidas estruturais, até 2033, é da ordem de R\$283,8 bilhões, representando 55,8% do total necessário.

Para as medidas estruturantes relacionadas aos quatro componentes do saneamento básico, é considerado o complemento dos valores totais estimados, subtraídos dos valores para as

medidas estruturais. Serão necessários investimentos estimados de R\$224,7 bilhões, até 2033, em medidas de caráter estruturante (correspondentes a 44,2% dos investimentos totais necessários).

No que se refere à origem dos investimentos, o estudo estima que 59% dos recursos (R\$299,9 bilhões) sejam provenientes dos agentes federais e R\$208,6 bilhões sejam aportados por agências internacionais, prestadores de serviços, orçamentos estaduais e municipais e setor privado, na forma de investimentos diretos ou de contrapartidas.

Perfil do Operador de Saneamento no Brasil

Companhias Estaduais
3.943 municípios

Companhias Municipais
1.170 municípios

Companhias Privadas
269 municípios



Fonte: Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon)

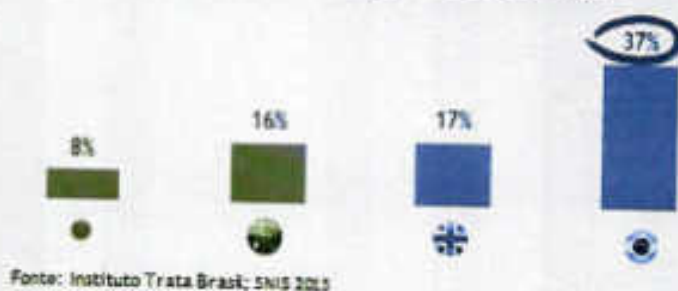
No Brasil, o índice de perdas de água na distribuição está entre os mais críticos, muito distante da realidade de países mais desenvolvidos como Austrália, Japão e Reino Unido. De acordo com o SNIS 2013, a média do volume de perda de água é de aproximadamente 37%. O enorme volume de perdas na distribuição de água e o tratamento inadequado do esgoto registrados no sistema público de atendimento estão entre as consequências mais negativas da baixa eficiência do serviço.

Índice de Perdas na Distribuição – % Volume Disponibilizado



Fonte: SNIS 2013

Índice de Perdas de água na Distribuição



O índice de perdas aferido pela concessionária, que no início da concessão chegava à casa dos 60% e em 2014 atingiu a marca de 29,9%, uma queda de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação ao ano de 2013, resultado da implantação de um plano de redução de perdas, envolvendo todas as áreas da empresa.

Índice de Perdas



Dentre as ações que integram a política comercial da concessionária, merece destaque o desenvolvimento do programa Recuperação dos cortados. Os consumidores de uma determinada localidade beneficiada com a iniciativa têm a oportunidade de regularizar sua ligação de água e de negociar em condições especiais débitos em aberto.

A parceria entre a Prolagos e a Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), especializada em crimes de furto de água tem resultado em ações ostensivas para o combate às ligações clandestinas de água. No ano de 2014 foram 2.917 ações, representando a recuperação 620 milhões de litros de água antes consumidos irregularmente. Além da recuperação dos clientes, o valor total das ações em questão gerou uma cobrança de R\$ 1,5 milhões, referente a autos de infração, multas e valores retroativos.

A Prolagos também conta com um laboratório de pesquisas e aferição de hidrômetros próprio e certificado pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM), órgão executor do Inmetro. Uma inovação na Região dos Lagos, o equipamento permite que a concessionária aperfeiçoe a fiscalização contra fraudes e que o consumidor faça uma conferência das condições de funcionamento do hidrômetro, em curto prazo.

Mostrando o compromisso assumido pela concessionária de assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental do negócio, a Prolagos é uma das primeiras concessionárias de águas e esgoto no Brasil e a única no Estado do Rio de Janeiro a fazer o tratamento e a destinar adequadamente o lodo das estações de tratamento de água. Resultante do processo de tratamento de água, esse material é tratado, desidratado mecanicamente e destinado ao aterro sanitário, sem oferecer danos ao meio ambiente. A concessionária também reutiliza a água da lavagem dos filtros das estações de tratamento de água. Além do ganho ambiental, o reuso gera economia mensal de 30 milhões de litros de água.

Mercado de saneamento básico no Rio de Janeiro

A Lei Federal 11.445, de 5/1/2007 - que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico -, é considerada o marco regulatório para o setor de saneamento básico no Brasil.

A lei define saneamento básico como sendo o conjunto de serviços de infraestrutura e de instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais.

Com o objetivo de universalizar, no Estado do Rio de Janeiro, o acesso a sistemas de saneamento básico - minimizando os impactos negativos decorrentes da inexistência desses sistemas sobre a saúde da população, o meio ambiente e as atividades econômicas -, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) concebeu o Pacto do Saneamento.

Instituído pelo Governo do Estado, em abril de 2011, pelo Decreto nº 42.930, o Pacto do Saneamento é uma iniciativa que envolve três programas: o Lixão Zero, o Rio+Limpo e o Plano Guanabara Limpa.

Dentre as ações do Pacto do Saneamento, a SEA está apoiando 72 cidades fluminenses na elaboração de planos municipais de saneamento básico (PMSBs) sendo que 11 desses municípios se localizam no entorno da Baía de Guanabara.

Os PMSBs têm como objetivo dotar os municípios de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, com metas definidas em processo participativo, como determina a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007).

Para que os municípios se candidatem a obter recursos públicos para a execução de projetos de saneamento básico - como de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, é fundamental que tenham PMSBs aprovados.

DESEMPENHO DA RECEITA

Receita operacional líquida (Valores expressos em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2013	Δ %
Serviços de abastecimento de água	185.516	158.531	17,0%
Outros serviços indiretos de água	14.946	16.386	-8,8%
Receitas de construção	92.477	56.804	62,8%
Receita bruta total	292.939	231.721	26,4%
Deduções da receita bruta	(25.530)	(23.864)	7,0%
Receita operacional líquida	267.409	207.857	28,7%

O saldo da receita operacional líquida de 31 de dezembro de 2014 aumentou 28,7%, ou R\$ 59,5 milhões, passando de R\$ 207,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 267,4 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os seguintes fatores contribuíram positivamente para esse aumento:

- (i) Aumento de R\$ 35,7 milhões na receita de construção, passando de R\$ 56,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 92,4 milhões em 31 de dezembro de 2014.
- (ii) Aumento de R\$ 23,9 milhões na receita líquida excluindo a receita de construção, passando de R\$151,1 milhões em 2013, para R\$ 174,9 milhões em 2014. Esse aumento foi devido ao aumento dos volumes faturados de água, uma variação de 8,0%, consequência dos fortes investimentos na redução das perdas comerciais e combate a fraudes, diminuindo o índice de 31,3% em 2013 para 29,9% em 2014. As economias cresceram no mesmo patamar, uma variação de 15,8 mil, ou 9,7%.

Economias

O número de economias atendidas com água apresentou uma elevação de 9,8% entre 2013 e 2014, decorrente do crescimento vegetativo, conclusão das obras de expansão de rede de distribuição, e esforços da área comercial da unidade atuando através da regularização de economias irregulares. O número de economias de esgoto corresponde ao número de economias de água dos municípios atendidos pela concessionária, exceção ao município de Arraial do Cabo, onde o contrato de concessão contempla apenas o serviço de água. No período, as economias de esgoto cresceram 10,3%.

Economias	2014	2013	Δ %
Água	178.082	162.258	9,8%
Esgoto	163.703	148.471	10,3%
Total	341.785	310.729	10,0%

Volume Faturado

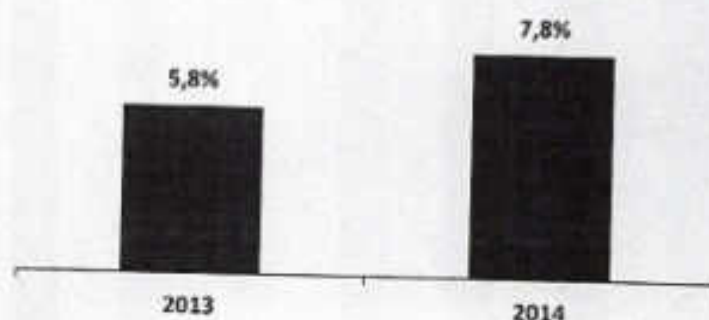
O aumento na base clientes gerou por consequência a elevação no volume faturado de água em 2014, que cresceu 8,6% frente ao ano anterior. No período houve um grande esforço da área operacional para aumentar a produção de água, e da área comercial para recuperação de grandes clientes, substituição de hidrômetros e combate à fraude.

Água ('000)	2014	2013	Δ %
Volume total faturado (m ³)	25.958	23.908	8,6%
Residencial	22.871	21.370	7,0%
Comercial	1.970	1.498	31,5%
Industrial	70	54	29,1%
Pública	1.047	986	6,2%

A concessionária Prolagos não mensura o volume faturado de esgoto, pois utiliza o sistema unitário de coleta, conhecido como "tempo seco". Esse sistema consiste na coleta de efluentes das redes separadoras de esgoto e de drenagem pluvial, transporte por estações elevatórias e tratamento em 5 estações de esgoto. Informamos que a tarifa aprovada pela AGENERSA contempla os serviços de água e os investimentos realizados em esgoto, com exceção apenas para o município de Arraial do Cabo que apenas contratou os serviços de água.

Inadimplência

A taxa de Inadimplência 180 dias subiu 2 (dois) pontos percentuais (p.p.), saindo de 5,8% em 2013 para 7,8% em 2014. Destacamos a inadimplência gerada por alguns clientes públicos, de representatividade relevante. De forma geral, a eficiência das políticas comerciais empregadas pela companhia vem refletindo na redução gradativa do indicador, que chegava ao patamar de 58% no início da concessão.



CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos operacionais (Valores expressos em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2013	Δ %
Custos dos serviços prestados	(42.738)	(37.363)	14,4%
Custos de construção	(92.477)	(56.804)	62,8%
Custos dos serviços prestados	(135.215)	(94.167)	43,6%

A conta custo dos serviços prestados apresentou um aumento de R\$ 41,0 milhão, ou 43,6%, passando de R\$ 94,2 milhões em 2013 para R\$ 135,2 milhões em 2014.

Essa variação no custo de serviços prestados é explicada pelo aumento nos custos de construção de R\$35,7 milhões, ou 62,8%, em relação ao ano anterior. Tal mudança deveu-se principalmente aumento de investimentos na ampliação e melhoria do sistema de tratamento e distribuição de água, além de investimento em tratamento de esgoto.

Despesas administrativas e gerais

O saldo da conta Despesas administrativas e gerais aumentou 41,5%, ou R\$17,4 milhões, passando de R\$41,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$59,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Este aumento nas Despesas administrativas foi gerado pelo aumento nos honorários com consultores, auditores e outros serviços de terceiros.

EBITDA e Margem EBITDA

Em consequência das variações apresentadas acima, o Ebitda da Companhia apresentou um aumento de R\$ 2,6 milhões, ou 3,0%, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA ('000)	2014	2013	Δ %
EBIT - Lucro Operacional	73.055	72.010	1,5%
(+) Depreciação e Amortização	15.251	13.713	11,2%
EBITDA	88.306	85.723	3,0%
Margem EBITDA	50,5%	56,8%	

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro líquido (Valores expressos em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Total da receitas financeiras	10.252	4.690
Rendimentos de aplicações financeiras	3.664	443
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	6.574	4.015
Outros	14	232
Total das despesas financeiras	(19.822)	(16.087)
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos	(16.119)	(9.470)
Juros sobre atraso em pagamentos	(47)	(187)
Despesas e comissões bancárias	(1.533)	(1.421)
Juros sobre parcelamentos e renegociações	-	(4.547)
Descontos concedidos	(1.968)	-
Outras	(155)	(462)
Resultado financeiro líquido	(9.570)	(11.397)

Receitas financeiras

A conta receitas financeiras apresentou um acréscimo de R\$5,6 milhão, ou 118,6%, passando para R\$ 10,2 milhões em 2014, de R\$4,7 milhões em 2013.

As receitas financeiras da Companhia são resultados obtidos, principalmente, na gestão do seu caixa, disponibilidades, aplicações financeiras e dos juros recebidos sobre o atraso no pagamento da receita de abastecimento de água. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram a intensificação das ações de cobrança, além da aplicação dos empréstimos e financiamentos captados no período, bem como as sobras de caixa.

Despesas financeiras

A conta despesas financeiras cresceu em R\$3,7 milhões, ou 23,2%, passando para R\$19,8 milhões em 2014, de R\$16,1 milhão em 2013. Esta variação é reflexo do aumento dos empréstimos e financiamentos no período e dos custos de empréstimos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2014, a companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 5.408 (em 31 de dezembro de 2013 não foram incorridos custos de captação), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia teve uma despesa total de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,6 milhões. No exercício anterior, esta despesa foi de R\$ 8,1 milhões, representando um aumento de 129,6%.

O principal motivo desta variação foi que em 2013 a companhia utilizou saldos acumulados de títulos incobráveis de exercícios anteriores no montante de R\$ 21,5 milhões, fazendo com que sua base tributária diminuísse neste montante. Já em 2014, a utilização destes títulos incobráveis foi de apenas R\$ 5,9 milhões.

O Conselho de Administração da Companhia em 2014 aprovou a adesão ao artigo 33 da Lei 13.043/14 que permite a quitação antecipada de parcelamentos fiscais. A opção implica o pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% do saldo do parcelamento. Do montante total da adesão, R\$ 175 foi pago em dinheiro e o restante do valor R\$ 409 foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais próprios.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou dezembro de 2014 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, no valor total de R\$51,1 milhões. A dívida bruta da Prolagos nessa mesma data atingiu o valor de R\$224,8 milhões. A composição da dívida bruta e dívida líquida estão apresentadas abaixo:

Endividamento (R\$ Mil)	2014	2013	Δ %
EBITDA (12 meses)	88.306	85.723	3,0%
Dívida Líquida	173.771	150.752	15,3%
(+) Dívida Bruta	224.849	170.786	31,7%
(-) Caixa e Disponibilidades	(51.078)	(20.034)	155,0%
Dívida Líquida / EBITDA	2,0	1,8	

EVENTOS RELEVANTES

Manutenção de risco de crédito da concessionária

Em agosto de 2014, a agência de classificação de riscos Fitch Ratings afirmou o rating 'AA-(bra)', com perspectiva estável para a Companhia. Conforme a nota, a agência informa que a afirmação do rating da Prolagos reflete o crescimento das atividades da companhia em bases consistentes, o qual mantém um forte perfil financeiro e uma geração de EBITDA em linha com as expectativas da Fitch. Ainda segundo a nota, a agência cita que "A companhia tem demonstrado capacidade de preservar uma estrutura de capital conservadora mesmo diante da ampliação dos serviços prestados e da consequente demanda por maiores investimentos. A Prolagos continua reportando elevadas margens operacionais, adequadas para as empresas privadas mais maduras da indústria."

Aumento do fornecimento de água

Para a melhoria do abastecimento de água na área de concessão, a Prolagos implantou 330 quilômetros de rede de distribuição de água, beneficiando mais de 45 mil pessoas nos cinco municípios da área de concessão. O pacote de obras contemplou ainda a implantação de adutoras e de grupos de geradores de energia. A capacidade de produção de água foi ampliada em 25% em relação a 2013, totalizando 1500 litros por segundo. Além da implantação de um RHO (Reservatório Hidropneumático) na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Juturnaíba, para minimizar os riscos de rompimento em tubulações em caso de oscilações na rede elétrica. No segundo distrito de Cabo Frio, Tamoios, foi instalada a Estação de Tratamento de Água (ETA) móvel, localizada na Fazenda Tosana, aumentando a produção de água em até 40 litros por segundo, o que representa um acréscimo de 50% no abastecimento para atender a localidade. Entre os principais investimentos está também a construção de cinco reservatórios com capacidade para armazenamento de 15 milhões de litros de água, representando uma importante reserva de contingência especialmente para o período de maior consumo de água, durante a temporada de verão. Além disso, foram implantados 25 geradores de energia elétrica, criando um sistema de contingência de energia para suportar falhas na distribuição de energia que alimentam os equipamentos da concessionária.

A preocupação com o meio ambiente e ecossistema da Região dos Lagos é constante e por isso, a Prolagos faz o monitoramento da qualidade da água em diferentes pontos da Lagoa Araruama,

a fim de garantir a eficácia do sistema de tratamento empregado. Todas as análises são realizadas pelo Laboratório Central da concessionária, o único da região certificado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Com o credenciamento do INEA, o Laboratório implantou uma rotina de procedimentos em conformidade com os padrões internacionais de qualidade e está habilitado a realizar análises de parâmetros físico-químicos em efluentes (esgotos tratados), em água potável e proveniente de corpos hídricos receptores de efluente.

O credenciamento também se estende ao Laboratório Móvel da Prolagos, uma unidade itinerante, adaptada com equipamentos analíticos e técnicos capacitados, apta a realizar os mesmos processos que o laboratório central.

Esgotamento sanitário

Aprimorar o controle da eficiência do sistema de esgotamento sanitário levou a concessionária, em conjunto com as equipes técnicas das prefeituras, a iniciar o mapeamento dos pontos da rede coletora de esgoto em que há maior concentração de esgoto e despejo irregular. Com o apoio da Associação Comercial de Cabo Frio (ACIA) e dos alunos do curso de Gestão Ambiental da Universidade Veiga de Almeida, também foi iniciado um plano para o recolhimento e destinação adequada do óleo de cozinha usado por restaurantes e ambulantes.

Tecnologia a serviço da qualidade do atendimento

Com foco na melhoria do controle e monitoramento de seu sistema, a empresa investiu na ampliação das atividades do Centro de Controle Operacional (CCO), unidade responsável pela supervisão e controle de todo o sistema de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto nos municípios da área de concessão. O CCO funciona 24 horas por dia e possui 100% de automatização do ciclo de produção e adição, 90% da distribuição é automatizado, ou seja, eles podem ser controlados remotamente, permitindo maior rapidez, eficiência e segurança nas decisões operacionais.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Prolagos contava com 476 funcionários.

A Prolagos potencializa os seus talentos, buscando a valorização do profissional como ser humano. Preserva-se a consciência de que o capital humano é fundamental para o sucesso da empresa e investe-se incessantemente em treinamentos e desenvolvimento dos funcionários que constituem o capital intelectual nas funções estratégicas da empresa. Com isso, a área de Recursos Humanos da Prolagos está focada em atrair, valorizar, desenvolver e reter pessoas através de Políticas para otimizar o comprometimento, visando satisfazer clientes e funcionários.

A Prolagos acredita na capacidade de promover um crescimento sustentado para as pessoas e por meio delas.

Políticas de recursos humanos

As políticas de RH estão voltadas para a promoção do desenvolvimento humano e institucional através de ações e compromissos que busquem atingir com excelência os resultados organizacionais.

São políticas de recrutamento, treinamento, de remuneração, de plano de carreiras, de benefícios e de avaliações que garantem processo de adequação permanente e práticas que estimulam uma cultura organizacional humanizada e em constante desenvolvimento.

O respeito à diversidade, a preservação da individualidade e da privacidade, asseguram o bom relacionamento no ambiente de trabalho e incentivam os funcionários a buscar a auto-realização.

Um bom clima organizacional também é fator elementar para o sucesso da organização e criar condições para o alinhamento e comprometimento de todos os funcionários em torno de desafios é um padrão de atuação da Prolagos.

A Prolagos investe em recursos humanos e permite que o funcionário cresça junto com a empresa.

Treinamento e Desenvolvimento

A Prolagos busca oferecer treinamento adequado, proporcionando, sempre que possível, o aproveitamento interno no preenchimento das vagas existentes e oferecendo salários, benefícios compatíveis com as práticas de mercado de seu segmento.

Todo colaborador é elegível à participação de treinamentos, palestras, seminários, workshops, desde que tenha necessidade para realizar suas atividades e seu desenvolvimento dentro da organização. A necessidade de treinamento é formalizada sempre junto à Diretoria e os gestores das áreas.

Em 2014 a concessionária investiu 890 horas de treinamento dedicadas aos seus colaboradores.

Gestão

O monitoramento do clima organizacional é realizado por meio de reuniões periódicas entre a Diretoria e os gestores, onde são debatidas questões previamente levantadas junto às equipes de trabalho, sempre com o objetivo de manter a motivação e identificar novas necessidades. Também são debatidos os assuntos sobre fatos e eventos do cotidiano da empresa, utilizando a área de Recursos Humanos como apoio quando necessário.

Os gestores em conjunto com o RH promovem ações para a manutenção de clima favorável ao bom convívio e desenvolvimento das atividades do dia-a-dia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Esse é um conceito que faz parte do dia-a-dia da Prolagos, já em sua atividade-fim: a distribuição de água e a instalação de sistemas de captação e tratamento de esgoto, levando qualidade de vida para milhares de moradores dos municípios atendidos pela empresa.

Mais saneamento para todos

A Prolagos começou a atuar na Região dos Lagos em 1998, nesses 16 anos a população atendida com abastecimento de água foi de 30% para 93% e com esgotamento sanitário, passamos de 0% para 76%, isso trouxe muito mais qualidade de vida para os moradores, causando um expressivo crescimento econômico para a região, já que a área de atuação da Companhia é um dos destinos mais procurados no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia não mede esforços pela universalização do saneamento, diante disso, participa de diversos fóruns de debates, como o Comitê de Bacias, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, entre outros, fomentando a gestão participativa e a participação dos *stakeholders* no processo decisório dos investimentos.

Água bem distribuída e garantia do bom uso

A Prolagos não está preocupada em apenas trazer água até as torneiras dos nossos clientes, mas também, em zelar pelo bom uso, para tanto temos o Programa Prolagos do Seu Lado que visa reduzir o consumo irregular e incentivar a adesão dos moradores, simplificando o procedimento para quitação de débitos de contas antigas e legalização de clientes clandestinos de água. O Programa mantém uma van com atendimento itinerante, facilitando a resolução dos problemas. A proposta do Prolagos do Seu Lado é estar mais próximo do cliente, entendendo suas necessidades, buscando a resolução. A Companhia mantém uma equipe que realiza cerca de 500 visitas técnicas auxiliando o cliente na identificação de pontos de desperdício, além de manter o Programa Água da Vida com a proposta de trabalhar todos os setores de forma integrada para um fim, reduzir o impacto no meio líquido, além, de melhorar a qualidade da água que chega a casa do nosso cliente. Com ações operacionais, comerciais e de educação ambiental e para o consumo.

Desenvolvimento Local

O relacionamento ético e transparente com a sociedade é essencial para a estratégia de promover o desenvolvimento na região que atuamos. Antes de iniciar uma atividade, avaliamos os possíveis impactos nas comunidades do entorno das operações e criamos ações de mitigação e compensação de impactos negativos e multiplicação dos impactos positivos, com o objetivo de proporcionar benefícios sociais, ambientais e econômicos para essas áreas, através de: Geração de renda e oportunidade de trabalho para a população que vive próxima às obras; fortalecimento do relacionamento com os fornecedores locais, a partir de iniciativas de qualificação profissional e da inserção de pequenas e médias empresas na rede produtiva do setor, recuperação da Lagoa de Araruama, a maior Lagoa hipersalina do mundo, a qual é um dos grandes atrativos da região, além de ser fonte de alimento para muitos moradores. Atualmente tratamos cerca de 70 milhões de litros de esgoto por dia. Com mais tratamento do esgoto os municípios passaram a receber um percentual maior de ICMS Verde, ampliando assim, o recebimento de recursos.

Nos últimos anos, a concessionária tem investido também em ações e projetos locais de responsabilidade social e educacional, principalmente voltadas à preservação do Meio Ambiente.

Veja abaixo alguns exemplos de projetos apoiados pela Prolagos e suas contribuições para o desenvolvimento dos capitais humano, ambiental e social:

Saúde Nota 10

O Saúde Nota 10 é um programa de educação ambiental realizado nas escolas públicas e privadas com o objetivo de despertar a consciência dos estudantes sobre a importância do saneamento para a saúde e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Os conceitos de saneamento e sustentabilidade são repassados por meio de atividades em salas de aula desenvolvidas de acordo com a faixa etária, palestras e um encerramento com uma peça de teatro. Os alunos recebem ainda uma revista de educação ambiental produzida exclusivamente para o projeto e participam de concursos que estimulam a pesquisa sobre saneamento.

O Programa é realizado desde 2012. O Saúde Nota 10 recebe adequações na linguagem e nos personagens de acordo com as características regionais, valorizando o trabalho dos artistas locais. O mascote da concessionária é o principal ator do Programa. No caso da Prolagos trata-se de um polvo, apelidado de "Prolaguito".

Afluentes

O Programa de Integração entre a Associação de Moradores e a concessionária busca estabelecer um canal aberto de comunicação com a comunidade. Por meio do relacionamento com as lideranças comunitárias, a empresa se aproxima dos moradores, conhece suas necessidades, ouve sugestões e opiniões sobre os serviços prestados. Além de um atendimento personalizado às lideranças comunitárias, realizado pela equipe de Projetos Sociais, as ações do programa incluem visitas às associações de moradores, palestras nos bairros e encontros com representantes da empresa.

Desde 2012, moradores também são convidados para visitar as instalações das empresas. O ponto alto do Programa Afluentes são os encontros mensais promovidos nas unidades com a presença das respectivas diretorias e gerências. Além de fazer um balanço dos investimentos e ações desenvolvidas no município, as reuniões são uma oportunidade de esclarecer dúvidas, entender as necessidades e dar uma resposta às solicitações da comunidade.

Atendimento Itinerante

O Atendimento Itinerante é uma iniciativa que leva os serviços de atendimento aos clientes até os bairros para, entre outras aplicações, facilitar o acesso dos moradores à empresa e regularizar a situação das ligações de água que possuem débitos em aberto e/ou dívidas. Durante o atendimento, podem ser solicitados todos os tipos de serviços disponíveis nas lojas convencionais, como troca de titularidade, atualização cadastral, segunda via de contas, pedidos de ligações novas de água e de esgoto, instalação de padrão de proteção para hidrômetros, verificação de alto consumo, entre outros.

O Atendimento Itinerante é realizado em um veículo equipado especialmente para o trabalho e permite a população de baixa renda e que vive em bairros distantes dos centros, a oportunidade de utilizar os serviços de água e esgoto de maneira regular. Após a regularização das ligações de água, esses clientes são cadastrados pela empresa e passam a contar com a Tarifa Social, quando se enquadra nos requisitos, onde descontos da ordem de 50% são aplicados às tarifas.

Saber Faz Bem

Desde 2008, o Programa de Educação Socioambiental "Saber faz Bem" vai até as escolas, universidades, Associações de Moradores, Igrejas e ONG's para sensibilizar os alunos e moradores sobre a necessidade da preservação dos recursos ambientais e culturais para as gerações futuras e a importância do desenvolvimento sustentável para nossa sociedade. Por meio de palestras interativas, sempre respeitando a diversidade e contribuindo para a redução das desigualdades sociais, o "Saber faz Bem" já alcançou mais de 28 mil pessoas na Região dos Lagos, até dezembro de 2014.

Além das palestras sobre "O Caminho da Água", "Saneamento é Saúde" e "Educação para o Consumo", o "Saber Faz Bem" é desenvolvido também com visitas monitoradas às estações de tratamento de água e de esgoto e eventos públicos, como mutirões de ação global, feiras científicas e fóruns, em parceria com prefeituras, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João e o Comitê de Bacias Lagos São João.

Aprendiz Legal

Ciente de sua responsabilidade social, a Prolagos promove também o "Programa Aprendiz Legal", por meio do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) sob coordenação da Fundação Roberto Marinho e apoio da Petrobras. Voltado para a preparação e inserção no mercado de trabalho de estudantes com idades entre 14 e 24 anos, a Prolagos capacita jovens para exercerem funções administrativas em diversos setores da concessionária.

Tarifa Social

A Tarifa Social é um desconto na conta de água que beneficia os clientes residenciais classificados como baixa renda nos municípios atendidos pela concessionária Prolagos (Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia).

Cine Prolagos

Estimular a cultura, promover o entretenimento, informar as pessoas e difundir mensagens ambientais, estes são os objetivos do Cine Prolagos. O projeto consiste na exibição gratuita de cinema ao ar livre para a população, sempre com temática associada à educação ambiental. Antes das sessões, são realizadas parcerias com as secretarias de educação para que os conceitos abordados nos filmes possam também ser trabalhados em sala de aula.

Por ser uma opção de lazer de difícil acesso à maioria da população, devido ao alto preço do ingresso e das poucas salas de exibição na Região dos Lagos, o Cine Prolagos promove a oportunidade às pessoas simples e comunidades de pescadores o contato com a sétima arte de forma gratuita por meio de um grande telão inflável ao ar livre.

Desde seu lançamento, em 2009, mais de três mil e novecentas pessoas foram beneficiadas nos cinco municípios da área de concessão da Prolagos (Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia).

Bolsa Socioambiental

Para complementar a renda dos pescadores, na época do defeso na Lagoa Araruama, período em que a pesca fica proibida por três meses para a reprodução das espécies, a Bolsa Socioambiental promove atividades remuneradas, ligadas à preservação e manutenção deste importante ecossistema.

TV Águas

Canal de informação onde os moradores da Região dos Lagos e todas as pessoas que estão conectadas à internet podem conhecer um pouco mais sobre os serviços prestados pela Companhia. De uma forma dinâmica e objetiva, as reportagens em vídeo trazem informações sobre saneamento, meio ambiente, consumo de água consciente, saúde, serviços prestados pela Prolagos entre outros assuntos. As reportagens são postadas no site da Prolagos, no canal da empresa no Youtube (www.youtube.com/prolagosacom) e compartilhadas nas redes sociais Facebook.com/Prolagos e Twitter.com/Prolagos.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Tendo como ativo principal um dos recursos mais importantes para a manutenção da vida, a água, para a Prolagos o equilíbrio ambiental é meta de negócio. O compromisso com o meio ambiente é parte inseparável da atividade econômica da Companhia e perpassa todas as ações desenvolvidas por ela, na busca constante por proteção aos recursos hídricos, por eficiência energética, redução dos gases de efeito estufa e destinação adequada dos resíduos.

O respeito ao meio ambiente por parte da Prolagos pode ainda ser traduzido por ações pontuais, como o combate às perdas de água no sistema de abastecimento, o tratamento dos esgotos antes do lançamento nos córregos, a recuperação de matas ciliares para a preservação dos mananciais, as campanhas de conscientização sobre o uso racional da água, e os programas de educação ambiental nas escolas.

Os programas ambientais desenvolvidos pela concessionária estão relacionados à gestão da água e são tratados como parte do planejamento estratégico da Companhia. Entre eles, destacam-se:

Monitoramento da qualidade da água

O tratamento de água segue os mais rígidos padrões de qualidade e estão em total conformidade com a legislação.

O controle é feito pelo Laboratório de Monitoramento da Qualidade da Água. São feitas coletas em mais de 180 pontos de abastecimento, com 600 amostras de água mensais, para que possa ser avaliada a qualidade da água nas entradas dos sistemas e em todas as regiões da cidade. No laboratório são realizados exames bacteriológicos e físico-químicos para analisar aproximadamente 5 mil amostras, analisando parâmetros como odor, sabor, cor, turbidez, cloro residual, pH, flúor, coliformes termo tolerantes e coliformes totais. Também são avaliadas as presenças de alguns metais pesados, como ferro, alumínio, manganês e cromo hexavalente. Além do laboratório próprio, as análises são encaminhadas mensalmente a um laboratório terceirizado.

Além de garantir a qualidade de água que abastece a cidade, há também um trabalho de monitoramento dos corpos receptores, o trabalho é feito em conjunto com o Comitê de Bacias Lagos São João, sendo os dados encaminhados por meio de relatórios mensais aos órgãos ambientais e agência reguladora, além disso, os dados são apresentados em reuniões bimestrais da Câmara Técnica de Monitoramento do Comitê de Bacias, estando presentes membros do poder público, do ente regulador e da sociedade civil. O monitoramento ajuda na preservação dos mananciais e permite detectar se há ou não poluição dos recursos hídricos. As vantagens do investimento em tratamento de esgoto para a saúde pública são visíveis. Segundo a FUNASA (Fundação Nacional de saúde), cada R\$1,00 (um real) investido em saneamento resulta na economia de R\$4,00 (quatro reais) em medicina curativa.

O esgoto é tão importante para melhorar o Índice de desenvolvimento Humano (IDH) que um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (uma série de metas socioeconômicas que os países da ONU se comprometeram atingir até 2015) é reduzir pela metade o número de pessoas sem rede de esgoto.

Medidas de conservação da água

A Prolagos possui dois projetos voltados a reutilização da água. Pensando sempre na sustentabilidade e hoje, mais ainda na gestão da água, temos o Projeto Águas Novas, que é desenvolvido na ETA Juturnaíba, nossa principal estação de tratamento de água, localizada no distrito de São Vicente, na cidade de Araruama, consiste em reutilizar a água por meio da retro lavagem dos filtros. Esta água é reintegrada ao sistema, passa por todo o tratamento e se torna própria para ser distribuída à população. Com isso, cerca de 30 milhões de litros de água são economizados por mês. Além do descarte adequado de cerca de 216 toneladas de lodo que antes iam para o manancial. O segundo projeto é a ETAR- Estação de Tratamento de Água de Reuso, composto por um sistema de membranas, fica localizada na cidade de Armação dos Búzios, um dos principais destinos turísticos do Brasil, com capacidade para produzir 2 milhões de litros de água de reuso por mês. Parte desta água produzida pela estação já atende diariamente, ao Golfe Club de Búzios. São cerca de 40 mil litros de água de reuso por dia, utilizados para irrigação da grama diferenciada. Com isso reduz o impacto na captação da Lagoa de Juturnaíba e ainda auxilia na recuperação do meio ambiente como um todo.

Além dessas ações, visando disseminar a consciência do reuso da água, a Prolagos doou um tanque de água de reuso para o Município de Iguaba Grande e para o Município de São Pedro da Aldeia e ainda mantém apoio ao Município de Cabo Frio, para usarem o efluente tratado das ETEs para limpeza de área pública, combate a incêndios florestais e uso no Horto Intermunicipal localizado em Iguaba Grande.

Pegada de Carbono

A Prolagos ciente do seu compromisso com o meio ambiente realizou o Inventário de Gases do Efeito Estufa com a proposta de quantificar suas emissões sua pegada de Carbono. O inventário foi feito com base nos indicadores do GHG Protocol e ratificado por certificadora independente.

Gestão de resíduos

A Prolagos mantém um programa de gerenciamento dos resíduos gerados, em 2014 mais de 700 toneladas de lodo das estações de tratamento de esgoto foram encaminhadas ao aterro sanitário devidamente licenciado e da estação de tratamento de água foram cerca de 880 toneladas de resíduo que também são encaminhados a disposição adequada, deixando de poluir a Lagoa de Juturnaíba. Destaque também para a sucata de ferro, cerca de 70 toneladas encaminhadas para serem reutilizadas na indústria metalúrgica.

Gestão participativa

Gestão participativa para uma melhor governança da água é um conceito que está intrínseco ao nosso negócio, diante disso a Prolagos participa de diversos espaços debates visando contribuir com seu conhecimento para elaboração de políticas públicas e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

A Prolagos atua em 5 municípios da Região dos Lagos, municípios estes que estão contidos na 6ª região hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, qual seja, Lagos São João. A Prolagos entende que é de suma importância a participação de todos os *stakeholders* no processo decisório, para tanto participa de diversas discussões dentro do comitê de bacias, por meio das câmaras técnicas, principalmente a de Educação Ambiental, Monitoramento e Saneamento.

Nessas reuniões participam também, membros do poder concedente, agência reguladora, sociedade civil, organizações voltadas ao meio ambiente e são discutidas as necessidades de antecipação de investimentos, realização de obras, entre outras, em busca da melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da comunidade. Além desses, a Prolagos participa dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Fóruns de debates visando a conservação da água e melhoria ambiental.

Participação em Eventos:

Planos Municipais de Saneamento Básico

Nos anos de 2013 e 2014 a Região dos Lagos passou pela elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e a Prolagos buscou interagir em todo o seu processo, desde o repasse de informações até o acompanhamento das audiências públicas.

Circuito de Educação Ambiental

A Prolagos participou do Circuito Regional de Educação Ambiental realizado no município de Silva Jardim, palestrando sobre as atividades desenvolvidas no reservatório de Juturnaíba e a visão da Concessionária em relação ao mesmo.

O evento foi uma iniciativa do Comitê de Bacias e reuniu educadores, ambientalistas, pescadores e comunidade com o tema: "Juturnaíba: nossa água vem daqui".

Debate sobre Governança da Água

A Prolagos participou do diálogo político sobre governança da água promovido pela Agência Nacional de Águas e OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e destina-se a proporcionar uma avaliação independente baseada em evidências e recomendações políticas, alimentados por uma análise econômica sólida e por melhores práticas internacionais. O objetivo é melhorar a capacidade de o Brasil lidar com um ambiente institucional e territorial complexo e variado, no que diz respeito à demanda de água e à segurança hídrica. Destina-se a fornecer aos tomadores de decisão política, as orientações específicas sobre dois aperfeiçoamentos importantes atualmente em curso na ANA como o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, destinado a melhorar a articulação de políticas federais e estaduais para maior integração da gestão nacional de recursos hídricos.

O diálogo teve início em outubro de 2013, após a assinatura de um acordo entre a OCDE e ANA. Este diálogo se baseia em um extenso processo de envolvimento de partes interessadas, para o qual a delegação da OCDE realizou duas detalhadas missões no Brasil (de levantamento de informações, 10-14 março de 2014, e de estudos de caso, 18-24 maio de 2014) com o fim de se reunir com mais de 80 representantes de uma ampla gama de instituições, organizações e partes interessadas dos níveis de bacias, dos estado e também federal. O projeto será concluído com o lançamento de um relatório da OCDE, em abril de 2015.

Planos de recuperação e conservação da Mata Atlântica

No ano em que o Programa de Educação Ambiental da Concessionária busca trabalhar o conceito de água e floresta, a região recebe um importante instrumento rumo a recuperação de áreas degradadas. Isso vem de encontro à necessidade de recuperação e conservação do Reservatório Juturnaíba, em buscando uma melhor qualidade da água e a Prolagos participou dos debates.

Fórum de licenciamento promovido pelo Município de São Pedro da Aldeia

A concessionária participou do Fórum de Licenciamento promovido pela Secretaria de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia, a proposta foi promover um debate sobre as mudanças no licenciamento ambiental em todo o estado.

Encontro Estadual de Comitês de Bacias

A Prolagos participou do ECOB- Encontro Estadual de Comitês de Bacias realizado no Município de São Pedro da Aldeia, que neste ano teve como tema: O Comitê de Bacias como articulador político das águas. Na oportunidade a Concessionária foi convidada a coordenar as propostas do setor de usuário, tendo a oportunidade de apresentar o trabalho da Concessionária e o seu papel para o desenvolvimento da Região dos Lagos. Além disso, a empresa foi contemplada com uma moção de aplausos aprovada pelo fórum fluminense de comitês pela sua atuação na gestão participativa para melhoria da qualidade do meio ambiente. Ao final alguns representantes de comitês fizeram uma visita técnica na ETE São Pedro e no Centro de Controle Operacional.

Programas Ambientais:

Prolagos Cultiva



Por ano a Prolagos gera cerca de 10.000 frascos do seu programa de monitoramento da água e dos corpos hídricos. Desde janeiro de 2014 estes frascos passaram a ter um destino mais nobre. Em conjunto com o Horto Intermunicipal localizado em Iguaba Grande, estes frascos são usados agora para fabricação das mudas que são doadas aos participantes dos programas Saúde Nota 10 e Saber Faz Bem.

Agente das Águas



Programa iniciado em 2012 de monitoramento participativo e avaliação integrada da qualidade da água dos rios da bacia hidrográfica das lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una.

Tem como objetivo geral avaliar a qualidade da água de rios da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos e do Rio São João e, com base em experiências prévias do LAPSA (Laboratório de Avaliação e Promoção da Saúde Ambiental do Departamento de Biologia - IOC - Fiocruz), desenvolver estratégias educativas e de mobilização comunitária para o treinamento e a transmissão de informações científicas e instrumentalização da população com ferramentas modernas para avaliação dos rios. O público que este programa busca atingir é a comunidade no entorno da Lagoa Juturnaíba. O projeto formou cerca de 60 voluntários das 7 comunidades do entorno do reservatório.

Ambiente-se



Com o objetivo de intervir na realidade que nos cerca e promover o bem estar e a qualidade ambiental, a Prolagos lançou o programa de educação ambiental corporativo, denominado Ambiente-se com o lema "Use Menos, Faça Mais". Cada colaborador recebeu uma caneca e uma *squeeze*, com isso evitaremos o uso de cerca de 40 mil copos plásticos por mês. Além disso, placas educativas foram espalhadas pela sede, buscando modificar atitudes e práticas pessoais por meio da utilização do conhecimento sobre o meio ambiente. E ainda encaminhamento aos colaboradores de informativo periódico com matérias sobre conservação ambiental e reutilização de materiais recicláveis.





Periódicos

Revivendo Águas Claras

Sensibilizar e mobilizar a população para a restauração florestal na Bacia Lagos São João é o principal objetivo do Programa Revivendo Águas Claras elaborado em conjunto com o Comitê de Bacias, Consórcio Lagos São João e Concessionária Águas de Juturnaíba.



Parte integrante do Programa de Educação Ambiental aprovado pela Agenersa biênio 2014/2016 o projeto Revivendo Águas Claras pretende fazer uma mobilização social para que os proprietários de áreas inscrevam seus terrenos no banco de áreas e já no segundo momento fazer o plantio de até 10 hectares no entorno do Reservatório Juturnaíba.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e revisão limitada dos respectivos trimestres; serviços tributários compreendendo a revisão sumária do preenchimento das fichas que compõem a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) relativa ao ano-calendário de 2014 da Prolagos S.A..

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

O valor total dos serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes referentes a serviços tributários foi de R\$5 mil, o que equivale a 1% do valor dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A KPMG Auditores Independentes declarou que a prestação de outros serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa prestados à Companhia.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Inadimplência 180 dias, Índice de Perdas Físicas, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
São Pedro da Aldeia - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Passivos	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.491	3.185	Fornecedores e empreiteiros	10	26.099	2.668
Aplicações financeiras	5	43.710	14.287	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	13.702	25.922
Contas a receber de clientes	6	54.317	45.479	Obrigações trabalhistas e sociais	12	3.312	2.765
Estoques		4.528	5.220	Obrigações fiscais		5.899	3.041
Ativo fiscal corrente	7	2.066	2.306	Imposto de renda e contribuição social		2.813	27
Outros créditos		2.384	1.505	Parcelamentos de impostos		-	249
Total do ativo circulante		109.496	71.982	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	13	23.124	15.281
Aplicações financeiras	5	4.877	2.562	Outras contas a pagar		2.110	773
Contas a receber de clientes	6	16.218	10.942	Total do passivo circulante		77.059	50.726
Ativo fiscal diferido	20	24.566	33.908	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	211.147	144.864
Outros créditos	7	5.376	4.245	Parcelamentos de impostos		-	518
Total do realizável a longo prazo		51.037	51.657	Contas correntes partes relacionadas	8	212	212
Intangível		-	-	Provisão para contingências	14	3.747	3.916
Total do ativo não circulante	9	476.157	387.701	Total do passivo não circulante		215.106	149.510
Total do ativo		636.690	511.340	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		255.041	255.041
				Reserva de lucros		89.484	56.063
				Patrimônio líquido		344.525	311.104
				Total do passivo		292.165	200.256
				Total do passivo e patrimônio líquido		636.690	511.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	16	267.409	207.857
Custos dos serviços prestados	17	<u>(135.215)</u>	<u>(94.167)</u>
Lucro bruto		<u>132.194</u>	<u>113.690</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(59.287)	(41.875)
Outras receitas operacionais		150	195
Outras despesas operacionais		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>73.055</u>	<u>72.010</u>
Receitas financeiras	19	10.252	4.690
Despesas financeiras	19	<u>(19.822)</u>	<u>(16.087)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(9.570)</u>	<u>(11.397)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>63.485</u>	<u>60.613</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	(18.623)	(8.065)
Lucro líquido do exercício		<u>44.862</u>	<u>52.548</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	23	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	23	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>
Quantidade média de ações		221.673.074	221.673.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	<u>44.862</u>	<u>52.548</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>44.862</u>	<u>52.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Protagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	255.041	7.442	-	8.554	-	271.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.548	52.548
Destinações						
Reserva legal	-	2.627	-	-	(2.627)	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(12.481)	(12.481)
Reserva de lucros	-	-	-	37.440	(37.440)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	255.041	10.069	-	45.994	-	311.104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.862	44.862
Destinações						
Reserva legal	-	2.243	-	-	(2.243)	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(11.441)	(11.441)
Reserva estatutária conforme AGE 28 de Maio de 2014 - Art.17 parágrafo 2º	-	-	312	-	(312)	-
Reserva de lucros	-	-	-	30.866	(30.866)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	255.041	12.312	312	76.860	-	344.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	63.485	60.613
Ajustes para:		
Amortização	15.251	13.713
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.119	9.470
Juros sobre aplicações financeiras	(3.664)	-
Reversão (constituição) de provisão para contingências	56	(124)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.250	(812)
	<u>93.497</u>	<u>82.860</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(16.364)	(8.708)
Estoques	692	(1.768)
Ativos fiscais correntes	240	525
Outros créditos	(2.010)	(572)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	23.431	(7.824)
Obrigações trabalhistas e sociais	547	532
Obrigações fiscais	1.142	(790)
Parcelamentos de impostos	(358)	(202)
Pagamento de contingências	(225)	(129)
Outras contas a pagar	1.337	(1.073)
Juros pagos	(15.014)	(13.529)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.904)	(5.761)
	<u>80.011</u>	<u>43.561</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(28.074)	(15.455)
Aquisição de intangível	(103.114)	(62.153)
	<u>(131.188)</u>	<u>(77.608)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	116.574	82.042
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(66.091)	(46.721)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.817)
	<u>50.483</u>	<u>33.504</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(694)</u>	<u>(543)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.185	3.728
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>2.491</u>	<u>3.185</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(694)</u>	<u>(543)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Serviços	283.140	224.258
Receita de construção	192.763	166.447
Outras receitas	92.477	56.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150	195
	(2.250)	812
Insumos adquiridos de terceiros		
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(158.003)	(100.823)
Custo de construção	(92.477)	(56.804)
Custos dos serviços prestados	(21.959)	(11.508)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(43.567)	(32.511)
Valor adicionado bruto	125.137	123.435
Amortização	15.251	13.713
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	109.886	109.722
Valor adicionado recebido em transferência	10.252	4.690
Receitas financeiras	10.252	4.690
Valor adicionado total a distribuir	120.138	114.412
Distribuição do valor adicionado	(120.138)	(114.412)
Pessoal	(15.596)	(17.549)
Remuneração direta	(9.508)	(16.128)
Benefícios	(5.335)	(585)
F.G.T.S	(753)	(836)
Impostos, taxas e contribuições	(39.741)	(24.836)
Impostos federais	(39.222)	(24.369)
Impostos estaduais	(45)	(43)
Impostos municipais	(474)	(424)
Remuneração de capitais de terceiros	(19.939)	(19.479)
Juros	(16.166)	(14.204)
Aluguéis	(3.773)	(2.029)
Outros	-	(3.246)
Remuneração de capitais próprios	(44.862)	(52.548)
Dividendos e JSCP	(11.441)	(12.481)
Lucros retidos	(33.421)	(40.067)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de concessão nº 04/96 firmado com os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo.

O objeto do referido Contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande e o fornecimento de água no Município de Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período.

Em 2010, tendo como base o novo plano de investimentos da concessão, o Estado, juntamente com o Poder Concedente das cidades que são objeto da concessão e a Companhia, decidiram por estender o prazo da concessão até o ano de 2041, passando o contrato de concessão vigente a ter prazo de encerramento previsto para 13 de maio de 2041.

No dia 11 de agosto de 2014, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na categoria B, que autoriza a negociação de valores mobiliários da Companhia em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto os seguintes: a) ações e certificados de depósitos de ações; ou b) valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir os valores mobiliários mencionados no item a, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor dos valores mobiliários referidos no item a ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - Definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento abrangem as aplicações financeiras, principalmente aquelas de longo prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e empreiteiros, fornecedores partes relacionadas, contas correntes a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item *m*.

Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- os dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2014 e com relação a este assunto.

h. Demais passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

n. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

o. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto (Sancamento) nas operações da Companhia.

p. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

q. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

t. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa		
Bancos conta movimento	3	-
Aplicações financeiras	2.488	2.016
	-	1.169
	2.491	3.185

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2013, esses ativos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e eram remunerados a taxas que variam de 80% a 103% do CDI.

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5 Aplicações financeiras

		31/12/2014	31/12/2013
CDB - Pós fixado	98,1% a 103% do CDI	39.066	14.287
CDB - Pré fixado	101% do CDI	-	2.562
Fundo de Investimento	Valorização do PU	9.521	-
		<u>48.587</u>	<u>16.849</u>
Circulante		43.710	14.287
Não circulante		4.877	2.562

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

As cotas adquiridas do Fundo de Investimento Safira administrado pelo Banco BTG, correspondem a um fundo de investimentos multimercado, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por certificados de depósitos bancários com instituições financeiras *investment grade* em condição de baixo risco de crédito que denota adequadas garantias e reduzida vulnerabilidade a fatores de perturbação externos a uma emissão ou a um conjunto de obrigações de emissor.

Os ativos financeiros apresentados no não circulante estão vinculados aos empréstimos que a Companhia captou durante os exercícios anteriores e de 2014. A cláusula estipulada em contrato, determina que a Companhia, deve manter em conta reserva para suas obrigações nos próximos três meses, a contar com a data base do cálculo, de acordo com o contrato firmado entre as partes, adicionalmente as obrigações que a Companhia possui, está relacionado somente a juros, e a primeira parcela do principal está com o vencimento para janeiro de 2015.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de faturamento de água e esgoto	89.271	114.103
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(18.736)	(57.682)
	<u>70.535</u>	<u>56.421</u>
Circulante	54.317	45.479
Não circulante	16.218	10.942

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos			Total	31/12/2014
		Até 180 dias	Mais de 180 dias			
Residencial	15.645	12.404	3.503	15.907	31.552	
Comercial	3.601	2.978	1.540	4.518	8.119	
Industrial	386	588	144	732	1.118	
Setor público	1.179	2.363	524	2.887	4.066	
Subtotal consumidores	20.811	18.333	5.711	24.044	44.855	
Renegociações					44.416	
					<u>89.271</u>	

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos			Total	31/12/2013
		Até 180 dias	Mais de 180 dias			
Residencial	9.839	11.727	33.838	45.565	55.404	
Comercial	2.171	1.587	8.120	9.707	11.878	
Industrial	116	239	376	615	731	
Setor público	1.025	3.610	1.976	5.586	6.611	
Subtotal Consumidores	13.151	17.163	44.310	61.473	74.624	
Renegociações					39.479	
					<u>114.103</u>	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	31/12/2014	31/12/2013
Residencial	(11.526)	(32.015)
Comercial	(5.207)	(8.636)
Industrial	(446)	(470)
Setor público	(1.055)	(2.690)
Mista (comercial e residencial)	-	(5.318)
Parcelamentos	(502)	(8.553)
	<u>(18.736)</u>	<u>(57.682)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Natureza	Saldo em 31/12/2013	(+) Adições	(-) Reversões	(-) Baixa títulos cf. Lei 9.430/96	Saldo em 31/12/2014
Correntes	(53.570)	-	3.249	32.087	(18.234)
Renegociações	(4.112)	(5.499)	-	9.109	(502)
	<u>(57.682)</u>	<u>(5.499)</u>	<u>3.249</u>	<u>41.196</u>	<u>(18.736)</u>

Natureza	Saldo em 31/12/2012	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 31/12/2013
Correntes	(51.697)	(7.455)	5.582	(53.570)
Renegociações	(6.797)	-	2.685	(4.112)
	<u>(58.494)</u>	<u>(7.455)</u>	<u>8.267</u>	<u>(57.682)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia passou a tratar os títulos a receber de valores individuais abaixo de R\$5 nos registros contábeis como perda efetiva, utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal, conforme Lei 9.430/96, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Os valores recuperados serão contabilizados como recuperação de perda.

7 Outros créditos

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito com funcionários	171	135
Adiantamento a fornecedores	701	457
Depósitos Judiciais	5.376	2.360
Outros créditos - Partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	210	2.214
Despesas antecipadas	882	156
Outros créditos	<u>420</u>	<u>428</u>
	<u>7.760</u>	<u>5.750</u>
Circulante	2.384	1.505
Não circulante	5.376	4.245

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração de curto prazo do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$1.711 (R\$1.484 em 31 de dezembro de 2013) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 i (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea Saneamento") que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Outros créditos (Nota explicativa nº 7)	(b) 210	-	329	-
Ativo não circulante				
Intangível - adiantamento a fornecedores	(a) -	-	1.885	-
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota explicativa nº 10)	(b) -	(13.869)	-	(368)
Passivo não circulante				
Contas correntes a pagar	(c) -	(212)	-	(212)
	<u>210</u>	<u>(14.081)</u>	<u>2.214</u>	<u>(580)</u>

A composição dos saldos por contraparte é descrita conforme segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	(4.917)	-	(368)
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.	-	(8.738)	-	-
Equipav Engenharia Ltda.	-	-	-	-
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	-	-	129	-
GTE - Gestão e Tecnologia em Eng. Ltda.	-	-	1.885	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A.	201	-	200	-
Águas Guariroba S.A.	-	(153)	-	-
Águas de Matão S.A.	-	(1)	-	-
Águas de São Francisco	3	-	-	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	6	-	-	-
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	(60)	-	-
	-	(212)	-	(212)
	<u>210</u>	<u>(14.081)</u>	<u>2.214</u>	<u>(580)</u>

	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de ativo intangível no exercício (e)		
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.	18.583	9.759
Equipav S.A. Pavimentação Engenharia e Comércio	-	20.832
	<u>18.583</u>	<u>30.591</u>

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do exercício		
Despesas de vendas, administrativas e gerais (d)	33.331	4.433
Imposto de renda e contribuição social		
Águas Guariroba S.A. (20b)	1.654	-
	<u>34.985</u>	<u>4.433</u>

- (a) Saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de contas do ativo intangível com natureza operacional, por conta de adiantamentos efetuados para a contratação de serviços para execução de obras, de ampliação e manutenção nas redes de água e esgotamento sanitário que serão compensados com as notas fiscais de prestação de serviços.
- (b) Saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de contas a receber, outros créditos e fornecedores partes relacionadas são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras, de ampliação e manutenção nas redes de água e esgotamento sanitário, além de serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Saldos decorrentes de contas correntes financeiras, mantidas pelo seu valor original. Considerando o contexto operacional no qual as empresas estão inseridas, bem como os prazos de vencimento, os saldos dessas operações estão classificados no balanço patrimonial como passivo não circulante.
- (d) Refere-se aos serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA), conforme mencionado na letra (b) desta nota explicativa, além de serviço de locação de veículos (R\$ 1.241) prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A. e serviço de manutenção de software (R\$656) prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (e) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. Os contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário estão assim representados:

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	Contratado	Realizado	A Realizar
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	27.701	(27.701)	-
Engcpav Engenharia e Comércio Ltda.	355.504	(141.776)	213.728
	383.205	(169.477)	213.728

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física e financeira, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram aditados R\$195.158 e realizados R\$18.583 referentes aos contratos com partes relacionadas. Durante o ano de 2013 foram contratados R\$27.701 e realizados R\$149.333 até 31 de dezembro de 2013.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$23.124 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2013) no passivo circulante referente a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar a seus acionistas, conforme nota explicativa nº 13.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração do sistema e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Prazo remanescente (em anos)	Taxa média anual	Custe	31/12/2014		31/12/2013
					(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Outorga / contrato de Concessão	43	27	2,33%	2.417	(422)	1.995	2.065
Instalações técnicas de saneamento	de 20 a 29	de 17 a 26	3,70%	290.726	(96.735)	193.991	173.988
Edificações de estações de tratamento	de 20 a 29	de 17 a 26	3,63%	193.322	(17.508)	175.814	105.532
Máquinas e equipamentos	de 10 a 29	de 07 a 26	4,49%	17.474	(2.718)	14.756	10.513
Outros componentes	de 03 a 28	26	4,35%	17.135	(2.430)	14.696	8.847
				521.074	(119.822)	401.252	300.945
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				74.810	-	74.810	84.755
Ajustamento a fornecedores				-	-	-	1.885
				74.810	-	74.810	86.640
Software							
Licença de uso de software	de 03 a 05	3	33,48%	335	(240)	95	116
				335	(240)	95	116
				596.214	(120.062)	476.152	387.701

b. Movimentação do custo

Ativo	31/12/2013		31/12/2014		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / contrato de Concessão	2.417	-	-	-	2.417
Instalações técnicas de saneamento	262.264	51	-	-	262.315
Edificações de estações de tratamento	117.415	72	-	28.411	145.898
Máquinas e equipamentos	12.723	9.399	-	75.835	97.957
Outros componentes	10.787	3.524	-	(4.648)	9.663
	<u>405.606</u>	<u>13.046</u>	<u>-</u>	<u>2.824</u>	<u>421.476</u>
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	84.755	92.477	-	(102.422)	74.810
Adiantamento a fornecedores	1.885	-	(1.885)	-	-
	<u>86.640</u>	<u>92.477</u>	<u>(1.885)</u>	<u>(102.422)</u>	<u>74.810</u>
Software					
Licença de uso de software	266	69	-	-	335
	<u>266</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>335</u>
	<u>492.512</u>	<u>105.592</u>	<u>(1.885)</u>	<u>-</u>	<u>596.219</u>

Ativo	31/12/2012		31/12/2013		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / contrato de Concessão	2.417	-	-	-	2.417
Instalações técnicas de saneamento	256.099	34	-	6.131	262.264
Edificações de estações de tratamento	114.774	14	-	2.627	117.415
Máquinas e equipamentos	9.014	3.709	-	-	12.723
Outros componentes	1.263	6.502	-	(3.022)	10.787
	<u>383.567</u>	<u>10.259</u>	<u>-</u>	<u>11.780</u>	<u>405.606</u>
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	38.594	56.804	-	(8.758)	86.640
	<u>38.594</u>	<u>56.804</u>	<u>-</u>	<u>(8.758)</u>	<u>86.640</u>
Software					
Licença de uso de software	266	86	-	(3.022)	266
	<u>266</u>	<u>86</u>	<u>-</u>	<u>(3.022)</u>	<u>266</u>
	<u>425.363</u>	<u>67.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>492.512</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	31/12/2013	31/12/2014	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / contrato de Concessão	(352)	(70)	(422)
Instalações técnicas de saneamento	(88.276)	(8.459)	(96.735)
Edificações de estações de tratamento	(11.883)	(5.625)	(17.508)
Máquinas e equipamentos	(2.210)	(508)	(2.718)
Outros componentes	(1.940)	(499)	(2.439)
	<u>(104.661)</u>	<u>(15.161)</u>	<u>(119.822)</u>
Software			
Licença de uso de software	(150)	(90)	(240)
	<u>(150)</u>	<u>(90)</u>	<u>(240)</u>
	<u>(104.811)</u>	<u>(15.251)</u>	<u>(120.062)</u>

Ativo	31/12/2012	31/12/2013		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / contrato de Concessão	(235)	(117)	-	(352)
Instalações técnicas de saneamento	(78.936)	(9.340)	-	(88.276)
Edificações de estações de tratamento	(8.737)	(3.146)	-	(11.883)
Máquinas e equipamentos	(1.682)	(528)	-	(2.210)
Outros componentes	(297)	(509)	(1.138)	(1.940)
	<u>(89.887)</u>	<u>(13.636)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(104.661)</u>
Software				
Licença de uso de software	(1.211)	(77)	1.138	(150)
	<u>(1.211)</u>	<u>(77)</u>	<u>1.138</u>	<u>(150)</u>
	<u>(91.098)</u>	<u>(13.713)</u>	<u>-</u>	<u>(104.811)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

Os juros sobre empréstimos capitalizados na rubrica Intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$2.475 e uma taxa média de 7,88% a.a. (R\$4.996 e 9,74% a.a. em 31 de dezembro de 2013) e estão sendo considerados dentro das adições do "Intangível em andamento", no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

10 Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores de materiais e serviços	12.230	2.300
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	13.869	368
	<u>26.099</u>	<u>2.668</u>

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor	31/12/2014	31/12/2013
			original		
Debêntures	CDI + 2,30% a 3,25% a.a.	agosto/19	100.000	103.707	58.951
Projeto		janeiro/22 a			
BNDES	TJLP + 3,00% a 4,40% a.a.	julho/28	145.508	120.917	111.835
Finame	TJPL + 3,5% a.a.	junho/17	245	137	-
Outros	Leasing	abril/15	258	88	-
			<u>246.011</u>	<u>224.849</u>	<u>170.786</u>

Circulante	13.702	25.922
Não circulante	211.147	144.864

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros não circulantes:

Cronograma de amortização da dívida - Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2014	31/12/2013
2.015	-	7.287
2.016	11.893	10.390
2.017	17.342	14.648
2.018	17.338	14.623
2.019 em diante	64.574	56.249
	<u>111.147</u>	<u>103.197</u>

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	31/12/2014	31/12/2013
2.015	-	16.667
2.016	-	16.667
2.017	33.330	8.333
2.018	33.330	-
2.019 em diante	33.340	-
	<u>100.000</u>	<u>41.667</u>

Entre 10 de janeiro de 2012 e 23 de junho de 2013, a Companhia contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiamento subsidiado para investimentos em saneamento no valor nominal R\$145.508. Esse financiamento tem vencimento entre 17 de janeiro de 2022 e 15 de julho de 2028.

A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pelas intervenientes garantidoras Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária de 50% dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia.
- Penhor de 49% das ações da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A..

Em 19 de maio de 2011, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 75 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal total de R\$75.000. Estas debentures foram liquidadas em três parcelas iguais e semestrais de R\$8.333 em maio de 2013, novembro de 2013 e maio de 2014 e o saldo remanescente totalmente liquidado em 17 de setembro de 2014, sendo o valor total pago de R\$77.099.

Em 15 de agosto de 2014, mediante a 2ª emissão, a Companhia, emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias (em substituição a 1ª emissão, liquidada), com valor nominal total de R\$10. Estas debêntures serão pagas em três parcelas anuais em 15 de agosto de 2017, 2018 e 2019. Os juros têm pagamentos semestrais com vencimento à partir da data base do fechamento da operação.

- A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:
- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, limitada a partir do primeiro dia útil de cada ano, ao valor equivalente a 25% dos direitos creditórios da tomadora; e
- Penhor de 25% das ações da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

- Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia incorrido em custos de captação no montante de R\$ 1.298 (em 31 de dezembro de 2013 não foram incorridos custos de captação), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e *Covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

12 Obrigações fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
PIS / COFINS a recolher	2.808	963
PIS/COFINS/CSLL/ sobre prestação de serviços a recolher	19	42
IRRF / INSS / ISS sobre prestação de serviços a recolher	731	60
IRRF sobre juros sobre capital próprio	506	663
IOF sobre mútuo a recolher	673	673
ISS a recolher sobre serviços de terceiros	475	89
Taxa a pagar para o poder concedente	544	466
Outros	143	85
	<u>5.899</u>	<u>3.041</u>

13 Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio

	31/12/2014	31/12/2013
Dividendos a pagar	-	361
Juros sobre capital próprio a pagar (nota explicativa nº 15 - e)	23.124	14.920
	<u>23.124</u>	<u>15.281</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências cíveis	3.333	3.690
Contingências trabalhistas	414	226
	<u>3.747</u>	<u>3.916</u>

Natureza	31/12/2013	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2014
Cível	3.690	2.186	(2.433)	(110)	3.333
Trabalhista	226	437	(134)	(115)	414
	<u>3.916</u>	<u>2.623</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(225)</u>	<u>3.747</u>
Natureza	31/12/2012	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2013
Cível	3.410	1.255	(975)	-	3.690
Trabalhista	759	20	(424)	(129)	226
	<u>4.169</u>	<u>1.275</u>	<u>(1.399)</u>	<u>(129)</u>	<u>3.916</u>

Os processos cíveis correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam R\$13.272 (R\$11.072 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

Como parte das causas classificadas como risco de perda possível, há um processo movido pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A concessionária instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da empresa no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2014 é de R\$5.200 (R\$5.200 em 31 de dezembro de 2013). A administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos, avaliaram o risco de perda do processo como possível.

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2014, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$123 (R\$21 em 31 de dezembro de 2013) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social integralizado é de R\$255.041 e está representado por 221.673.074 (duzentas e vinte e um milhões, seiscentos e setenta e três mil e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	31/12/2014	31/12/2013
Agea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total:	100%	100%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária

Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1 % será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal, a reserva estatutária e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2014 foram atendidos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	44.862
(-) constituição da reserva legal	(2.243)
Lucro líquido ajustado	42.619
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	10.655
Juros sobre capital próprio aprovado no exercício	11.441
Dividendos e juros sobre capital próprio calculados no exercício	11.441

Em 31 de dezembro de 2014, os acionistas decidiram declarar o crédito de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$11.441 (R\$12.119 em 31 de dezembro de 2013), sendo estes imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2014.

O crédito foi contabilizado com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de acordo com a legislação vigente.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	185.516	158.531
Outros serviços indiretos de água	14.946	16.386
Receitas de construção	92.477	56.804
	<u>292.939</u>	<u>231.721</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre serviços e cancelamentos	(25.530)	(23.864)
	<u>(25.530)</u>	<u>(23.864)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>267.409</u>	<u>207.857</u>

17 Custos dos serviços prestados

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(8.995)	(14.224)
Conservação e manutenção	(963)	(932)
Serviços de terceiros	(5.394)	(1.387)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.088)	(1.470)
Amortização	(12.963)	(11.631)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	2.749	1.852
Custo de construção	(92.477)	(56.804)
Energia elétrica	(10.395)	(7.179)
Produtos químicos	(1.492)	(1.615)
Locação	(1.570)	-
Outros custos	(627)	(777)
	<u>(135.215)</u>	<u>(94.167)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(8.978)	(6.065)
Conservação e manutenção	(92)	(888)
Serviços de terceiros	(35.866)	(21.435)
Materiais, equipamentos e veículos	(794)	(6.165)
Amortização	(2.288)	(2.082)
Energia elétrica	(169)	(311)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(2.250)	812
Seguros	(857)	(1.184)
Viagens e estadas	(548)	-
Reversões para contingências	56	124
Impostos, taxas e contribuições	(461)	(1.903)
Locação	(2.203)	(2.029)
Outras despesas	(4.837)	(749)
	<u>(59.287)</u>	<u>(41.875)</u>

19 Despesas financeiras líquidas

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Aplicações financeiras	3.664	443
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	6.574	4.015
Outros	14	232
	<u>10.252</u>	<u>4.690</u>
Despesas		
Encargos financiamento e variação monetária sobre financiamentos	(16.119)	(9.470)
Juros sobre atraso em pagamentos	(47)	(187)
Despesas e comissões bancárias	(1.533)	(1.421)
Juros sobre parcelamentos e renegociações	-	(4.547)
Descontos concedidos	(1.968)	-
Outras	(155)	(462)
	<u>(19.822)</u>	<u>(16.087)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(9.570)</u>	<u>(11.397)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está apresentada como segue:

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	63.485	60.613
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	(21.585)	(20.608)
Despesas indedutíveis	(285)	(194)
Baixa de títulos incobráveis	-	7.302
Inovação tecnologia	481	625
Despesa com juros sobre capital próprio	3.890	4.121
PAT e outros incentivos fiscais	530	689
Compensação PF/BNCSL Quitação Parcelamento-Lei 12.996/14	(1.654)	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(9.690)	(3.864)
Diferido	(8.933)	(4.201)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(18.623)	(8.065)
Alíquota efetiva	29%	13%

b. Créditos fiscais - REFIS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão ao artigo 33 da Lei 13.043/14 que permite a quitação antecipada de parcelamentos fiscais. A opção implica o pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% do saldo do parcelamento. Do montante total da adesão, R\$ 175 foi pago em dinheiro e o restante do valor R\$ 409 foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais próprios.

Pela quitação antecipada de parcelamentos, as dívidas tributárias foram liquidadas conforme tabela abaixo, que também demonstra o saldo residual das dívidas em 31/12/2014:

	Montante das dívidas quitadas antecipadamente	Pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados	Saldo em 31/12/14
Imposto de Renda e Contribuição Social	584	(175)	(409)	-
Total	584	(175)	(409)	-

Também foi aprovada a transferência não remunerada de prejuízos fiscais no montante de R\$1.654 para a parte relacionada Águas Guariroba S.A. em virtude dessa Companhia também ter aderido a essa Lei.

c. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Provisão para participação nos lucros	6.370	6.376
Provisão para contingências	461	403
Outras provisões	1.274	788
Prejuízo fiscal	38	-
Base negativa de contribuição social	32.923	37.687
	<u>11.852</u>	<u>13.567</u>
Ativo fiscal diferido	<u>52.918</u>	<u>58.821</u>
Ajustes RTT - capitalização de juros	(7.146)	(6.305)
Ajustes RTT - encargos de depreciação	(20.815)	(18.608)
Ajustes RTT - custo de captação (a)	(391)	-
Passivo fiscal diferido	<u>(28.352)</u>	<u>(24.913)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>24.566</u>	<u>33.908</u>

- (a) As despesas registradas contabilmente em decorrência da amortização do ativo intangível foram calculadas considerando o menor prazo entre a vida útil econômica dos bens e o prazo de concessão, totalizando o montante de R\$ 15.251 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$13.598 em 31 de dezembro de 2013). Para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social do mesmo exercício, a despesa registrada foi calculada com base nas taxas determinadas pela legislação fiscal corrente, totalizando R\$21.741 (R\$28.115 em 31 de dezembro de 2013).

Publicada no Diário oficial da União no dia 14 de maio de 2014 a Lei nº 12.973/2014 revoga das disposições da Lei nº 11.941/2009 que instituiu o Regime Tributário de Transição-RTT e substitui a Medida Provisória nº 627/2013 que dispõe sobre a tributação do Imposto de Renda da Pessoas Jurídicas - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, para a contribuição do PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - CSLL, além de outras determinações a Lei nº 12.973/2014 acaba por ratificar a adoção das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia decidiu não optar pela adoção antecipada da Lei 12.973/14 para o exercício de 2014, portanto, deverá aplicá-la somente a partir de 1º de janeiro de 2015, quando a mesma entrará em vigor.

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- **Risco operacional.**

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	2.491	3.185
Aplicações financeiras	48.587	16.849
Contas a receber de clientes	70.535	56.421
Outros créditos	7.760	5.750
Total	<u>129.373</u>	<u>82.205</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.491	2.491	-
Aplicações financeiras	48.587	43.710	4.877
Contas receber de clientes	70.535	54.317	16.218
Outros créditos	7.760	2.384	5.376
Total	129.373	102.902	26.471
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	324.449	29.825	294.624
Fornecedores e empreiteiros	26.099	26.099	-
Contas correntes partes relacionadas	212	-	212
Dívidas e juros sobre capital próprio	23.124	23.124	-
Outras contas a pagar	2.110	2.110	-
Total	375.994	81.158	294.836

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	48.587	16.849
	<u>48.587</u>	<u>16.849</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	224.849	170.786
	<u>224.849</u>	<u>170.786</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	48.587 Variação do CDI	10,81%	5.252	6.565	7.878	3.939	2.626
2- Passivos financeiros							
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(163.932) Variação do CDI	10,81%	(11.235)	(14.044)	(16.853)	(8.426)	(5.618)
Empréstimos, Financiamentos e BNDES	(320.917) TLP	5,00%	(6.046)	(7.558)	(9.069)	(4.535)	(3.023)
1 - 2	Efeito		<u>(12.029)</u>	<u>(15.037)</u>	<u>(18.044)</u>	<u>(9.022)</u>	<u>(6.015)</u>

Exposição Patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários				
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	16.849 Variação do CDI/CDI	8,06%	1.358	1.698	2.037	1.019	679
2- Passivos financeiros							
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(58.891) Variação do CDI	8,06%	(4.751)	(5.939)	(7.127)	(3.564)	(2.376)
Empréstimos, Financiamentos e BNDES	(111.835) Variação de TLP	5,00%	(3.592)	(6.990)	(8.388)	(4.194)	(2.796)
1 - 2	Efeito		<u>(6.985)</u>	<u>(11.231)</u>	<u>(13.478)</u>	<u>(6.739)</u>	<u>(4.493)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e integros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2014
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	2.491	-	2.491
Aplicações financeiras	5	43.710	4.877	-	-	48.587
Contas a receber de clientes	6	-	-	70.535	-	70.535
Outros créditos		-	-	7.760	-	7.760
Total		43.710	4.877	80.786	-	129.373
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	224.849	224.849
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	26.099	26.099
Contas correntes a pagar partes relacionadas	8	-	-	-	212	212
Dividendos e juros sobre capital a pagar	13	-	-	-	23.124	23.124
Outras contas a pagar		-	-	-	2.110	2.110
Total		-	-	-	276.394	276.394

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Ativos	NE	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	3.185	-	3.185
Aplicações financeiras	5	14.287	2.562	-	-	16.849
Contas a receber de clientes	6	-	-	56.421	-	56.421
Outros créditos		-	-	5.750	-	5.750
Total		14.287	2.562	65.356	-	82.205
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	170.786	170.786
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	2.668	2.668
Contas correntes a pagar partes relacionadas	8	-	-	-	212	212
Dividendos e juros sobre capital a pagar	13	-	-	-	15.281	15.281
Outras contas a pagar		-	-	-	773	773
Total		-	-	-	189.720	189.720

a. Valor justo

(i) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

(ii) Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	224.849	233.222
	<u>31/12/2013</u>	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	170.786	174.017

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 5.000 para danos materiais, R\$ 5.000 para responsabilidade civil e R\$ 12.000 para perda de receita, R\$ 350 para equipamentos e R\$141.757 para executante concessionário.

23 Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

Lucro básico por ação	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido da Sociedade	44.862	52.548
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro básico por ação - R\$	0,20	0,23

Lucro diluído por ação	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido da Sociedade	44.862	52.548
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro diluído por ação - R\$	0,20	0,23

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso decorrente do direito de outorga variável que refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 0,5% sobre o valor de água faturado mensalmente, e mais 0,1397% de repasse aos consumidores pelo uso de recursos hídricos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia assumiu o compromisso de investimento de acordo com seu contrato de concessão a ser cumprido até o final do prazo da concessão, demonstrado abaixo os investimentos previstos e em andamento para os próximos anos.

Apresentamos a seguir os compromissos assumidos, de maneira cronológica, conforme termos aditivos ao contrato de concessão de serviços e obras de implantação, ampliação, manutenção e operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgotos sanitários das áreas urbanas de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia e de distribuição de água potável para o município de Arraial do Cabo, firmado com estes municípios e o estado do Rio de Janeiro, sendo o Aditivo vigente datado de 08 de Fevereiro de 2011: I) 2015 - (a) Investimento em Água - (i) Ampliação do Sistema de Água - Captação e Tratamento R\$ 8.014; (ii) Adutoras R\$ 10.350; (iii) Rede de Distribuição R\$ 1.547; (b) Outros Investimentos R\$ 2.000; II) 2016 - (a) Investimento em Água - (i) Ampliação do Sistema de Água - Captação e Tratamento R\$ 10.978; (ii) Adutoras R\$ 15.525; (b) Investimento em Esgoto - (i) Transposição Efluentes do Rio Una R\$ 1.177; (c) Outros Investimentos R\$ 2.000; III) 2017 - (a) Investimento em Água - (i) Rede de Distribuição R\$ 2.390; (ii) Reservatórios R\$ 1.139; (b) Investimento em Esgoto - (i) Redes/Elevatórias e recalques R\$ 1.189; (ii) Transposição Efluentes do Rio Una R\$ 10.591; (c) Outros Investimentos R\$ 4.466; IV) 2018 a 2041 - (a) Investimento em Água - (i) Rede de Distribuição R\$ 4.914; (ii) Reservatórios R\$ 3.456; (b) Investimento em Esgoto - (i) Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) R\$ 1.550; (c) Outros Investimento à Definir R\$ 72.540.

Até 31 de dezembro de 2014 todos os marcos foram atendidos.

* * *

Carlos Henrique Paganetto Roma Junior
Diretor presidente

Ana Paula Medina de Oliveira
Diretora executiva

Flavio Martins Tarchi Crivellari
Diretor de relação com investidores

*Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras individuais
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Percival Gratti Junior
Contador
CRC 1SP239268/O-9

Prolagos S.A. -
Concessionária de
Serviços Públicos de
Água e Esgoto

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	29
Balancos patrimoniais	34
Demonstrações de resultados	35
Demonstrações de resultados abrangentes	36
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	37
Demonstrações dos fluxos de caixa	38
Demonstrações do valor adicionado	39
Notas explicativas às demonstrações financeiras	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mensagem da Administração

18 anos de conquistas no saneamento básico

A Prolagos, concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, completou 18 anos de atividades em 2016, ajudando a transformar a condição de vida da população.

Desde o início da atuação, em 1998, a companhia já investiu mais de R\$ 1,5 bilhão em saneamento básico, o que representa um dos maiores investimentos neste segmento por habitante no Brasil. Neste período, a concessionária triplicou o fornecimento de água potável, passando de 30% de cobertura para 97,12% da população da área urbana. Em esgotamento sanitário, o índice de atendimento saltou de praticamente 0% para 77,14%. Esses percentuais estão acima do estabelecido na meta contratual para o período, que é de 90% para água e 70% para esgoto.

Em 2016, continuamos a perseguir o compromisso de prover soluções em saneamento, o que faz com que a Prolagos seja uma empresa que assume o desafio de melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes dos cinco municípios na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, onde atuamos.

O avanço no saneamento básico contribuiu para o fomento à economia local; para promoção do turismo com recuperação de praias e da Lagoa de Araruama, que voltou a ser balneável; e o mais importante: o avanço das condições de vida e saúde da comunidade. A constatação, após vistoria técnica, é do ambientalista Arnaldo Vilanova, presidente da ONG Viva Lagoa, que há anos monitora a qualidade da água da laguna.

Com foco nas inovações tecnológicas, a empresa buscou modernizar e otimizar os serviços já prestados aos municípios da área de concessão por meio da redução das perdas e na eficácia do abastecimento, além de se manter como uma referência no setor de saneamento básico.

Esses investimentos permitiram que a Prolagos tivesse estabilidade no abastecimento com maior precisão, rapidez e eficiência na operação do funcionamento das redes de água e esgoto.

O principal marco alcançado em 2016 foi a concessão dos serviços de esgotamento sanitário do município de Arraial do Cabo, antes só atuava com abastecimento de água. A empresa vem para otimizar e ampliar os resultados, para tanto, irá modernizar e ampliar a infraestrutura já existente. O tratamento correto do esgoto de Arraial do Cabo representa um importante passo para a melhoria da qualidade da Lagoa Araruama, pois boa parte do esgoto da cidade era lançada sem tratamento. O município tem a maior extensão de praias da laguna. Além disso, com a operação deste novo serviço, a Prolagos passará a contribuir ainda mais para o meio ambiente e o desenvolvimento da Região dos Lagos.

Temos na gestão foco em sustentabilidade e transparência, que traz a credibilidade necessária para administrar contratos de longo prazo. A regulação feita por uma agência independente reforça nossa obrigação de cumprir metas estabelecidas perante a regra que preserva o equilíbrio econômico financeiro do nosso contrato. Esse quadro gera um diferencial competitivo importante, que fortalece nosso comprometimento com o futuro e com a garantia de resultados.

Mesmo com a recessão econômica do país, a Prolagos alcançou o menor índice de inadimplência desde o início da concessão. A taxa caiu de 60% em 1998 para menos de 5% em dezembro de 2016. Para a empresa, esta redução é resultado de muito trabalho, buscando sempre o melhor atendimento ao cliente, preservando o relacionamento empresa x usuário.

Demos continuidade ao processo de aprimoramento do nosso relacionamento com as comunidades dos cinco municípios através do Programa Afluentes, mantendo a rotina de reuniões com os líderes das comunidades, esclarecendo, ouvindo as mais diversas reivindicações e atendendo-as dentro das possibilidades que o contrato permite. Dessa forma, disseminamos o conhecimento do contrato e suas metas junto aos diversos líderes comunitários, dando transparência às informações.

Em parceria com o Instituto Equipav, realizamos projetos sociais promovendo ações sustentáveis e disseminando a cultura e informação, sempre relacionado com a preservação do meio ambiente. Mantivemos ainda a realização dos programas socioeducativos que leva para crianças de escolas municipais, de forma lúdica, conceitos de sustentabilidade e saneamento básico.

Todos estes feitos devemos ao nosso time que conta com mais de 450 colaboradores diretos e indiretos, e que mantém a motivação necessária ao sucesso do trabalho realizado. Temos um atraente programa de benefícios para os funcionários que é destaque no mercado regional onde atuamos.

Foi mais um ano de desafios e com motivos para nos orgulhar. Nossa missão sempre desafiadora é desenvolvida com o esforço de cada um de nossos colaboradores no sentido de atender às expectativas dos nossos acionistas e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes da Região dos Lagos.

Carlos Henrique Paganetto Roma Junior
Diretor-Presidente da Prolagos

PERFIL DA COMPANHIA

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma operadora privada de serviços de saneamento básico, com presença atuante nas comunidades atendidas e estreita colaboração com o poder concedente, gerenciando o contrato de serviços também pelo relacionamento com suas

partes interessadas. Com sede em São Pedro d'Aldeia (RJ) e com expertise para atuar em todos os processos do ciclo integral do saneamento - desde o abastecimento, coleta até o tratamento de esgoto - , a Prolagos administra e opera a distribuição de água e o tratamento de esgoto dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia e Arraial do Cabo. Promove o atendimento de mais 400 mil pessoas residentes, podendo chegar a 2 milhões em épocas de alta temporada, em mais de 170 mil domicílios.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

O futuro do país tem como um dos alicerces o setor de saneamento básico

De acordo com o estudo do Instituto Trata Brasil¹, em 2011, no Brasil, 396.048 pessoas foram internadas por diarreia; destas, 138.447 foram crianças menores de 5 anos (35% do total). Já nas 100 maiores cidades, 54.339 pessoas foram internadas (14% do total) e 28.594 delas foram crianças entre 0 e 5 anos de idade. Significa que as crianças menores de 5 anos representaram 53% das internações por diarreia nas maiores cidades e 21% destas internações no Brasil. As crianças dessa faixa etária são o grupo mais vulnerável às diarreias e, por extensão, suas maiores vítimas, na comparação com o conjunto da população.

Estudos² recentes sugerem uma associação entre a incidência de diarreia durante os 2 primeiros anos de vida e queda no desempenho cognitivo posteriormente ainda na infância. Isso reforça que as doenças associadas à falta de saneamento adequado atingem não somente a população atual, como também deixam sequelas para o futuro de nossa sociedade. Se o salto para se tornar um país desenvolvido obrigatoriamente passa pela melhoria na qualidade da educação, o saneamento básico é premissa chave para garantir que a capacidade cognitiva da população não será prejudicada.

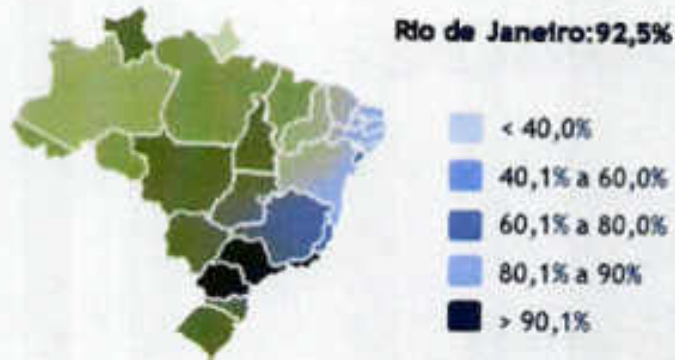
Análise setorial

Suprir a demanda por infraestrutura em saneamento básico permanece como um dos grandes desafios a ser superado no Brasil. Em um comparativo de condições adequadas de saneamento, produzido pela Unicef (*United Nations Children's Fund* ou Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Brasil aparece com um índice de 81% de cobertura, quando em alguns países, como Estados Unidos e Japão, o índice é de 100%. De acordo com o diagnóstico de serviços de água e esgoto conduzido pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS em 2015, a média nacional de população abastecida com água atinge aproximadamente 83,3%. No estado do Rio de Janeiro o esse índice é ainda maior, de 92,2%. A Prolagos tem um índice de cobertura hoje em 97,1%.

¹ Estudo: Impactos na Saúde e no Sistema Único de Saúde Decorrentes de Agravos Relacionados ao Esgotamento Sanitário Inadequado dos 100 Maiores Municípios no Período 2008-2011.

² Estudo: *Association of early childhood diarrhea and cryptosporidiosis with impaired physical fitness and cognitive function four-seven years later in a poor urban community in northeast Brazil.* Guerrant DL, Moore SR, Lima AA, Patrick PD, Schorling JB, Guerrant RL.

Cobertura de Água (% população)



Fonte: SNIS 2015

O estudo ainda revela que 50,3% da população brasileira é atendida com coleta de esgoto, mas apenas 41,67% do esgoto gerado é tratado. É importante ressaltar que o estudo considera o volume de esgoto gerado equivalente ao volume de água consumido. O nível de cobertura de esgoto no estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 14 pontos percentuais acima da média nacional, e apenas 33,67% do esgoto gerado pelo estado é de fato tratado. A Prolagos possui um índice de coleta de esgoto em 77,1% e índice de tratamento do esgoto coletado em 100%. A Prolagos trata 100% do esgoto coletado em sua área de concessão.

Cobertura de Esgoto (% população)



Fonte: SNIS 2015

A baixa cobertura, por outro lado, demonstra que existe uma enorme base a ser atendida e uma demanda por elevados investimentos para se atingir a universalização dos serviços.

Tratamento de Esgoto (% Esgoto Gerado¹)



Por ser um mercado municipalizado, o poder da concessão é do município, situação que transforma o mercado pulverizado em um grande universo de oportunidades. Em maior ou menor escala, os municípios buscarão recursos para enfrentar este desafio. Trata-se de um conjunto de circunstâncias a exigir um salto de desenvolvimento no setor de saneamento dentro do modelo praticado pelas empresas privadas.

De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), serão necessários investimentos no setor de mais de R\$ 508,5 bilhões em medidas estruturais e estruturantes até 2033, de forma a atingir as seguintes metas para saneamento no País:

- Índice de cobertura de água: 99% (nível atual: 83,3%)
- Índice de perdas na distribuição de água: 31% (nível atual: 36,7%)
- Índice de tratamento sobre o esgoto coletado: 93% (nível atual: 42,3%)

Considera-se que os investimentos em medidas estruturais correspondem aos totais investidos em ações relativas à expansão da produção e distribuição de água; da coleta, interceptação, transporte e tratamento dos esgotos; de aterros sanitários e usinas de triagem e compostagem e também a uma parcela de 30% dos investimentos em reposição nesses componentes. Para a drenagem urbana, as medidas estruturais correspondem a 30% dos investimentos em expansão e a 70% dos investimentos em reposição, na qual segundo a metodologia utilizada, são encontrados os maiores passivos.

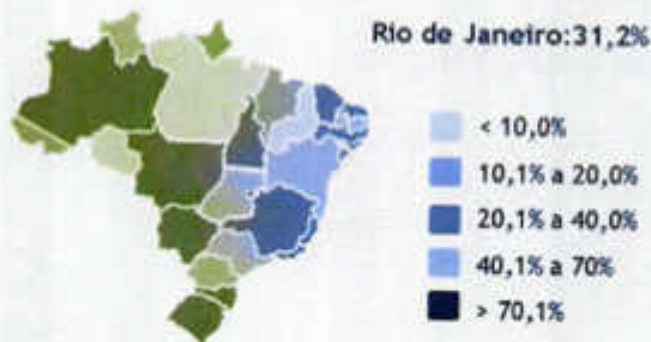
A estimativa para os investimentos em ações compostas por medidas estruturais, até 2033, é da ordem de R\$283,8 bilhões, representando 55,8% do total necessário.

Para as medidas estruturantes relacionadas aos quatro componentes do saneamento básico, é considerado o complemento dos valores totais estimados, subtraídos dos valores para as medidas estruturais. Serão necessários investimentos estimados de R\$224,7 bilhões, até 2033, em medidas de caráter estruturante (correspondentes a 44,2% dos investimentos totais necessários).

No que se refere à origem dos investimentos, o estudo estima que 59% dos recursos (R\$299,9 bilhões) sejam provenientes dos agentes federais e R\$208,6 bilhões sejam aportados por agências internacionais, prestadores de serviços, orçamentos estaduais e municipais e setor privado, na forma de investimentos diretos ou de contrapartidas.

No Brasil, o índice de perdas de água na distribuição está entre os mais críticos, muito distante da realidade de países mais desenvolvidos como Austrália, Japão e Reino Unido. De acordo com o SNIS 2015, a média do volume de perda de água no Estado do Rio de Janeiro é de e aproximadamente 31,2%. O enorme volume de perdas na distribuição de água e o tratamento inadequado do esgoto registrados no sistema público de atendimento estão entre as consequências mais negativas da baixa eficiência do serviço.

Índice de perdas na distribuição (% volume disponibilizado)



Fonte: SNIS 2015

O índice de perdas aferido pela concessionária, que no início da concessão chegava à casa dos 60% e atingiu a marca de 28,7% no acumulado 12 meses de 2016, resultado da implantação de um plano de redução de perdas, incluindo programas de combate a fraudes, regularização de clientes e setorização de bairros e condomínios.

Dentre as ações que integram a política comercial da concessionária, merece destaque o desenvolvimento do programa Recuperação dos cortados. Os consumidores de uma determinada localidade beneficiada com a iniciativa têm a oportunidade de regularizar sua ligação de água e de negociar em condições especiais débitos em aberto.

O parque de hidrômetros atual da Prolagos, conta ainda com aproximadamente 681 hidrômetros ultrassônicos, a instalação desses hidrômetros permitiu diminuir as perdas por submedição (medindo o volume exato consumido pelo cliente), além de possuir vida útil maior que um hidrômetro convencional.

A parceria entre a Prolagos e a Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), especializada em crimes de furto de água tem resultado em ações ostensivas para o combate às ligações clandestinas de água. No ano de 2016 foram 10.086 ações, representando a recuperação de 47 milhões de litros de água antes consumidos irregularmente. Além da recuperação dos clientes, o valor total das ações em questão gerou uma cobrança de R\$ 4,5 milhões, referente a autos de infração, multas e valores retroativos. A Prolagos também conta com um laboratório de pesquisas e aferição de hidrômetros próprio e certificado

pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM), órgão executor do Inmetro. Uma inovação na Região dos Lagos, o equipamento permite que a concessionária aperfeiçoe a fiscalização contra fraudes e que o consumidor faça uma conferência das condições de funcionamento do hidrômetro, em curto prazo.

Mostrando o compromisso assumido pela concessionária de assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental do negócio, a Prolagos é uma das primeiras concessionárias de águas e esgoto no Brasil e a primeira no Estado do Rio de Janeiro a fazer o tratamento e a destinar adequadamente o lodo das estações de tratamento de água. Resultante do processo de tratamento de água, esse material é tratado, desidratado mecanicamente e destinado ao aterro sanitário, sem oferecer danos ao meio ambiente. A concessionária também reutiliza a água da lavagem dos filtros das estações de tratamento de água. Além do ganho ambiental, o reuso gera economia mensal de aproximadamente 30 milhões de litros de água.

Mercado de saneamento básico no Rio de Janeiro

A Lei Federal 11.445, de 5/1/2007 - que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico -, é considerada o marco regulatório para o setor de saneamento básico no Brasil.

A lei define saneamento básico como sendo o conjunto de serviços de infraestrutura e de instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais.

Com o objetivo de universalizar, no Estado do Rio de Janeiro, o acesso a sistemas de saneamento básico - minimizando os impactos negativos decorrentes da inexistência desses sistemas sobre a saúde da população, o meio ambiente e as atividades econômicas -, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) concebeu o Pacto do Saneamento.

Instituído pelo Governo do Estado, em abril de 2011, pelo Decreto nº 42.930, o Pacto do Saneamento é uma iniciativa que envolve três programas: o Lixão Zero, o Rio+Limpo e o Plano Guanabara Limpa.

Dentre as ações do Pacto do Saneamento, a SEA está apoiando 72 cidades fluminenses na elaboração de planos municipais de saneamento básico (PMSBs) sendo que 11 desses municípios se localizam no entorno da Baía de Guanabara.

Os PMSBs têm como objetivo dotar os municípios de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, com metas definidas em processo participativo, como determina a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007).

Para que os municípios se candidatem a obter recursos públicos para a execução de projetos de saneamento básico - como de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, é fundamental que tenham PMSBs aprovados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)	2016	2015	Δ %
Serviços de abastecimento de água	252.906	215.351	17,4%
Outros serviços indiretos de água	19.250	13.280	45,0%
Receitas de construção	53.904	63.933	-15,7%
Receita bruta total	326.060	292.564	11,4%
Deduções da receita bruta	(38.604)	(32.334)	19,4%
Receita operacional líquida	287.456	260.230	10,5%

O saldo da receita operacional líquida de 31 de dezembro de 2016 aumentou em 10,5%, ou R\$ 27,2 milhões, passando de R\$ 260,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 287,4 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os seguintes fatores contribuíram positivamente para esse fato:

- (i) Redução de R\$ 10,0 milhões na receita de construção, passando de R\$ 63,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 53,9 milhões em 31 de dezembro de 2016.
- (ii) Aumento de R\$ 37,2 milhões na receita líquida excluindo a receita de construção, passando de R\$196,3 milhões em 2015, para R\$ 233,5 milhões em 2016. Esse aumento pode ser creditado aos investimentos na recuperação de receitas advindos das perdas comerciais com ações de combate a fraudes com corte de ligações inadimplentes, reajustes tarifários com média de 14,7%. As economias ativas totais cresceram 5,4% na mesma comparação com o ano anterior creditado a reinclusão dos serviços de esgotamento sanitário de Arraial do Cabo (porém, sem efeitos imediatos de aumento de receita).

Economias

O número de economias atendidas com água apresentou uma elevação de 1,2% entre 2015 e 2016, decorrente do crescimento vegetativo, conclusão das obras de expansão de rede de distribuição, e esforços da área comercial da unidade atuando através da regularização de economias irregulares. O número de economias de esgoto corresponde ao número de economias de água dos municípios atendidos pela concessionária, cresceram 10,1% entre 2015 e 2016 em virtude da reinclusão dos serviços de esgotamento do município de Arraial do Cabo, onde o contrato de concessão contemplava apenas o serviço de água.

Economias Totais	2016	2015	Δ %
Água	184.517	182.356	1,2%
Esgoto	184.517	167.611	10,1%
Total	369.034	349.967	5,4%

1 - Economia: imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou

comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dictado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Volume Faturado

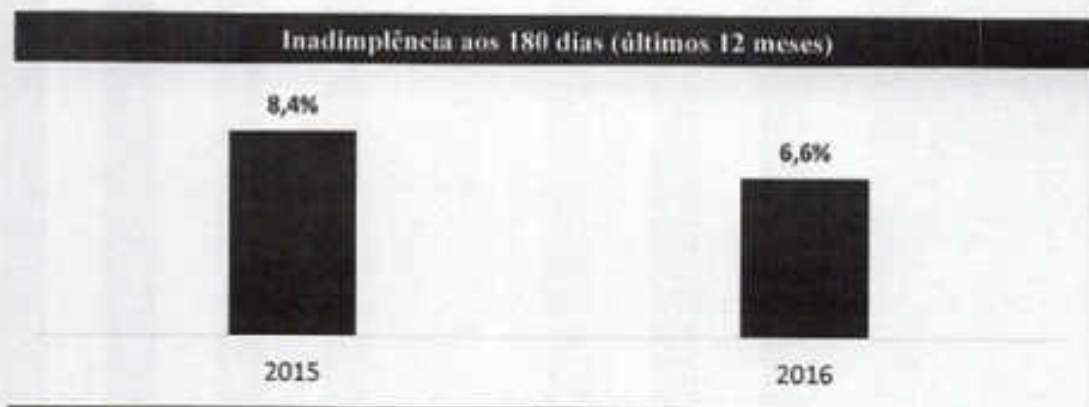
O volume faturado de esgoto teve uma sensível redução de 0,6% frente ao ano anterior. Isso pode ser explicado pela migração entre faixas de consumo e um maior consumo de água no volume mínimo ao longo do período de 2016.

Água (‘000 m ³)	2016	2015	Δ %
Volume total faturado (m³)	27.837	28.000	-0,6%
Residencial	24.212	24.252	-0,2%
Comercial	2.484	2.598	-4,4%
Industrial	75	85	-11,8%
Pública	1.066	1.065	0,1%

A concessionária Prolagos não mensura o volume faturado de esgoto, pois utiliza o sistema unitário de coleta, conhecido como "tempo seco". Esse sistema consiste na coleta de efluentes das redes separadoras de esgoto e de drenagem pluvial, transporte por estações elevatórias e tratamento suas estações de tratamento de esgoto. Informamos que a tarifa aprovada pela AGENERSA contempla os serviços de água e os investimentos realizados em esgoto.

Inadimplência

A inadimplência gerada por alguns clientes públicos, foi relevante para a alta do indicador no ano de 2015. De forma geral, no ano de 2016, a eficiência das políticas comerciais empregadas pela companhia vem refletindo na redução gradativa do indicador, que chegava ao patamar como podemos ver ao longo de 2016 com o gráfico abaixo. A inadimplência reduziu 1,8 p.p, saindo de 8,4% em 2015 para 6,6% em 2016.



Índice de Perdas na Distribuição

No acumulado 12 meses de 2016, o índice de perdas de água da concessionária teve uma redução de 0,2 p.p em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo a marca de 28,7%. Um dos motivos para essa redução é a implantação de sistemas de controle e monitoramento de perdas, que passaram a indicar diretrizes e atuações que agregam com o programa de redução de perdas da companhia.

Índice de Perdas na Distribuição¹ (últimos 12 meses)



¹ Índice Perdas na distribuição (%) = $\frac{\text{Vol. Água Produzido (m}^3\text{)} - \text{Vol. Água serviço} - \text{Vol. Água Consumido (m}^3\text{)}}{\text{Vol. Água Produzido (m}^3\text{)}}$

ERRATA: No Relatório da Administração Prolagos 2015, onde lê-se Índice de Perdas para 2015 está em 31,8% (referente ao 4T15), para 2015 está em 28,9% (acumulado 2015), conforme gráfico acima.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos Operacionais (em milhares de R\$)	2016	2015	Δ %
Custos de serviços prestados	(65.213)	(59.080)	10,4%
Custos de construção	(53.904)	(63.933)	-15,7%
Custos de serviços prestados	(119.117)	(123.013)	-3,2%

A redução nos custos de construção de R\$10,0 milhões, ou 15,7%, em relação ao ano anterior está correlacionado com a desaceleração da curva de Capex em obras de água e esgoto no período;

A conta custo dos serviços prestados, excluindo os custos de construção, apresentou um aumento de R\$ 6,1 milhões, ou 10,4%, passando de R\$ 59,1 milhões em 2015 para R\$ 65,2 milhões em 2016.

Esta variação no custo de serviços prestados ocorreu principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 1,0 milhão em relação ao ano anterior na linha de custos com concessão. Esse aumento é explicado pela reinclusão dos serviços de esgotamento de Arraial do Cabo.
- (ii) Aumento de R\$ 4,5 milhões, ou 24,5%, em relação ao ano anterior nos custos com Depreciação e Amortização. Esse aumento é explicado por regularização de estoque de intangível e ativação de obras em rede de água e esgoto ao longo de 2015.
- (iii) Aumento de R\$ 1,7 milhões, ou 8,9%, em relação ao ano anterior nos custos com Energia Elétrica. Esse aumento é explicado em partes por atendimento a alta demanda em período de pico como o verão.

Despesas administrativas e gerais

Despesas Operacionais (em milhares de R\$)	2016	2015	Δ %
Despesas administrativas e gerais	(61.333)	(55.327)	10,9%
Outras Receitas (Despesas) operacionais	80	50	60,0%
Despesas operacionais	(61.253)	(55.277)	10,8%

O saldo da conta de despesas operacionais aumentou 10,8%, ou R\$6,0 milhões, passando de R\$55,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$61,3 milhões em 31 de dezembro de 2016.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 130,3 milhões no final de 2016, valor 26,7% maior que o mesmo período anterior, com margem EBITDA de 55,8%.

EBITDA (em milhares de R\$)	2016	2015	Δ %
Lucro líquido	58.480	49.384	18,4%
(+) Resultado financeiro	28.680	18.538	54,7%
(+) Imposto sobre o lucro	19.926	14.018	42,1%
(+) Amortização e depreciação	23.205	20.882	11,1%
EBITDA	130.291	102.822	26,7%
Margem EBITDA¹	55,8%	52,4%	

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro líquido (em milhares de R\$)	2016	2015	Δ %
Total das receitas financeiras	9.846	12.084	-18,5%
Rendimentos de aplicações financeiras	5.671	2.863	98,1%
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	4.155	9.193	-54,8%
Outros	20	28	-28,6%
Total das despesas financeiras	(38.526)	(30.622)	25,8%
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(31.463)	(17.551)	79,3%
Ajuste a valor presente	(2.887)	(9.522)	-69,7%
Juros e multa sobre atraso em pagamentos	(944)	(347)	172,0%
Despesas e comissões bancárias	(1.698)	(1.726)	-1,6%
Descontos concedidos	(95)	(159)	-40,3%
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(458)	(294)	55,8%
Outras	(981)	(1.023)	-4,1%
Resultado financeiro líquido	(28.680)	(18.538)	54,7%

Receitas financeiras

A conta receitas financeiras apresentou uma redução de R\$2,2 milhão, ou 18,5%, passando de R\$ 12,1 milhões em 2015 para R\$9,8 milhões em 2016.

As receitas financeiras da Companhia são resultados obtidos, principalmente, na gestão do seu caixa, disponibilidades, aplicações financeiras e dos juros recebidos sobre o atraso no pagamento da receita de abastecimento de água. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram a intensificação das ações de cobrança com queda na inadimplência e por consequência uma diminuição nos juros por atraso de fatura menor do que em 2015.

Despesas financeiras

A conta despesas financeiras cresceu em R\$7,9 milhões, ou 25,8%, passando para R\$30,6 milhões em 2015 para R\$38,5 milhão em 2016. A principal variação foi decorrente do aumento dos encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 13,9 milhões ou 79,3%.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia teve uma despesa total de imposto de renda e contribuição social de R\$ 19,9 milhões. No exercício anterior, esta despesa foi de R\$ 14,0 milhões, representando um aumento de 42,1%.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício aumentou de um lucro de R\$49,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para um lucro de R\$58,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$9,1 milhões ou 18,4%.

INVESTIMENTOS

A Prolagos constrói sua trajetória priorizando o respeito e a confiança pelos serviços prestados, com a missão de promover a saúde, qualidade de vida e conservação do meio ambiente de Campo Grande. Para isso investe continuamente para que cada vez mais pessoas tenham acesso aos serviços de saneamento. No ano de 2015, a Companhia investiu R\$ 58,7 milhões na ampliação e melhoria dos serviços prestados. Em 2016 foram investidos R\$ 61,3 milhões, uma alta de 4,4% ou 2,6 milhões.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, no valor total de R\$22,7 milhões. A dívida bruta da Prolagos nessa mesma data atingiu o valor de R\$284,7 milhões. A composição da dívida bruta e dívida líquida estão apresentadas abaixo:

Dívida líquida / EBITDA (em milhares de R\$)	2016	2015	Δ %
EBITDA (12 meses)	130.291	102.821	26,7%
Dívida Líquida	262.046	208.121	25,9%
(+) Dívida Bruta	284.727	253.406	12,4%
(+) Caixa, equivalentes e aplicações financeiras	(22.681)	(45.285)	-49,9%
Dívida Líquida / EBITDA	2,01	2,02	

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 5.937 (R\$ 1.336 no exercício de 31 de dezembro de 2015). O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 11.121 (R\$ 6.153 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e *Covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Em bases consolidadas, a alavancagem líquida da Companhia, medida pelo índice Dívida líquida/EBITDA, fica em 2,01 vezes em 2016.

EVENTOS RELEVANTES

Rating

Em 19 de maio de 2016, a agência de classificação de riscos Fitch Ratings revisou sua escala de Ratings Nacionais Brasileira após sucessivos rebaixamentos dos ratings soberanos do país nos últimos meses. De acordo com o press release divulgado, o ajuste resultou na revisão de vários ratings em escala nacional de emissores de diversos setores, incluindo instituições financeiras, empresas, seguros e finanças públicas. A Companhia teve seu rating revisado para AA(bra). A revisão dos ratings é utilizada para modificar classificações por motivos que não estão relacionados à qualidade de crédito do emissor, a fim de refletir mudanças na escala de ratings nacionais.

Em 01 de agosto de 2016, a Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo AA(bra) da Companhia e de sua segunda emissão de debêntures, no montante de R\$ 100 milhões e com vencimento em final em outubro de 2019, com Perspectiva Estável. Segundo esse release da agência, a afirmação do rating da Companhia reflete a capacidade de a Companhia preservar elevadas margens operacionais, que se posicionam acima da média de seus pares na indústria, atreladas a um robusto perfil financeiro.

A análise da Companhia também considerou o perfil de crédito e a estratégia de crescimento do grupo Aegea, do qual a Prolagos é uma das principais empresas, com potencial pressão por maiores dividendos por parte de sua controladora para honrar o serviço da dívida e sustentar a expansão das operações. Em sua análise, a Fitch também contemplou a exposição da Companhia a um ambiente regulatório ainda pouco robusto e sujeito a interferências políticas, além do risco hidrológico administrável.

Aumento do fornecimento de água

Para a melhoria do abastecimento de água na área de concessão, a Prolagos implantou aproximadamente 22 quilômetros de rede de distribuição de água, nos cinco municípios da área de concessão ao longo de 2016. Foram instalados painéis elétricos para transferência em rampa dos grupos geradores do sistema principal de adução, este sistema permite a passagem da energia da concessionária para a energia dos geradores automaticamente sem que ocorra o desligamento das bombas.

A preocupação com o meio ambiente e ecossistema da Região dos Lagos é constante e por isso, a Prolagos faz o monitoramento da qualidade da água em diferentes pontos da Lagoa Araruama, a fim de garantir a eficácia do sistema de tratamento empregado. Todas as análises são realizadas pelo Laboratório Central da concessionária, o único da região certificado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Com o credenciamento do INEA, o Laboratório implantou uma rotina de procedimentos em conformidade com os padrões internacionais de qualidade e está habilitado a realizar análises de parâmetros físico-químicos em efluentes (esgotos tratados), em água potável e proveniente de corpos hídricos receptores de efluente.

O credenciamento também se estende ao Laboratório Móvel da Prolagos, uma unidade itinerante, adaptada com equipamentos analíticos e técnicos capacitados, apta a realizar os mesmos processos que o laboratório central.

Esgotamento sanitário

Para melhoria do sistema de esgotamento sanitário na área de concessão, foram implantados mais de 5 mil metros de rede coletora de esgoto, beneficiando os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldela e Arraial do Cabo. Todo o esgoto coletado dessas regiões passou a ser tratado pelas estações dos municípios, fazendo com que 100% do esgoto coletado seja tratado.

Além disso foram construídas outras duas estações elevatórias de esgoto, permitindo que mais de 140 m² de esgoto deixe de ser lançado sem tratamento adequado, beneficiando mais de mil e duzentas pessoas das localidades atendidas.

Tecnologia a serviço da qualidade do atendimento

Com o intuito de tornar mais eficiente o monitoramento dos dados dos setores de distribuição, a Prolagos conta agora com a Takadu, sistema capaz de interpretar um grande número de dados em pouco tempo, análise a qual impossível de um controlador realizar no mesmo período.

O sistema, além de monitorar, também gera alertas de não conformidades. Tais alertas são gerados com base no padrão histórico das áreas e sensores cadastrados, podendo ser vazamentos na rede de distribuição. Espera-se uma melhor eficiência no que tange pressão, volume de distribuição e principalmente, redução de perdas.

A Prolagos implantou em seu sistema de Automação e Telemetria, um controle inteligente muito utilizado em indústrias, porém pioneiro na área de saneamento. Este sistema, utiliza um conjunto de técnicas de inteligência computacional (Lógica Fuzzy) para tentar buscar a operação mais eficiente, atuando no controle dos equipamentos, previsão de fornecimento, detecção de vazamentos e análise de reservação disponível.

Com a implantação do sistema especialista, foi possível obter: Otimização do controle operacional; Padronização da operação do sistema; Redução de vazamentos na rede; e Previsibilidade de fornecimento para 24, 48 e 72 Horas.

Para auxílio no sistema de previsão de consumo na alta temporada, implantou-se equipamentos para contagem de veículos entrantes nos municípios da concessionária, esse sistema permitiu aferir com maior precisão a população flutuante possibilitando melhorar a estratégia de abastecimento nos períodos de maior consumo do ano.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Prolagos contava com 407 funcionários ativos.

A Prolagos potencializa os seus talentos, buscando a valorização do profissional como ser humano. Preserva-se a consciência de que o capital humano é fundamental para o sucesso da empresa e investe-se incessantemente em treinamentos e desenvolvimento dos funcionários que constituem o capital intelectual nas funções estratégicas da empresa. Com isso, a área de Recursos Humanos da Prolagos está focada em atrair, valorizar, desenvolver e reter pessoas através de Políticas para otimizar o comprometimento, visando satisfazer clientes e funcionários.

A Prolagos acredita na capacidade de promover um crescimento sustentado para as pessoas e por meio delas.

Políticas de recursos humanos

As políticas de RH estão voltadas para a promoção do desenvolvimento humano e institucional através de ações e compromissos que busquem atingir com excelência os resultados organizacionais.

São políticas de recrutamento, treinamento, de remuneração, de plano de carreiras, de benefícios e de avaliações que garantem processo de adequação permanente e práticas que estimulam uma cultura organizacional humanizada e em constante desenvolvimento.

O respeito à diversidade, a preservação da individualidade e da privacidade, asseguram o bom relacionamento no ambiente de trabalho e incentivam os funcionários a buscar a auto-realização.

Um bom clima organizacional também é fator elementar para o sucesso da organização e cria condições para o alinhamento e comprometimento de todos os funcionários em torno de desafios é um padrão de atuação da Prolagos.

A Prolagos investe em recursos humanos e permite que o funcionário cresça junto com a empresa.

Treinamento e Desenvolvimento

A Prolagos busca oferecer treinamento adequado, proporcionando, sempre que possível, o aproveitamento interno no preenchimento das vagas existentes e oferecendo salários, benefícios compatíveis com as práticas de mercado de seu segmento.

Todo colaborador é elegível à participação de treinamentos, palestras, seminários, workshops, desde que tenha necessidade para realizar suas atividades e seu desenvolvimento dentro da organização. A necessidade de treinamento é formalizada sempre junto à Diretoria e os gestores das áreas.

Em 2016 a concessionária investiu 6.551 horas de treinamento dedicadas aos seus colaboradores.

Gestão

O monitoramento do clima organizacional é realizado por meio de reuniões periódicas entre a Diretoria e os gestores, onde são debatidas questões previamente levantadas junto às equipes de trabalho, sempre com o objetivo de manter a motivação e identificar novas necessidades. Também são debatidos os assuntos sobre fatos e eventos do cotidiano da empresa, utilizando a área de Recursos Humanos como apoio quando necessário.

Os gestores em conjunto com o RH promovem ações para a manutenção de clima favorável ao bom convívio e desenvolvimento das atividades do dia-a-dia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Esse é um valor que faz parte do dia-a-dia da Prolagos, já em sua atividade-fim: a distribuição de água e a instalação de sistemas de captação e tratamento de esgoto, levando qualidade de vida para milhares de moradores dos municípios atendidos pela empresa.

Mais saneamento para todos

A Prolagos começou a atuar na Região dos Lagos em 1998, nesses mais de 18 anos a população atendida com abastecimento de água foi de 30% para 97,1% e com esgotamento sanitário, passamos de 0% para 77,1%, isso trouxe muito mais qualidade de vida para os moradores, causando um expressivo crescimento econômico para a região, já que a área de atuação da Companhia é um dos destinos mais procurados no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia não mede esforços pela universalização do saneamento, diante disso, participa de diversos fóruns de debates, como o Comitê de Bacias, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, entre outros, fomentando a gestão participativa e a participação dos *stakeholders* no processo decisório dos investimentos.

Água bem distribuída e garantia do bom uso

A Prolagos não está preocupada em apenas trazer água até as torneiras dos nossos clientes, mas também, em zelar pelo bom uso, para tanto temos o Programa Prolagos do Seu Lado que visa reduzir o consumo irregular e incentivar a adesão dos moradores, simplificando o procedimento para quitação de débitos de contas antigas e legalização de clientes clandestinos de água. O Programa mantém uma van com atendimento itinerante, facilitando a resolução dos problemas. A proposta do Prolagos do Seu Lado é estar mais próximo do cliente, entendendo suas necessidades, buscando a resolução. A Companhia mantém uma equipe que realiza cerca de 12.000 serviços mensais de ordem técnica, que auxilia o cliente na identificação de pontos de desperdício, além de manter o Programa Água da Vida com a proposta de trabalhar todos os setores de forma integrada para um fim, reduzir o impacto no meio líquido, além, de melhorar a qualidade da água que chega à casa do nosso cliente. Com ações operacionais, comerciais e de educação ambiental e para o consumo.

Desenvolvimento Local

O relacionamento ético e transparente com a sociedade é essencial para a estratégia de promover o desenvolvimento na região que atuamos. Antes de iniciar uma atividade, avaliamos os possíveis impactos nas comunidades do entorno das operações e criamos ações de mitigação e compensação de impactos negativos e multiplicação dos impactos positivos, com o objetivo de proporcionar benefícios sociais, ambientais e econômicos para essas áreas, através de: Geração de renda e oportunidade de trabalho para a população que vive próxima às obras; fortalecimento do relacionamento com os fornecedores locais, a partir de iniciativas de qualificação profissional e da inserção de pequenas e médias empresas na rede produtiva do setor, recuperação e preservação da Lagoa de Araruama, a maior Lagoa hipersalina do mundo, a qual é um dos grandes atrativos da região, além de ser fonte de alimento para muitos moradores. Atualmente tratamos mais de 45 milhões de litros de esgoto por dia. Com mais tratamento do esgoto os municípios passaram a receber um percentual maior de ICMS Verde, ampliando assim, o recebimento de recursos.

Nos últimos anos, a concessionária tem investido também em ações e projetos locais de responsabilidade social e educacional, principalmente voltadas à preservação do Meio Ambiente.

Veja abaixo alguns exemplos de projetos apoiados pela Prolagos e suas contribuições para o desenvolvimento dos capitais humano, ambiental e social:

Saúde Nota 10

O Saúde Nota 10 é um programa de educação ambiental realizado nas escolas públicas e privadas com o objetivo de despertar a consciência dos estudantes sobre a importância do saneamento para a saúde e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Os conceitos de saneamento e sustentabilidade são repassados por meio de atividades em salas de aula desenvolvidas de acordo com a faixa etária, palestras e um encerramento com uma peça de teatro. Os alunos recebem ainda uma revista de educação ambiental produzida exclusivamente para o projeto e participam de concursos que estimulam a pesquisa sobre saneamento.

O Programa é realizado desde 2012 e já beneficiou mais de 45 mil pessoas. O Saúde Nota 10 recebe adequações na linguagem e nos personagens de acordo com as características regionais, valorizando o trabalho dos artistas locais. A mascote da concessionária é o principal ator do Programa. No caso da Prolagos trata-se de um polvo, apelidado de "Prolaguito".

Afluentes

O Programa de Integração entre a Associação de Moradores e a concessionária busca estabelecer um canal aberto de comunicação com a comunidade. Por meio do relacionamento com as lideranças comunitárias, a empresa se aproxima dos moradores, conhece suas necessidades, ouve sugestões e opiniões sobre os serviços prestados. Além de um atendimento personalizado às lideranças comunitárias, realizado pela equipe de Projetos Sociais, as ações do programa incluem visitas às associações de moradores, palestras nos bairros e encontros com representantes da empresa.

Desde 2012, moradores também são convidados para visitar as instalações das empresas. O ponto alto do Programa Afluentes são os encontros mensais promovidos nas unidades com a presença das respectivas diretorias e gerências. Além de fazer um balanço dos investimentos e ações desenvolvidas no município, as reuniões são uma oportunidade de esclarecer dúvidas, entender as necessidades e dar uma resposta às solicitações da comunidade.

Em 2016 o Afluentes atingiu o número de mais de 120 associações de moradores e demais instituições (com abrangência de cerca de 60 mil pessoas), com as quais a concessionária estabeleceu relacionamento e levou melhorias de serviços às suas comunidades

Atendimento Itinerante

O Atendimento Itinerante é uma iniciativa que leva os serviços de atendimento aos clientes até os bairros para, entre outras aplicações, facilitar o acesso dos moradores à empresa e regularizar a situação das ligações de água que possuem débitos em aberto e/ou dívidas. Durante o atendimento, podem ser solicitados todos os tipos de serviços disponíveis nas lojas convencionais, como troca de titularidade, atualização cadastral, segunda via de contas, pedidos de ligações novas de água e de esgoto, instalação de padrão de proteção para hidrômetros, verificação de alto consumo, entre outros.

O Atendimento Itinerante é realizado em um veículo equipado especialmente para o trabalho e permite a população de baixa renda e que vive em bairros distantes dos centros, a oportunidade de utilizar os serviços de água e esgoto de maneira regular. Após a regularização das ligações de água, esses clientes são cadastrados pela empresa e passam a contar com a Tarifa Social, quando se enquadra nos requisitos, onde descontos da ordem de 50% são aplicados às tarifas.

Mais de mil atendimentos são realizados todos os anos através deste canal de comunicação da Prolagos com os consumidores dos municípios.

Saber Faz Bem

Desde 2008, o Programa de Educação Socioambiental "Saber faz Bem" vai até as escolas, universidades, Associações de Moradores, Igrejas e ONG's para sensibilizar os alunos e moradores sobre a necessidade da preservação dos recursos ambientais e culturais para as gerações futuras e a importância do desenvolvimento sustentável para nossa sociedade. Por meio de palestras interativas, sempre respeitando a diversidade e contribuindo para a redução das desigualdades sociais, o "Saber faz Bem" já alcançou mais de 29 mil pessoas na Região dos Lagos, até dezembro de 2016.

Além das palestras sobre "O Caminho da Água", "Saneamento é Saúde" e "Educação para o Consumo", o "Saber Faz Bem" é desenvolvido também com visitas monitoradas às estações de tratamento de água e de esgoto e eventos públicos, como mutirões de ação global, feiras científicas e fóruns, em parceria com prefeituras, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João e o Comitê de Bacias Lagos São João.

Aprendiz Legal

Ciente de sua responsabilidade social, a Prolagos promove também o "Programa Aprendiz Legal", por meio do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) sob coordenação da Fundação Roberto Marinho e apoio da Petrobras. Voltado para a preparação e inserção no mercado de trabalho de estudantes com

idades entre 14 e 24 anos, a Prolagos capacita jovens para exercerem funções administrativas em diversos setores da concessionária.

Tarifa Social

A Tarifa Social é um desconto na conta de água que beneficia os clientes residenciais classificados como baixa renda nos municípios atendidos pela concessionária Prolagos (Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia).

Cine Prolagos

Estimular a cultura, promover o entretenimento, informar as pessoas e difundir mensagens ambientais, estes são os objetivos do Cine Prolagos. O projeto consiste na exibição gratuita de cinema ao ar livre para a população, sempre com temática associada à educação ambiental. Antes das sessões, são realizadas parcerias com as secretarias de educação para que os conceitos abordados nos filmes possam também ser trabalhados em sala de aula.

Por ser uma opção de lazer de difícil acesso à maioria da população, devido ao alto preço do ingresso e das poucas salas de exibição na Região dos Lagos, o Cine Prolagos promove a oportunidade às pessoas simples e comunidades de pescadores o contato com a sétima arte de forma gratuita por meio de um grande telão inflável ao ar livre.

Desde seu lançamento, em 2009, mais de quatro mil e duzentas pessoas foram beneficiadas nos cinco municípios da área de concessão da Prolagos (Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia).

Bolsa Socioambiental

Para complementar a renda dos pescadores, na época do defeso na Lagoa Araruama, período em que a pesca fica proibida por três meses para a reprodução das espécies, a Bolsa Socioambiental promove atividades remuneradas, ligadas à preservação e manutenção deste importante ecossistema.

TV Águas

Canal de informação onde os moradores da Região dos Lagos e todas as pessoas que estão conectadas à internet podem conhecer um pouco mais sobre os serviços prestados pela Companhia. De uma forma dinâmica e objetiva, as reportagens em vídeo trazem informações sobre saneamento, meio ambiente, consumo de água consciente, saúde, serviços prestados pela Prolagos entre outros assuntos. As reportagens são postadas no site da Prolagos, no canal da empresa no Youtube (www.youtube.com/prolagosascom) e compartilhadas nas redes sociais [Facebook.com/Prolagos](https://www.facebook.com/Prolagos) e [Twitter.com/Prolagos](https://twitter.com/Prolagos).

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Tendo como ativo principal um dos recursos mais importantes para a manutenção da vida, a água, para a Prolagos o equilíbrio ambiental é meta de negócio. O compromisso com o meio ambiente é parte inseparável da atividade econômica da Companhia e perpassa todas as ações desenvolvidas por ela, na busca constante por proteção aos recursos hídricos, por eficiência energética, redução dos gases de efeito estufa e destinação adequada dos resíduos.

O respeito ao meio ambiente por parte da Prolagos pode ainda ser traduzido por ações pontuais, como o combate às perdas de água no sistema de abastecimento, o tratamento dos esgotos antes do lançamento nos córregos, a recuperação de matas ciliares para a preservação dos mananciais; as campanhas de conscientização sobre o uso racional da água, e os programas de educação ambiental nas escolas.

Os programas ambientais desenvolvidos pela concessionária estão relacionados à gestão da água e são tratados como parte do planejamento estratégico da Companhia. Entre eles, destacam-se:

Monitoramento da qualidade da água

O tratamento de água segue os mais rígidos padrões de qualidade e estão em total conformidade com a legislação.

O controle é feito pelo Laboratório de Monitoramento da Qualidade da Água. São feitas coletas em mais de 180 pontos de abastecimento, com 600 amostras de água mensais, para que possa ser avaliada a qualidade da água nas entradas dos sistemas e em todas as regiões da cidade. No laboratório são realizados exames bacteriológicos e físico-químicos para analisar aproximadamente 5 mil amostras, analisando parâmetros como odor, sabor, cor, turbidez, cloro residual, pH, flúor, coliformes termo tolerantes e coliformes totais. Também são avaliadas as presenças de alguns metais pesados, como ferro, alumínio, manganês e cromo hexavalente. Além do laboratório próprio, as análises são encaminhadas mensalmente a um laboratório terceirizado.

Além de garantir a qualidade de água que abastece a cidade, há também um trabalho de monitoramento dos corpos receptores, o trabalho é feito em conjunto com o Comitê de Bacias Lagos São João, sendo os dados encaminhados por meio de relatórios mensais aos órgãos ambientais e agência reguladora, além disso, os dados são apresentados em reuniões bimestrais da Câmara Técnica de Monitoramento do Comitê de Bacias, estando presentes membros do poder público, do ente regulador e da sociedade civil. O monitoramento ajuda na preservação dos mananciais e permite detectar se há ou não poluição dos recursos hídricos. As vantagens do investimento em tratamento de esgoto para a saúde pública são visíveis. Segundo a FUNASA (Fundação Nacional de saúde), cada R\$1,00 (hum real) investido em saneamento resulta na economia de R\$4,00 (quatro reais) em medicina curativa.

O esgoto é tão importante para melhorar o Índice de desenvolvimento Humano (IDH) que um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (uma série de metas socioeconômicas que os países da ONU se comprometeram atingir até 2015) é reduzir pela metade o número de pessoas sem rede de esgoto.

A Prolagos preza pela gestão participativa e para tanto participa da Câmara Técnica de Saneamento do Comitê de Bacias e o trabalho em conjunto tem dado muitos frutos, como antecipação dos investimentos, aumento na captação do ICMS Verde por parte dos municípios e o desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento.

Além desses programas a Prolagos mantém o Programa de controle da contaminação das praias em zonas urbanas e o Programa de Redução de Perdas, implantado em 2008 para melhorar os índices de perda total de água. Em 2016, o índice de perda de água - que era de 52%, em 2008 - havia caído para 28,9% e ainda um Programa de Educação Ambiental voltado para a classe estudantil e sociedade em geral, sempre visando à redução de impacto no meio líquido, por meio do consumo consciente.

Medidas de conservação da água

A Prolagos possui dois projetos voltados a reutilização da água. Pensando sempre na sustentabilidade e hoje, mais ainda na gestão da água, temos o Projeto Águas Novas, que é desenvolvido na ETA Juturnaiba, nossa principal estação de tratamento de água, localizada no distrito de São Vicente, na cidade de Araruama, consiste em reutilizar a água por meio do retro lavagem dos filtros. Esta água é reintegrada ao sistema, passa por todo o tratamento e se torna própria para ser distribuída à população. Com isso, cerca de 30 milhões de litros de água são economizados por mês. Além do descarte adequado de cerca de 216 toneladas de lodo que antes iam para o manancial. O segundo projeto é a ETAR- Estação de Tratamento de Água de Reuso, composto por um sistema de membranas, fica localizada na cidade de Armação dos Búzios, um dos principais destinos turísticos do Brasil, com capacidade para produzir 2 milhões de litros de água de reuso por mês. Parte desta água produzida pela estação já atende diariamente, ao Golfe Club de Búzios. São cerca de 40 mil litros de água de reuso por dia, utilizados para irrigação da grama diferenciada. Com isso reduz o impacto na captação da Lagoa de Juturnaiba e ainda auxilia na recuperação do meio ambiente como um todo.

Além dessas ações, visando disseminar a consciência do reuso da água, a Prolagos doou um tanque de água de reuso para o Município de Iguaba Grande e para o Município de São Pedro da Aldeia e ainda mantém apoio ao Município de Cabo Frio, para usarem o efluente tratado das ETEs para limpeza de área pública, combate a incêndios florestais e uso no Horto Intermunicipal localizado em Iguaba Grande.

Monitoramento dos corpos hídricos

A Prolagos ciente do seu compromisso ambiental promove o monitoramento dos corpos hídricos, analisando a qualidade da água. Diante disso, são coletadas 432 amostras e são realizadas aproximadamente 3.040 análises mensalmente.

Pegada de Carbono

A Prolagos ciente do seu compromisso com o meio ambiente realizou o Inventário de Gases do Efeito Estufa com a proposta de quantificar suas emissões sua pegada de Carbono. O inventário foi feito com base nos indicadores do GHG Protocol e ratificado por certificadora independente.

Gestão de resíduos

A Prolagos mantém um programa de gerenciamento dos resíduos gerados. O lodo gerado das estações de tratamento de esgoto foi encaminhado ao aterro sanitário devidamente licenciado e da estação de tratamento de água também são encaminhados à disposição adequada, deixando de poluir a Lagoa de Juturnaiba. Destaque também para a sucata de ferro, que foi encaminhado para ser reutilizado na indústria metalúrgica.

Gestão participativa

Gestão participativa para uma melhor governança da água é um conceito que está intrínseco ao nosso negócio, diante disso a Prolagos participa de diversos espaços debates visando contribuir com seu conhecimento para elaboração de políticas públicas e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

A Prolagos atua em 5 municípios da Região dos Lagos, municípios estes que estão contidos na 6ª região hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, qual seja, Lagos São João. A Prolagos entende que é de suma importância a participação de todos os *stakeholders* no processo decisório, para tanto participa de diversas discussões dentro do comitê de bacias, por meio das câmaras técnicas, principalmente a de Educação Ambiental, Monitoramento e Saneamento. Nessas reuniões participam também, membros do poder concedente, agência reguladora, sociedade civil, organizações voltadas ao meio ambiente e são discutidas as necessidades de antecipação de investimentos, realização de obras, entre outras, em busca da melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da comunidade. Além desses, a Prolagos participa dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Fóruns de debates visando a conservação da água e melhoria ambiental.

Participação em reuniões da CLARA

A Prolagos participa de reuniões promovidas pela Comissão da Laguna de Araruama (CLARA), formada pelo NEA-BC, ambientalistas e demais influenciadores da opinião pública, para discutir assuntos relacionados a Laguna de Araruama.

PROGRAMAS AMBIENTAIS

Revivendo Águas Claras

O programa contribui para a recuperação e conservação das matas ciliares dos rios e mananciais da bacia hidrográfica do Rio São João. Esta iniciativa busca a melhoria da qualidade de vida do Reservatório de Juturnaíba e de seus rios contribuintes, beneficiando rebanhos, lavouras e toda a população que depende da água para diversos fins.

Em 2016, foram inscritos 182,9 hectares no banco de áreas, foram plantadas cerca de 22.200 mudas pelo projeto. Também foram realizadas cerca de 28 palestras e alcançou um público de 869 pessoas.

Agente das Águas

O Agente das Águas é um programa de educação ambiental e científica que capacita agentes comunitários para o monitoramento participativo, visando a melhoria da qualidade da água dos rios brasileiros. O projeto é uma parceria das concessionárias Prolagos e Águas de Juturnaíba, com o consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), a Fiocruz e o Ministério da Saúde.

Iniciado em 2012, o projeto atende a 7 comunidades ribeirinhas da Região dos Lagos e possui cerca de 80 voluntários.

Plantio de mudas

Em 2016, foram plantadas 51 mudas em Armação dos Búzios no entorno da Lagoa nos fundos da secretaria de meio ambiente. Em comemoração ao dia da árvore, foi realizada uma ação de plantio de uma muda para cada bebê nascido no mês de setembro, foram plantadas 400 mudas na ETA Juturnaíba. Também foram plantadas 900 mudas na ETE Jardim Esperança no Projeto de Recuperação de Área Degradada.

Ambiente-se

Com o objetivo de intervir na realidade que nos cerca e promover o bem-estar e a qualidade ambiental, o Setor de Meio Ambiente, em conjunto com o Setor de RH e Setor Administrativo lançaram o programa de educação ambiental corporativo, denominado Ambiente-se com o lema "Use Menos, Faça Mais". Cada colaborador recebeu uma caneca e uma squeeze, com isso evitaremos o uso de cerca de 40 mil copos plásticos por mês. Além disso, placas educativas foram espalhadas pela sede, buscando modificar atitudes e práticas pessoais por meio da utilização do conhecimento sobre o meio ambiente. E ainda encaminhamento aos colaboradores de informativo periódico com matérias sobre conservação ambiental e reutilização de materiais recicláveis.

Participação em Eventos:

"Innoweeks" 2016

A Prolagos venceu em duas categorias (Inovação e Arquitetura) no Innoweeks 2016 - SAP Labs Latin America, com um projeto de inteligência artificial que auxilia na tomada de decisão da operação do sistema de abastecimento do município de Búzios. O evento de premiação ocorreu em São Leopoldo (RS). Com as conquistas, a concessionária alcançou o segundo lugar geral na competição.

6º Encontro Nacional das Águas (ENA)

No 6º Encontro Nacional das Águas (ENA), foram apresentados pela Prolagos as ações inovadoras que contribuem para a otimização dos recursos hídricos, controle de perdas de água e eficiência na gestão dos serviços prestados, além do projeto de modelagem hidráulica ganhador do prêmio internacional "Be Inspired Award". O evento reuniu gestores e técnicos de empresas privadas que prestam serviços de saneamento básico em todo o país.

"Arraial do Cabo"

A Prolagos assumiu no dia 08 de julho a operação e manutenção dos serviços de coleta e tratamento de esgoto do município de Arraial do Cabo. Essa conquista foi deliberada pela agência reguladora e publicada no diário oficial no dia 01 de junho de 2016. Serão investidos cerca de R\$ 25 milhões para a recuperação das duas estações de tratamento, elevatórios de esgoto, além das redes existentes.

Livro sobre Avifauna da Laguna de Araruama

A Prolagos patrocinou uma publicação que revela a importância de um dos maiores patrimônios naturais da Região dos Lagos para a rota de aves migratórias originárias de diversas regiões do planeta. Trata-se do "Inventário Fotográfico da Avifauna da Laguna Araruama", de autoria do ambientalista e fotógrafo Antonio Angelo Trindade Marques e do biólogo Eduardo Pimenta. O livro mostra também o processo de recuperação e preservação do maior espelho d'água hipersalino do mundo, ao longo desses anos de atuação da concessionária na região, que agonizava antes dos importantes investimentos feitos em obras de saneamento.

"Seminário em Pauta"

Entender o funcionamento de uma concessão de serviço público e aspectos que permeiam sua operacionalização pode ser mais difícil do que parece e requer atualização constante sobre o tema. Pensando nisso, a Prolagos realizou em 2016 no município de Cabo Frio, o seminário "Saneamento em Pauta". Gratuito e voltado para um público gerador de opiniões, reuniu diversos especialistas e abordou os processos e evoluções do setor na região e no país.

Alta Temporada

Diálogo, proximidade e integração entre diversos entes da sociedade, empresas e governo foi o ponto alto no fórum de debates realizado pela Folha dos Lagos e ACIA (Associação Comercial), com o patrocínio da Prolagos. A série de encontros teve como objetivo debater e planejar ações para o verão em Cabo Frio. Os temas que foram destaques nos encontros ("Projeto Cidade Viva"), foram segurança, turismo, serviços públicos e saneamento básico, entre outros.

Prolagos faz apresentação na Câmara de Búzios

A Prolagos fez apresentação na Câmara Municipal de Armação dos Búzios. Diante de todos os vereadores e da sociedade presentes, o presidente Carlos Roma Jr. esclareceu pontos importantes sobre a atuação da concessionária no município e em toda região, bem como sobre o contrato de concessão. Gerentes, coordenadores e assessores da empresa também estiveram presentes para apoiar o presidente, que expôs os investimentos e obras realizadas, os índices de atendimento superiores aos previstos no contrato de concessão, Lei do ICMS Verde, respondeu às indagações dos legisladores, apontou necessidades, propôs parcerias e solicitou

maior atenção em relação à obrigação que moradores e comerciantes têm de efetuarem as ligações de seus imóveis às redes de esgoto implantadas pela Prolagos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e revisão limitada dos respectivos trimestres.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia contratou a KPMG Auditores Independente apenas para realização de serviços relacionados à auditoria externa, conforme descritos acima.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Inadimplência 180 dias, Índice de Perdas Físicas, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Conselho de Administração

Hamilton Amadeo - Presidente do Conselho de Administração

Flávio Martins Tarchi Crivellari - Conselheiro

Felipe Bueno Marcondes Ferraz - Conselheiro

Composição da Diretoria

Carlos Henrique Paganetto Roma Junior - Diretor Presidente

Ana Paula Medina de Oliveira - Diretor Executivo

Fernando Humphreys - Diretor

Flávio Martins Tarchi Crivellari - Diretor de Relações com Investidores

Contador

Percival Gratti Junior

CRC 1SP239268/O-9



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da
Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
São Pedro da Aldeia - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia revisa periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável ("Provisão"). Os critérios e metodologias para determinação da Provisão são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao alto grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos relacionados à identificação e registro das contas a receber. Avaliamos, por amostragem, a suficiência dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos e recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso das contas a receber. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Gastos com ativo intangível

Conforme notas explicativas nº 1 e 9, a Companhia assumiu compromissos relevantes vinculados aos contratos de concessão com os respectivos Poderes Concedentes que possuem uma combinação entre expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo intangível e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do exercício, também avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.476	1.768	Fornecedores e expressões	10	14.108	9.969
Aplicações financeiras	5	9.715	38.097	Emprestimos, financiamentos e debitos	11	63.097	26.888
Contas a receber de clientes	6	63.747	57.708	Obrigações trabalhistas e sociais		3.602	3.437
Estoques		1.288	3.870	Obrigações fiscais		3.608	4.161
Ativos fiscal corrente		346	245	Imposto de renda e contribuições social		408	1.122
Outros creditos	7	1.068	2.195	Dividendos a pagar e juros sobre capital proprio	12	76.229	99.426
Total de ativos circulante		77.600	103.793	Outras contas a pagar	13	1.359	304
				Total do passivo circulante		164.011	189.307
Aplicações financeiras	5	11.530	5.429	Emprestimos, financiamentos e debitos	11	233.630	232.718
Contas a receber de clientes	6	34.392	27.417	Provisão para contingencias	14	3.084	1.890
Ativo fiscal diferido	20	16.801	21.298	Total de passivos não circulante		234.714	234.598
Outros creditos	7	5.219	4.225				
Total do realizável a longo prazo		67.942	58.369				
Intangivel	9	562.982	922.218	Patrimônio Equido	15	255.041	255.041
Total do ativo não circulante		630.924	980.578	Capital social		64.738	55.225
				Reserva de lucros			
Total de ativo		708.524	684.371	Patrimônio líquido		319.799	310.266
				Total do passivo		388.723	374.105
				Total de passivo e patrimonio líquido		708.524	684.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	287.456	260.230
Custos dos serviços prestados	17	<u>(119.117)</u>	<u>(123.013)</u>
Lucro bruto		<u>168.339</u>	<u>137.217</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	18	(61.333)	(55.327)
Outras receitas operacionais		80	52
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>107.086</u>	<u>81.940</u>
Receitas financeiras	19	9.846	12.084
Despesas financeiras	19	<u>(38.526)</u>	<u>(30.622)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(28.680)</u>	<u>(18.538)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>78.406</u>	<u>63.402</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(19.926)</u>	<u>(14.018)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>58.480</u>	<u>49.384</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	23	<u>0,26</u>	<u>0,22</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	23	<u>0,26</u>	<u>0,22</u>
Quantidade média de ações		221.673.074	221.673.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>58.480</u>	<u>49.384</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>58.480</u>	<u>49.384</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações das estatísticas do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Reserva de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2015		253.041	12.312	312	76.360	344.525	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.384	
Destaques:							
Reserva legal			2.409	-	-	(2.409)	
Dividendos propostos e pagos sobre capital próprio			-	-	(45.747)	(46.306)	
Reserva estatutária conforme AGE 28 de Maio de 2014 - Art.17 parágrafo 2º			-	100	-	(100)	
Lucros retidos			-	-	9.919	(9.919)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		253.041	14.781	412	40.032	310.266	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.480	
Destaques:							
Reserva legal	15		2.924	-	-	(2.924)	
Dividendos propostos e pagos sobre capital próprio	15		-	-	-	(48.947)	
Reserva estatutária conforme AGE 28 de Maio de 2014 - Art.17 parágrafo 2º			-	66	-	(66)	
Lucros retidos			-	-	8.540	(8.540)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		253.041	17.705	478	46.375	319.799	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	78.406	63.402
Ajustes para:		
Amortização	23.205	20.882
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	31.463	17.551
Amortização custo de captação	965	-
Juros sobre aplicações financeiras	(5.671)	(2.863)
Ajuste a valor presente de clientes	2.887	9.522
Provisão para contingências	3.827	679
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.009	2.908
Baixa de títulos do contas a receber	2.578	-
	<u>140.667</u>	<u>112.081</u>
Varições nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(20.851)	(27.020)
Estoques	2.582	658
Ativos fiscais correntes	(1.451)	1.367
Outros créditos	43	1.238
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empréstimos	4.139	(16.130)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.565	125
Obrigações fiscais	(3.773)	(5.255)
Pagamento de contingências	(2.623)	(2.546)
Outras contas a pagar	418	(1.606)
Juros pagos	(31.410)	(24.148)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.793)	(11.611)
	<u>74.513</u>	<u>27.133</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	27.943	7.933
Aquisição de intangível	(61.314)	(58.719)
	<u>(33.371)</u>	<u>(50.786)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	41.776	35.383
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(14.126)	(8.453)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(69.124)	(4.000)
	<u>(41.474)</u>	<u>22.930</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(332)</u>	<u>(723)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.768	2.491
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.436</u>	<u>1.768</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(332)</u>	<u>(723)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas	<u>305.446</u>	<u>267.861</u>
Serviços	257.358	216.306
Receita de construção	53.904	63.933
Outras receitas	80	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.009)	(2.908)
Ajuste a valor presente de clientes	(2.887)	(9.522)
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(129.159)</u>	<u>(132.841)</u>
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(53.904)	(63.933)
Custos dos serviços prestados	(33.480)	(32.120)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(41.775)	(36.788)
Valor adicionado bruto	<u>176.287</u>	<u>135.020</u>
Amortização	<u>(23.205)</u>	<u>(20.882)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>153.082</u>	<u>114.138</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>9.846</u>	<u>12.084</u>
Receitas financeiras	9.846	12.084
Valor adicionado total a distribuir	<u>162.928</u>	<u>126.222</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>162.928</u>	<u>126.222</u>
Pessoal	<u>22.106</u>	<u>17.223</u>
Remuneração direta	15.025	10.655
Benefícios	6.178	5.867
F.G.T.S	903	701
Impostos, taxas e contribuições	<u>46.132</u>	<u>38.164</u>
Impostos federais	45.735	36.910
Impostos estaduais	74	170
Impostos municipais	323	1.084
Remuneração de capitais de terceiros	<u>36.210</u>	<u>21.451</u>
Juros	32.407	17.898
Aluguéis	3.803	3.553
Remuneração de capitais próprios	<u>58.480</u>	<u>49.384</u>
Dividendos e JSCP	48.947	36.896
Lucros retidos	9.533	12.488

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma sociedade anônima, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96 firmado com os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo.

O objeto do referido Contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período.

Em 2010, tendo como base o novo plano de investimentos da concessão, o Estado, juntamente com o Poder Concedente das cidades que são objeto da concessão e a Companhia, decidiram por estender o prazo da concessão até o ano de 2041, passando o contrato de concessão vigente a ter prazo de encerramento previsto para 13 de maio de 2041.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 848.379 dos quais faltam realizar R\$ 142.870 em valores históricos. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) até 2018, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, (ii) a partir de 2023 até o final da Concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água.

A Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em 11 de agosto de 2014, na categoria B, que autoriza a negociação de valores mobiliários da Companhia em mercados regulamentados de valores mobiliários, exceto os seguintes: a) ações e certificados de depósitos de ações; ou b) valores mobiliários que confiram ao titular o direito de adquirir os valores mobiliários mencionados no item "a", em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor dos valores mobiliários referidos no item "a" ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 86.411, em razão, basicamente, da destinação de dividendos e do vencimento da primeira parcela das debêntures em agosto de 2017, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e 12, respectivamente. A previsibilidade de geração da Companhia permite conforto ao atendimento das obrigações no curto prazo. Além disso, a Companhia possui suporte financeiro da controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar suas obrigações.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

d. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da

transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item "m".
- Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamento e debêntures.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 e com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e debêntures. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços

públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional, além de concessão de exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto (Saneamento) nas operações da Companhia.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

p. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

q. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (" <i>International Accounting Standards Board</i> "), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

s. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015
Caixa	3	-
Bancos conta movimento	1.433	1.768
	<u>1.436</u>	<u>1.768</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2016	2015
Aplicações pós-fixadas	98% a 101% do CDI	janeiro/17 - junho/18	11.530	11.653
Fundo de Investimento Safira	101,12% a 102,42% do CDI	Indeterminado	9.715	31.864
			<u>21.245</u>	<u>43.517</u>
Circulante			9.715	38.097
Não Circulante			11.530	5.420

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante estão vinculadas aos empréstimos que a Companhia captou durante os exercícios anteriores e atual. A cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo equivalente a 3 contraprestações mensais.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros é uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Faturamento de serviços de água e esgoto	113.768	101.557
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	9.024	5.212
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(24.653)</u>	<u>(21.644)</u>
	<u>98.139</u>	<u>85.125</u>
Circulante	63.747	57.708
Não circulante	34.392	27.417

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldo vencido - 2016			Total 2016
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	15.082	7.704	3.416	11.120	26.202
Comercial	3.396	1.636	1.033	2.669	6.065
Industrial	187	40	-	40	227
Setor público	1.473	1.945	291	2.236	3.709
Subtotal consumidores	20.138	11.325	4.740	16.065	36.203
Renegociações (i)	68.529	7.563	1.473	9.036	77.565
	88.667	18.888	6.213	25.101	113.768

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldo vencido - 2015			Total 2015
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	15.695	12.260	3.733	15.993	31.688
Comercial	3.343	2.517	1.750	4.267	7.610
Industrial	150	135	6	141	291
Setor público	1.433	2.656	449	3.105	4.538
Subtotal consumidores	20.621	17.568	5.938	23.506	44.127
Renegociações (i)	55.873	163	1.394	1.557	57.430
	76.494	17.731	7.332	25.063	101.557

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 17.026 (R\$ 14.139 em 31 de dezembro de 2015) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 8,72% a.a. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 2.887 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldo a vencer	Saldo vencido - 2016			Total em 2016
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	(298)	(1.022)	(3.416)	(4.438)	(4.736)
Comercial	(77)	(389)	(1.033)	(1.422)	(1.499)
Industrial	-	(10)	-	(10)	(10)
Setor público	(276)	(851)	(291)	(1.142)	(1.418)
Renegociações	(13.140)	(2.377)	(1.473)	(3.850)	(16.990)
	(13.791)	(4.649)	(6.213)	(10.862)	(24.653)

	Saldo a vencer	Saldo vencido - 2015			Total em 2015
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	(98)	(3.662)	(3.733)	(7.395)	(7.493)
Comercial	(243)	(1.040)	(1.750)	(2.790)	(3.033)
Industrial	-	(14)	(6)	(20)	(20)
Setor público	(252)	(1.002)	(449)	(1.451)	(1.703)
Renegociações	(7.982)	(19)	(1.394)	(1.413)	(9.395)
	(8.575)	(5.737)	(7.332)	(13.069)	(21.644)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Natureza	Saldo em 2015	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2016
Correntes	(12.249)	(8.856)	9.264	(11.841)
Renegociações	(9.395)	(14.519)	11.102	(12.812)
	<u>(21.644)</u>	<u>(23.375)</u>	<u>20.366</u>	<u>(24.653)</u>

Natureza	Saldo em 2014	(+) Adições	(-) Reversões	Transferências (ii)	Saldo em 2015
Correntes	(18.234)	(5.062)	2.142	8.905	(12.249)
Renegociações	(502)	(559)	571	(8.905)	(9.395)
	<u>(18.736)</u>	<u>(5.621)</u>	<u>2.713</u>	<u>-</u>	<u>(21.644)</u>

(ii) O valor de R\$ 8.905 na coluna de transferências refere-se a adequação na apresentação dos saldos entre corrente e renegociações de 2014.

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos a menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais até R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 2.578 (R\$ 2.075 em 31 de dezembro de 2015).

7 Outros créditos

	2016	2015
Crédito com funcionários	292	213
Adiantamento a fornecedores	772	1.395
Depósitos judiciais	5.219	4.225
Despesas antecipadas	-	219
Outros créditos com partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	-	270
Outros créditos	<u>4</u>	<u>8</u>
	<u>6.287</u>	<u>6.330</u>
Circulante	1.068	2.105
Não circulante	5.219	4.225

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 6.665 (R\$ 2.290 em 31 de dezembro de 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de novembro de 2016, a remuneração global dos administradores que era de R\$ 4.000, líquida de encargos sociais, aprovada na AGO de 14 de março de 2016, foi aumentada em mais R\$ 1.200, também líquida de encargos sociais, em razão de bonificação ao administradores.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2016	2015
Ativo circulante		
Outros créditos - (nota explicativa nº 7)		
Águas de Campo Verde S.A.	-	3
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	-	267
	<u>-</u>	<u>270</u>
	2016	2015
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	7.235	7.717
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	880	655
	<u>8.115</u>	<u>8.372</u>
	<u>8.115</u>	<u>8.642</u>
	2016	2015
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas - (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.568	890
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.698	1.142
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	71	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	199	130
	<u>3.536</u>	<u>2.162</u>

	2016	2015
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	18.604	18.797
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	1.266	872
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	2.099	1.906
	<u>21.969</u>	<u>21.575</u>
	<u>21.969</u>	<u>21.575</u>

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A., serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. Os contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário estão assim representados:

	Total Contratado	Saldo em 2015	Movimento de 2016			Saldo em 2016
			Novas contratações	Subcontratações	Realizado	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	649.793	156.091	213.256	(42.320)	(7.235)	319.792
	<u>649.793</u>	<u>156.091</u>	<u>213.256</u>	<u>(42.320)</u>	<u>(7.235)</u>	<u>319.792</u>

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço de engenharia relacionadas à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física e financeira, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 76.229 (R\$ 99.626 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante referente a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar a seus acionistas, conforme nota explicativa nº 12.

Não houve transações de venda com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração do sistema e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de Concessão	43	2,3%	10.417	(853)	9.564	1.830
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 27	5,1%	315.626	(108.267)	207.359	208.803
Edificações de estações de tratamento	de 08 a 27	3,8%	307.330	(31.140)	276.190	261.939
Máquinas e equipamentos	de 04 a 26	4,4%	21.034	(3.045)	17.989	17.326
Outros componentes	de 03 a 27	5,7%	17.947	(6.673)	11.274	11.365
			672.354	(149.978)	522.376	501.263
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			40.570	-	40.570	20.646
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	267
			40.570	-	40.570	20.913
Software						
Licença de uso de software	03	33,3%	364	(328)	36	42
			364	(328)	36	42
			713.288	(150.306)	562.982	522.218

b. Movimentação do custo

Ativo	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	2.417	8.000 (i)	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	305.915	-	-	9.711	315.626
Edificações de estações de tratamento	283.314	-	-	24.016	307.330
Máquinas e equipamentos	19.354	1.679	-	1	21.034
Outros componentes	17.069	640	-	238	17.947
	628.069	10.319	-	33.966	672.354
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	20.646	53.904	-	(53.980)	40.570
Adiantamento a fornecedores	267	-	(267)	-	-
	20.913	53.904	(267)	(33.980)	40.570
Software					
Licença de uso de software	337	13	-	14	364
	337	13	-	14	364
	649.319	64.236	(267)	-	713.288

Ativo	2014		2015	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de Concessão	2.417	-	-	2.417
Instalações técnicas de saneamento	290.726	-	15.189	305.915
Edificações de estações de tratamento	193.322	-	89.992	283.314
Máquinas e equipamentos	17.474	1.879	1	19.354
Outros componentes	17.135	862	(928)	17.069
	521.074	2.741	104.254	628.069
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	74.810	63.933	(118.097)	20.646
Adiantamento a fornecedores	-	267	-	267
	74.810	64.200	(118.097)	20.913
Software				
Licença de uso de software	335	2	-	337
	335	2	-	337
	596.219	66.943	(13.843)	649.319

- (i) O saldo refere-se a outorga a pagar ao Município de Arraial do Cabo - RJ, conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 17 de maio de 2016, onde delibera a reinserção ao escopo contratual da Concessionária, o serviço de coleta e tratamento de esgotamento sanitário do município de Arraial do Cabo.

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	2016	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de Concessão	(587)	(266)	(853)
Instalações técnicas de saneamento	(97.112)	(11.155)	(108.267)
Edificações de estações de tratamento	(21.375)	(9.765)	(31.140)
Máquinas e equipamentos	(2.028)	(1.017)	(3.045)
Outros componentes	(5.704)	(969)	(6.673)
	(126.806)	(23.172)	(149.978)
Software			
Licença de uso de software	(295)	(33)	(328)
	(295)	(33)	(328)
	(127.101)	(23.205)	(150.306)

Ativo	2014	2015		
	Amortização acumulada	Adições	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de Concessão	(422)	(117)	(48)	(587)
Instalações técnicas de saneamento	(96.735)	(10.947)	10.570	(97.112)
Edificações de estações de tratamento	(17.508)	(7.328)	3.461	(21.375)
Máquinas e equipamentos	(2.718)	(614)	1.304	(2.028)
Outros componentes	(2.439)	(1.129)	(2.136)	(5.704)
	(119.822)	(20.135)	13.151	(126.806)
Software				
Licença de uso de software	(240)	(747)	692	(295)
	(240)	(747)	692	(295)
	(120.062)	(20.882)	13.843	(127.101)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados R\$ 2.655 a uma taxa média de 12,34% a.a. (R\$ 8.224 e 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2015) e estão sendo considerados dentro das adições do "Intangível em andamento".

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

10 Fornecedores e empreiteiros

Fornecedores de materiais e serviços	2016	2015
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	10.572	7.807
	<u>3.536</u>	<u>2.162</u>
	<u>14.108</u>	<u>9.969</u>

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2016	2015
Debêntures	CDI + 1,40% a.a. Pré 3,0% a.a. a SELIC + 3,13% a.a. e TJLP + de 2,75%	agosto/19	100.000	100.000	105.144	104.975
Projeto BNDES	a.a. a 3,44% a.a.	janeiro/22 a novembro/35	461.686	213.771	179.556	148.349
Finame	TJLP + 4,40% a.a.	junho/17	245	245	27	82
					<u>284.727</u>	<u>253.406</u>
Circulante					63.097	20.688
Não circulante					221.630	232.718

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	2016	2015
2017	-	21.252
2018	25.142	22.131
2019	25.142	22.155
2020	25.142	22.180
2021	25.142	22.205
2022 em diante	64.416	28.377
	<u>164.984</u>	<u>138.300</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2016	2015
2017	-	33.330
2018	33.330	33.330
2019	33.340	33.340
	<u>66.670</u>	<u>100.000</u>

Custo de captação (não circulante)	2016	2015
Total	<u>(10.024)</u>	<u>(5.582)</u>
	<u>221.630</u>	<u>232.718</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 5.937 (R\$ 1.336 no exercício de 31 de dezembro de 2015). O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 11.121 (R\$ 6.153 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram reconhecidos conforme definições

do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Entre 10 de janeiro de 2012 e 12 de novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação da Companhia no valor nominal total de R\$ 461.686, dos quais R\$ 213.771 já foram captados. Os financiamentos têm vencimento entre 17 de janeiro de 2022 e 15 de novembro de 2035.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia, e da totalidade dos recursos mantidos em conta reserva; e
- Penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

Em 15 de agosto de 2014, mediante a 2ª emissão, a Companhia, emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal total de R\$ 100.000. Estas debêntures serão pagas em três parcelas anuais em 15 de agosto de 2017, 2018 e 2019. Os juros estão sendo pagos semestralmente, nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de fevereiro de 2015.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, limitada a partir do primeiro dia útil de cada ano, ao valor equivalente a 25% dos direitos creditórios da Companhia; e
- Penhor de 25% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos, debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia.

12 Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio

	2016	2015
Dividendos a pagar	61.578	62.703
Juros sobre capital próprio a pagar	14.651	36.923
	<u>76.229</u>	<u>99.626</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia destinou dividendos no montante R\$ 28.000 e juros sobre capital próprio de R\$ 20.947 (R\$ 17.727, líquidos de impostos). Também realizou pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio à controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., no montante de R\$ 69.124.

Os dividendos e juros sobre capital próprio foram aprovados na reunião do conselho de administração realizada em 18 de dezembro de 2015 e 28 de dezembro de 2016 e atas de reunião de diretoria realizadas de janeiro a dezembro de 2016.

13 Outras contas a pagar

Taxa a pagar para o Poder Concedente	2016	2015
Outras contas a pagar	1.278	-
	281	504
	1.559	504

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Contingências cíveis		2016		2015
Contingências trabalhistas		2.339		1.243
		745		637
		3.084		1.880

Natureza		2015	Adições	Baixas	Pagamentos	2016
Cível		1.243	4.339	(719)	(2.524)	2.339
Trabalhista		637	231	(24)	(99)	745
		1.880	4.570	(743)	(2.623)	3.084

Natureza		2014	Adições	Baixas	Pagamentos	2015
Cível		3.333	3.143	(2.687)	(2.546)	1.243
Trabalhista		414	421	(198)	-	637
		3.747	3.564	(2.885)	(2.546)	1.880

a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 8.876 (R\$ 10.725 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração.

Também há um processo movido pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 5.100 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2015).

b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2016, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 386 (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2015) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração.

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com os processos classificados como possível dos itens "a" e "b", tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social integralizado é de R\$ 255.041 e está representado por 221.673.074 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2016	2015
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária

Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 foram atendidos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	58.480
(-) Constituição da reserva legal	(2.924)
Lucro líquido ajustado	55.556
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	13.889
Dividendos distribuídos no exercício de 2016	
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do resultado do exercício de 2016	48.947
	48.947

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os acionistas decidiram declarar o crédito de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 20.947 (R\$ 20.941 em 31 de dezembro de 2015), sendo estes imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2016.

Os créditos foram contabilizados durante os meses de janeiro a dezembro de 2016, data tomada como base de cálculo, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de acordo com a legislação vigente.

Para efeito desta demonstração financeira, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

16 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	252.906	215.351
Outros serviços indiretos de água	19.250	13.280
Receitas de construção	53.904	63.933
Total receita bruta	<u>326.060</u>	<u>292.564</u>
(-) Cancelamentos e abatimentos	(14.798)	(12.325)
(-) Impostos sobre serviços	(23.806)	(20.009)
Total da receita operacional líquida	<u>287.456</u>	<u>260.230</u>

17 Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Pessoal	(9.735)	(9.531)
Conservação e manutenção	(1.763)	(1.474)
Serviços de terceiros	(5.356)	(6.593)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.432)	(2.621)
Amortização	(22.922)	(18.406)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	1.979	1.841
Custo de concessão	(1.024)	-
Custo de construção	(53.904)	(63.933)
Energia elétrica	(20.437)	(18.759)
Produtos químicos	(1.935)	(1.433)
Locação	(950)	(864)
Outros	(638)	(1.240)
	<u>(119.117)</u>	<u>(123.013)</u>

18 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2016	2015
Pessoal	(15.823)	(9.990)
Conservação e manutenção	(202)	(182)
Serviços de terceiros	(25.963)	(26.451)
Materiais, equipamentos e veículos	(177)	(1.100)
Amortização	(283)	(2.476)
Energia elétrica	(190)	(244)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.009)	(2.908)
Baixa de títulos das contas a receber	(2.578)	(2.075)
Seguros	(748)	(628)
Viagens e estadias	(367)	(311)
Provisão para contingências	(3.827)	(679)
Impostos, taxas e contribuições	(344)	(476)
Locação	(2.853)	(2.689)
Publicidade e propaganda	(1.135)	(1.025)
Outras	(3.834)	(4.093)
	<u>(61.333)</u>	<u>(55.327)</u>

19 Despesas financeiras, líquidas

Rendimentos de aplicações financeiras	2016	2015
Juros e multa recebidos ou auferidos	5.671	2.863
Outros	4.155	9.193
Receitas financeiras	<u>20</u>	<u>28</u>
	<u>9.846</u>	<u>12.084</u>
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(31.463)	(17.551)
Ajuste a valor presente de clientes	(2.887)	(9.522)
Juros e multa sobre atraso em pagamentos	(944)	(347)
Descontos concedidos	(95)	(159)
Despesas e comissões bancárias	(1.698)	(1.726)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(458)	(294)
Outras	(981)	(1.023)
Despesas financeiras	<u>(38.526)</u>	<u>(30.622)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(28.680)</u>	<u>(18.538)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está apresentada como segue:

Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2016	2015
Alíquota fiscal combinada	78.406	63.402
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(26.658)</u>	<u>(21.557)</u>
Despesas ineditáveis	(1.588)	(543)
Inovação tecnológica	376	337
Juros sobre capital próprio	7.122	7.120
PAT e outros incentivos fiscais	822	625
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(15.430)	(10.750)
Diferido	<u>(4.496)</u>	<u>(3.268)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.926)	(14.018)
Alíquota efetiva	<u>25%</u>	<u>22%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.382	7.359
Provisão para participação nos lucros	614	560
Provisão para contingências	1.049	639
Ajuste a valor presente de clientes	5.789	3.237
Prejuízo fiscal	32.916	39.889
Ativo fiscal diferido	<u>48.750</u>	<u>51.684</u>
Amortização de intangível (i)	(19.355)	(20.140)
Capitalização de juros	(10.024)	(9.471)
Custo de captação	(2.570)	(775)
Passivo fiscal diferido	<u>(31.949)</u>	<u>(30.386)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>16.801</u>	<u>21.298</u>

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da depreciação contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2016 o valor realizado é de R\$ 2.308 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2015).

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 24.653, representando aproximadamente 20% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 21.644, representando aproximadamente 20% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.436	1.768
Aplicações financeiras	21.245	43.517
Contas a receber de clientes	98.139	85.125
Total	120.820	130.410

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

	2016						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	14.108	14.108	14.108	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.727	660.526	97.422	89.426	151.190	71.226	251.262
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	76.229	76.229	76.229	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.559	1.559	1.559	-	-	-	-
	376.623	752.422	189.318	89.426	151.190	71.226	251.262

	2015						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	9.969	9.969	9.969	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	253.406	366.426	46.180	86.348	78.232	69.610	85.756
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	99.626	99.626	99.626	-	-	-	-
Outras contas a pagar	504	504	504	-	-	-	-
	<u>363.505</u>	<u>476.525</u>	<u>156.279</u>	<u>86.348</u>	<u>78.232</u>	<u>69.610</u>	<u>85.756</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	21.245	43.517
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.727	253.406

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	21.245	Variação do CDI	14,00%	2.974	3.718	4.461	2.231	1.487
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(105.144)	Variação do CDI	14,00%	(14.720)	(18.400)	(22.080)	(11.040)	(7.360)
Financiamento BNDES	(11.638)	Variação da SELIC	14,18%	(1.650)	(2.063)	(2.475)	(1.238)	(825)
Financiamento BNDES 1+2	(167.945)	Variação da TJLP	7,50%	(12.596)	(15.745)	(18.894)	(9.447)	(6.298)
				<u>(25.992)</u>	<u>(32.490)</u>	<u>(38.988)</u>	<u>(19.494)</u>	<u>(12.996)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	1.436	-	1.436
Aplicações financeiras	5	9.715	11.530	-	-	21.245
Contas a receber de clientes	6	-	-	98.139	-	98.139
Total		<u>9.715</u>	<u>11.530</u>	<u>99.575</u>	<u>-</u>	<u>120.820</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	14.108	14.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	284.727	284.727
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12	-	-	-	76.229	76.229
Outras contas a pagar	13	-	-	-	1.559	1.559
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>376.623</u>	<u>376.623</u>
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	1.768	-	1.768
Aplicações financeiras	5	38.097	5.420	-	-	43.517
Contas a receber de clientes	6	-	-	85.125	-	85.125
Total		<u>38.097</u>	<u>5.420</u>	<u>86.893</u>	<u>-</u>	<u>130.410</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	9.969	9.969
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	253.406	253.406
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12	-	-	-	99.626	99.626
Outras contas a pagar	13	-	-	-	504	504
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>363.505</u>	<u>363.505</u>

a. Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	105.597	107.727	105.602	108.746
Projeto BNDES	190.224	212.372	153.875	153.875
Finame	27	27	82	82
	<u>295.848</u>	<u>320.126</u>	<u>259.559</u>	<u>262.703</u>

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000 (R\$ 5.800 em 31 de dezembro de 2015) para danos materiais, R\$ 60.000 (R\$ 9.300 em 31 de dezembro de 2015) para responsabilidade civil, R\$ 12.000 (R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2015) para perda de receita e R\$ 222.376 (R\$ 146.064 em 31 de dezembro de 2015) para executante concessionário.

23 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

Lucro básico por ação	2016	2015
Lucro líquido da Companhia	58.480	49.384
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro básico por ação - R\$	0,26	0,22
Lucro diluído por ação	2016	2015
Lucro líquido da Companhia	58.480	49.384
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro diluído por ação - R\$	0,26	0,22

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 0,5% (meio por cento), do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e Cofins). Também há o compromisso de repasse dos valores cobrados dos usuários referente à taxa utilização dos recursos hídricos, que corresponde a 0,4234%, calculados sobre o valor de água faturado mensal.

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

• • •

Contador

Percival Gratti Junior
Contador CRC 1SP239268/O-9

Prolagos S.A. -
Concessionária de
Serviços Públicos
de Água e Esgoto

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanço patrimonial	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mensagem da Administração

A Prolagos, concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, completou 19 anos de atividades em 2017, ajudando a transformar a condição de vida da população.

Desde o início da atuação, em 1998, até dezembro de 2017, a companhia investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em saneamento básico, o que representa um dos maiores investimentos neste segmento por habitante no Brasil. Neste período, a concessionária triplicou o fornecimento de água potável, passando de 30% de cobertura para 97,12% da população da área urbana. Em esgotamento sanitário, o índice de atendimento saltou de praticamente 0% para 77,14%. Esses percentuais estão acima do estabelecido na meta contratual para o período, que é de 90% para água e 70% para esgoto.

O avanço no saneamento básico contribuiu para o fomento da economia local; para promoção do turismo com recuperação de praias e da Lagoa de Araruama, que voltou a ser balneável; e o mais importante: o avanço das condições de vida e saúde da comunidade. A constatação, após vistoria técnica, é do ambientalista Arnaldo Vilanova, presidente da ONG Viva Lagoa, que há anos monitora a qualidade da água da laguna.

Com foco nas inovações tecnológicas, a empresa buscou modernizar e otimizar os serviços já prestados aos municípios da área de concessão por meio da redução das perdas e na eficácia do abastecimento. Em 2017, o índice de perdas na distribuição de água foi de 24,7%, um valor significativamente inferior à média nacional de 37% (SNIS2015).

Em dezembro de 2017, a Prolagos inaugurou a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do município de Armação de Búzios, o que fez com que a capacidade de tratamento passasse de 130 l/s para 200 l/s e agregou ao processo do tratamento o nível terciário com remoção de nitrogênio e fósforo e desinfecção por ultravioleta (UV). Ainda durante o ano foi concluída a ampliação do sistema de abastecimento de água para o município de Búzios, através da implantação de quase três quilômetros de adutora que aumentou a capacidade de transporte de água em 15%, beneficiando quase 20 mil moradores - um reforço importante, especialmente na alta temporada, período em que a região recebe um fluxo de pessoas quatro vezes maior do que a população residente.

Temos na gestão foco em sustentabilidade e transparência, que traz a credibilidade necessária para administrar contratos de longo prazo. A regulação feita por uma agência independente reforça nossa obrigação de cumprir metas estabelecidas perante a regra que preserva o equilíbrio econômico financeiro do nosso contrato. Esse quadro gera um diferencial competitivo importante, que fortalece nosso comprometimento com o futuro e com a garantia de resultados.

Uma das prioridades da Prolagos é a qualidade do atendimento ao usuário. Neste sentido, em 2017, com o objetivo de simplificar o acesso do usuário à empresa, foi lançado o aplicativo para smartphones e *tablets* através do qual serviços requisitados pelos usuários nas lojas físicas como acesso à segunda via da conta, histórico de consumo, aviso sobre vencimento de débitos, pagamento da conta e inclusão no débito automático podem ser facilmente acessados. Adicionalmente, a empresa manteve a certificação do selo ISO 9001 nos setores de Fiscalização e Atendimento ao Cliente, o que confirma a qualidade nos serviços prestados pela concessionária.

Vale destacar que, mesmo com condições econômicas adversas no país, a Prolagos alcançou o menor índice de inadimplência desde o início da concessão. A taxa caiu de 60,0% em 1998 para 4,7% no quarto trimestre de 2017. Para a empresa, esta redução é resultado de muito trabalho, buscando sempre o melhor atendimento ao cliente, preservando o relacionamento da empresa com o usuário.

Demos continuidade ao processo de aprimoramento do nosso relacionamento com as comunidades dos cinco municípios através do Programa Afluentes, mantendo a rotina de reuniões com os líderes das comunidades, esclarecendo, ouvindo as mais diversas reivindicações e atendendo-as dentro das possibilidades que o contrato permite. Dessa forma, disseminamos o conhecimento do contrato e suas metas junto aos diversos líderes comunitários, dando transparência às informações.

Todos estes feitos devemos ao nosso time que conta com 439 colaboradores diretos e indiretos, e que mantém a motivação necessária ao sucesso do trabalho realizado. Temos um atraente programa de benefícios para os funcionários que é destaque no mercado regional onde atuamos.

Foi mais um ano de desafios e com motivos para nos orgulhar. Nossa missão sempre desafiadora é desenvolvida com o esforço de cada um de nossos colaboradores no sentido de atender às expectativas dos nossos acionistas e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida dos moradores e visitantes da Região dos Lagos.

A Administração

PERFIL DA COMPANHIA

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma operadora privada de serviços de saneamento básico, com presença atuante nas comunidades atendidas e estreita colaboração com o poder concedente, gerenciando o contrato de serviços também pelo relacionamento com suas partes interessadas. Com sede em São Pedro d'Aldeia (RJ) e com *expertise* para atuar em todos os processos do ciclo integral do saneamento - desde o abastecimento, coleta até o tratamento de esgoto -, a Prolagos administra e opera a distribuição de água e o tratamento de esgoto dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia e Arraial do Cabo. Promove o atendimento de mais 400 mil pessoas residentes, podendo chegar a 2 milhões em épocas de alta temporada, em mais de 190 mil domicílios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DESTAQUES FINANCEIROS

Prolagos ('000)	2017	2016	Δ %
Receita operacional líquida ¹	274.238	233.552	17,4%
Custos e despesas operacionais ^{1*2}	(98.147)	(103.261)	-5,0%
EBITDA^{1*2}	176.091	130.291	35,2%
Margem EBITDA	64,2%	55,8%	8,4 pp
Resultado financeiro	(29.311)	(28.680)	2,2%
Lucro líquido	88.485	58.480	47,9%

Receita Líquida

No ano de 2017, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$274,2 milhões, um aumento de 17,4% em relação ao ano de 2016. O crescimento da receita entre os períodos em análise é decorrente: (i) de aumento tarifário de 15,3% (9,2484% referente à inflação em dezembro/16 somado a 5,5482% referente a reequilíbrio de contrato ocorrido em janeiro/17) e (ii) do aumento da base de economias ativas em 4,0%.

Economias

O número de economias atendidas com água e esgoto cresceu 4,0% na comparação entre os períodos em função: (i) do crescimento vegetativo da população; (ii) da conclusão das obras de expansão da rede de distribuição; (iii) dos esforços comerciais para regularização de economias.

Economias Ativas	2017	2016	Δ %
Água	191.835	184.517	4,0%
Esgoto	191.835	184.517	4,0%
Total	383.670	369.034	4,0%

Volume Faturado

No ano de 2017, o volume faturado de água aumentou 1,8%. O aumento do volume faturado de água é decorrente do crescimento na base de economias ativas.

¹ Exclui as receitas de construção (CPC 17)

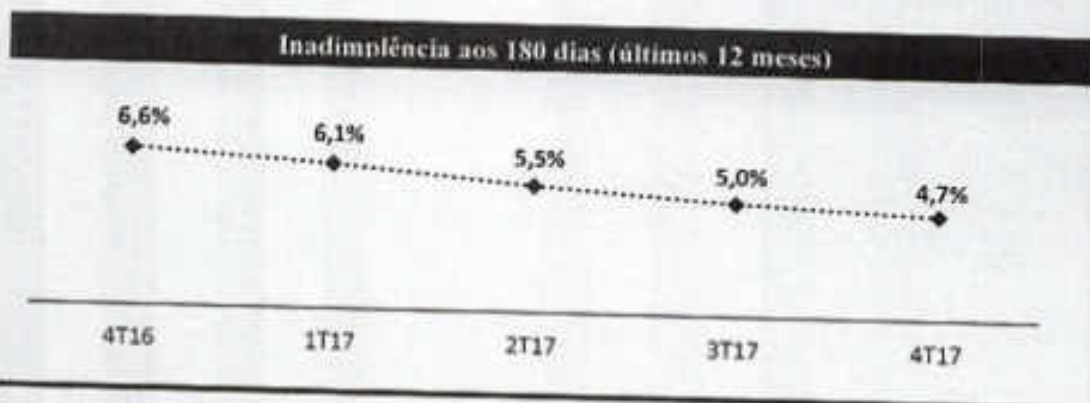
² Exclui os efeitos de amortização

A concessionária Prolagos não mensura o volume faturado de esgoto, pois utiliza o sistema unitário de coleta, conhecido como "tempo seco". Esse sistema consiste na coleta de efluentes das redes separadoras de esgoto e de drenagem pluvial, transporte por estações elevatórias e tratamento suas estações de tratamento de esgoto. Informamos que a tarifa aprovada pela AGENERSA contempla os serviços de água e os investimentos realizados em esgoto.

Volume faturado ('000 m ³)	2017	2016	Δ %
Água	28.328	27.837	1,8%
Total	28.328	27.837	1,8%

Inadimplência

A Inadimplência a partir de 180 dias (acumulada em 12 meses) apresentou uma redução de 1,9 p.p. no ano de 2017 comparado a 2016. Essa redução é decorrente da efetividade das políticas comerciais empregadas pela Companhia, dentre estas ações de cortes, negatificação dos inadimplentes, envio de SMS para cobrança, entre outras.

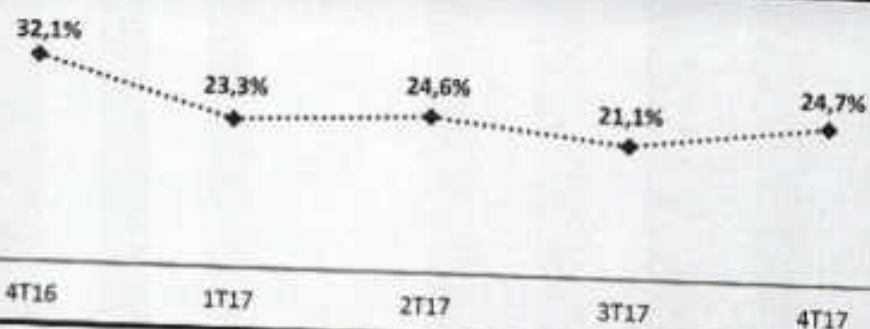


Índice de Perdas na Distribuição²

No ano de 2017, o índice de perdas na distribuição de água (acumulado 12 meses) da Companhia apresentou uma redução de 7,4 p.p. em comparação com o ano de 2016, atingindo 24,7%.

² Índice Perdas na distribuição (%) = $\frac{\text{Vol. Água Produzido (m}^3\text{)} - \text{Vol. Água serviço} - \text{Vol. Água Consumido (m}^3\text{)}}{\text{Vol. Água Produzido (m}^3\text{)}}$

Índice de Perdas na Distribuição (últimos 12 meses)



CUSTOS E DESPESAS

Custos e despesas operacionais (RS '000)	2017	2016	Δ %
Custos e despesas operacionais	(98.147)	(103.261)	-5,0%
Amortização	(25.409)	(23.205)	9,5%
Total	(123.556)	(126.466)	-2,3%

Os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e custos de construção, foram reduzidos em 5,0% na comparação entre o 2016 e 2017, com destaque para redução nos custos de pessoal. Esta variação no custo de serviços prestados ocorreu principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Redução de 12,3% nos custos e despesas com pessoal, que totalizaram R\$22,4 milhões.
- (ii) Redução de R\$9,5 milhões nos custos e despesas com PCLD.

EBITDA

No ano de 2017, o EBITDA atingiu R\$176,1 milhões, um aumento de 35,2% ou de R\$45,8 milhões em relação ao ano de 2016.

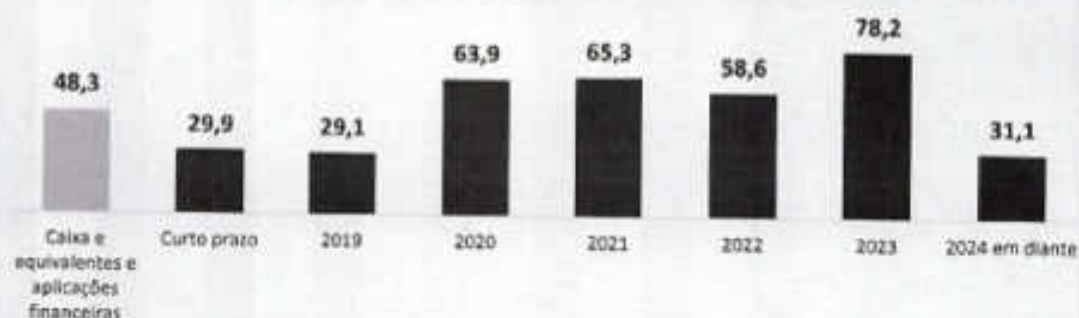
EBITDA ('000)	2017	2016	Δ %
Lucro líquido	86.485	58.480	47,9%
(+) Resultado financeiro	29.311	28.680	2,2%
(+) Imposto sobre o lucro	34.886	19.926	75,1%
(+) Amortização	25.409	23.205	9,5%
EBITDA	176.091	130.291	35,2%
Margem EBITDA ¹	64,2%	55,8%	8,4 pp

ENDIVIDAMENTO

No período acumulado de 2017, a relação Dívida líquida/EBITDA foi de 1,75x, uma redução de 0,26x em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução é resultado do crescimento de 35,2% do EBITDA, que foi parcialmente compensada pelo aumento da dívida líquida (em função dos investimentos realizados).

Endividamento (R\$ milhares)	2017	2016	Δ %
Dívida líquida	307.806	262.046	17,5%
(+) Dívida bruta	356.146	284.727	25,1%
(-) Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	(48.340)	(22.681)	113,1%
EBITDA (12 meses)	176.091	130.291	35,2%
Dívida líquida / EBITDA	1,75	2,01	

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e revisão limitada dos respectivos trimestres.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia contratou a KPMG Auditores Independente apenas para realização de serviços relacionados à auditoria externa, conforme descritos acima.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Inadimplência 180 dias, Índice de Perdas Físicas, Margem EBITDA, aspectos quantitativos sobre o EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Conselho de Administração

Hamilton Amadeo - Presidente do Conselho de Administração

Flávio Martins Tarchi Crivellari - Conselheiro

Felipe Bueno Marcondes Ferraz - Conselheiro

Composição da Diretoria

Carlos Henrique Paganetto Roma Junior - Diretor Presidente

Thiago Augusto Maziero - Diretor Executivo

Flávio Martins Tarchi Crivellari - Diretor de Relações com Investidores

Contador

Itamar Portela Camargo

CRC MS010387/O5S-RJ



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da
Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
São Pedro da Aldeia - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 e 6, a Companhia revisa periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável ("Provisão"). Os critérios e metodologias para determinação da provisão são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Considerando o volume de transações que compõem os saldos de contas a receber, bem como as características específicas de cada uma das concessões operacionalizadas pela Companhia, resulta na utilização de elevado grau de julgamento quanto ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e também ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Avaliamos, por amostragem, a suficiência dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos e recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso das contas a receber. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Gastos com ativo intangível

Conforme notas explicativas nº 1 e 8, a Companhia assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com o respectivo Poderes Concedente que possui uma combinação entre expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com o Poder Concedente, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos qualificados como custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil dos custos qualificados para capitalização no ativo intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos no ativo intangível, também avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos e as respectivas divulgações do ativo intangível no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.654	1.436	Fornecedores e empreiteiros	9	18.780	14.108
Aplicações financeiras	5	33.509	9.715	Empréstimos, financiamentos e débitos	10	29.913	63.097
Contas a receber de clientes	6	70.724	63.747	Obrigações trabalhistas e sociais		3.268	5.002
Estoque		302	1.208	Obrigações fiscais		3.579	3.608
Impostos a recuperar		307	346	Imposto de renda e contribuição social	18	2.681	408
Outros créditos		2.637	1.068	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	11	28.968	76.229
Total do ativo circulante		110.013	77.600	Outras contas a pagar		1.669	1.559
				Total do passivo circulante		88.858	164.011
Aplicações financeiras	5	12.877	11.530	Empréstimos, financiamentos e débitos	16	326.233	221.630
Contas a receber de clientes	6	49.673	34.362	Provisão para contingências	12	3.222	3.084
Ativo fiscal diferido	18	1.759	16.381	Outras contas a pagar		2.051	-
Depósitos judiciais	12	7.447	5.219	Total do passivo não circulante		331.506	224.714
Total do realizável a longo prazo		71.756	67.942				
				Patrimônio líquido			
Intangível	8	536.382	562.982	Capital social	13	255.041	255.041
Total do ativo não circulante		658.138	639.924	Reserva de lucros		92.746	64.758
				Patrimônio líquido		347.787	319.799
Total do ativo		708.131	708.524	Total do passivo		420.364	388.725
				Total do passivo e patrimônio líquido		708.151	708.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida			
Custos dos serviços prestados	14	317.422	287.456
	15	<u>(109.563)</u>	<u>(119.117)</u>
Lucro bruto		<u>207.859</u>	<u>168.339</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais			
Outras receitas operacionais	16	(57.162)	(61.333)
Outras despesas operacionais		56	80
		<u>(71)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>150.682</u>	<u>107.086</u>
Receitas financeiras			
Despesas financeiras	17	6.157	9.846
	17	<u>(35.468)</u>	<u>(38.526)</u>
Resultado financeiro		<u>(29.311)</u>	<u>(28.680)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>121.371</u>	<u>78.406</u>
Imposto de renda e contribuição social			
	18	<u>(34.886)</u>	<u>(19.926)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>86.485</u>	<u>58.480</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	21	<u>0,39</u>	<u>0,26</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	21	<u>0,39</u>	<u>0,26</u>
Quantidade média de ações		221.673.074	221.673.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>86.485</u>	<u>58.480</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>86.485</u>	<u>58.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2016		255.041	14.781	412	40.032	-	310.266	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	58.485	58.485	
Destinação:								
Reserva legal	13 b	-	2.924	-	-	(2.924)	-	
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	13 c	-	-	-	-	(48.947)	(48.947)	
Reserva estatutária conforme AG 28 de Maio de 2014 - Art. 17 parágrafo 2º	13 d	-	-	66	-	(66)	-	
Lucros retidos		-	-	-	6.543	(6.543)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		255.041	17.705	478	46.575	-	319.799	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	86.485	86.485	
Destinação:								
Reserva legal	13 b	-	4.324	-	-	(4.324)	-	
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	13 c	-	-	-	(36.460)	(22.037)	(58.497)	
Reserva estatutária conforme AG 28 de Maio de 2014 - Art. 17 parágrafo 2º	13 d	-	-	603	-	(603)	-	
Lucros retidos		-	-	-	59.523	(59.523)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		255.041	22.029	1.079	69.638	-	347.787	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	19	121.371	78.406
Ajustes para:			
Amortização			
Resultado na baixa de intangível	15 e 16	25.409	21.205
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8	73	-
Amortização custo de captação	10 e 17	29.873	31.463
Juros sobre aplicações financeiros	10	1.665	963
(Reversão) Provisão de ajuste a valor presente de clientes	3 e 17	(2.433)	(5.671)
Provisão para contingências	17	(4.292)	2.887
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	4.740	3.827
Baixa de títulos de contas a receber	6 e 16	(1.872)	3.009
Provisão para bônus diretoria	16	(2.046)	2.578
	7	2.051	-
		<u>174.539</u>	<u>140.667</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(14.048)	(20.851)
Estoques		406	2.582
Impostos a recuperar		(310)	(1.451)
Depósitos judiciais		(2.228)	(994)
Outros créditos		(1.569)	1.037
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e credores		4.672	4.139
Obrigações trabalhistas e sociais		(1.734)	1.565
Obrigações fiscais		(3.335)	(3.773)
Pagamento de contingências	12	(4.602)	(2.623)
Outras contas a pagar		110	418
Juros pagos	10	(72.010)	(31.410)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(16.631)	(14.793)
		<u>63.260</u>	<u>74.313</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(23.299)	27.943
Aquisição de intangível	8	(46.164)	(61.314)
		<u>(69.463)</u>	<u>(33.371)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	10	238.776	47.706
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(3.323)	(5.930)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	10	(126.280)	(14.126)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	11	(102.852)	(69.124)
		<u>6.721</u>	<u>(41.474)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento			
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>518</u>	<u>(332)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.436	1.768
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>1.954</u>	<u>1.436</u>
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>518</u>	<u>(332)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Serviços	347.303	308.333
Receita de construção	302.191	257.358
Outras receitas	43.184	53.904
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	56	80
	1.872	(3.009)
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(125.207)	(132.046)
Custo de construção	(43.184)	(53.904)
Custos dos serviços prestados	(35.186)	(33.480)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.837)	(44.662)
Valor adicionado bruto	222.096	176.287
Amortização	(25.409)	(23.205)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	196.687	153.082
Valor adicionado recebido em transferência	6.157	9.846
Receitas financeiras	6.157	9.846
Valor adicionado total a distribuir	202.844	162.928
Distribuição do valor adicionado	202.844	162.928
Pessoal	19.505	22.106
Remuneração direta	13.235	15.025
Benefícios	5.329	6.178
F.G.T.S	941	903
Impostos, taxas e contribuições	62.738	46.132
Impostos federais	62.066	45.735
Impostos estaduais	72	74
Impostos municipais	600	323
Remuneração de capitais de terceiros	34.116	36.210
Juros	29.938	32.407
Aluguéis	4.178	3.803
Remuneração de capitais próprios	86.485	58.480
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	22.037	48.947
Lucros retidos	64.448	9.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96 firmado com os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos.

Em 2010, tendo como base o novo plano de investimentos da concessão, o Estado, juntamente com o Poder Concedente das cidades que são objeto da concessão e a Companhia, decidiram por estender o prazo da concessão até o ano de 2041, passando o contrato de concessão vigente a ter prazo de encerramento previsto para 13 de maio de 2041.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão, em 2041, em R\$ 848.379. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) até 2018, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da Concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 5 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 8** - definição de vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 12** - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 14** - reconhecimento de receita; e
- **Nota explicativa nº 18** - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

d. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

e. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;
- Direito de exploração de infraestrutura - veja item "m".
- Intangível em andamento
São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamento e debêntures.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 e com relação a este assunto.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, ajuste a valor presente, descontos concedidos e comissões bancárias. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

n. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

p. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

q. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 / IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 / IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38 / IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
 - o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.
- A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48 / IFRS 9.

De acordo com avaliação da Companhia, a estimativa é que o valor de “perdas de crédito esperadas” a serem divulgadas durante o exercício de 2018, e em 1º de janeiro de 2018 é que os lucros acumulados serão apresentados com redução em torno de R\$ 5.000 e o contas a receber com redução em torno de R\$ 7.000.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC-03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

s. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017	2016
Caixa	5	3
Bancos conta movimento	1.949	1.433
	<u>1.954</u>	<u>1.436</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2017	2016
Aplicações pós-fixadas	55% a 97% do CDI	janeiro/2018 à agosto/2019	46.386	11.530
Fundo de Investimento Safira	97,47% a 127,92% do CDI	Indeterminado	-	9.715
			<u>46.386</u>	<u>21.245</u>
Circulante			33.509	9.715
Não circulante			12.877	11.530

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referente a CDB - Operações Compromissadas de curto prazo.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTFM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante estão vinculadas aos empréstimos que a Companhia captou em exercícios anteriores e atual. A cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta de reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo equivalente a 3 contraprestações mensais.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras

Saldo inicial de 31 de dezembro de 2016	21.245
Aplicação	395.618
(-) Resgate de principal	(369.528)
(-) Resgate de juros	(2.421)
Incidência de IR	(591)
Incidência de IOF	(370)
Juros no exercício	2.433
Saldo de 31 de dezembro de 2017	46.386

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Faturamento de serviços de água e esgoto	122.835	113.768
Receita a futurar de serviços de água e esgoto	9.985	9.024
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.423)	(24.653)
	120.397	98.139
Circulante	70.724	63.747
Não circulante	49.673	34.392

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2017				
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2017
Residencial	15.097	9.137	1.059	10.196	25.293
Comercial	4.362	2.111	520	2.631	6.993
Industrial	430	152	3	155	585
Setor público	1.512	4.344	489	4.833	6.345
Subtotal consumidores	21.401	15.744	2.071	17.815	39.216
Renegociações (i)	72.378	9.368	1.873	11.241	83.619
	93.779	25.112	3.944	29.056	122.835
Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2016				
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2016
Residencial	15.082	7.704	3.416	11.120	26.202
Comercial	3.396	1.636	1.033	2.669	6.065
Industrial	187	40	-	40	227
Setor público	1.473	1.945	291	2.236	3.709
Subtotal consumidores	20.138	11.325	4.740	16.065	36.203
Renegociações (i)	68.529	7.563	1.473	9.036	77.565
	88.667	18.888	6.213	25.101	113.768

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 12.734 (R\$ 17.026 em 31 de dezembro de 2016) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 4.292 de reversão de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

Saldos vencidos - 2017					
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total em 2017
Residencial	(284)	(1.093)	(1.059)	(2.152)	(2.436)
Comercial	(65)	(273)	(520)	(793)	(858)
Industrial	-	(3)	(3)	(6)	(6)
Setor público	(267)	(1.208)	(489)	(1.697)	(1.964)
Renegociações	(1.729)	(3.557)	(1.873)	(5.430)	(7.159)
	<u>(2.345)</u>	<u>(6.134)</u>	<u>(3.944)</u>	<u>(10.078)</u>	<u>(12.423)</u>

Saldos vencidos - 2016					
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total em 2016
Residencial	(298)	(1.022)	(3.416)	(4.438)	(4.736)
Comercial	(77)	(389)	(1.033)	(1.422)	(1.499)
Industrial	-	(10)	-	(10)	(10)
Setor público	(276)	(851)	(291)	(1.142)	(1.418)
Renegociações	(13.140)	(2.377)	(1.473)	(3.850)	(16.990)
	<u>(13.791)</u>	<u>(4.649)</u>	<u>(6.213)</u>	<u>(10.862)</u>	<u>(24.653)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Natureza	Saldo em 2016	(Adições)/ Reversões	(-) Baixa de títulos (ii)	Saldo em 2017
Correntes	(7.663)	1.669	730	(5.264)
Renegociações	(16.990)	203	9.628	(7.159)
	<u>(24.653)</u>	<u>1.872</u>	<u>10.358</u>	<u>(12.423)</u>

Natureza	Saldo em 2015	(Adições)/ Reversões	Saldo em 2016
Correntes	(12.249)	4.586	(7.663)
Renegociações	(9.395)	(7.595)	(16.990)
	<u>(21.644)</u>	<u>(3.009)</u>	<u>(24.653)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem futura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais até R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

A partir do mês de julho de 2017 a Companhia ampliou a utilização do benefício fiscal que permite reduzir os tributos incidentes sobre os lucros, especificamente IRPJ e CSLL, quando registrado e controlado, conforme as exigências da IN RFB 1700/2017, acrescentando aos critérios para definição de perda efetiva as faturas vencidas há mais de 365 dias, com valores de R\$ 5 até R\$ 30, inadimplidas até 07 de outubro de 2014 e com valores de R\$ 15 até R\$ 100, inadimplidas após 07 de outubro de 2014, ambos desde que tenham iniciado e mantido a cobrança administrativa. No caso de parcelamentos, passou a considerar o conceito de operação, e não por fatura individual.

- (ii) Os novos critérios adotados geraram baixas no montante de R\$ 10.358 de títulos registrados anteriormente como provisão para créditos de liquidação duvidosa, não tendo efeito no resultado final do exercício. Além disso, houve reversão de baixa de títulos do contas a receber diretamente no resultado do exercício no valor de R\$ 2.046 (baixa de R\$ 2.578 em 31 de dezembro de 2016).

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a Diretoria totalizou R\$ 3.480 (R\$ 6.665 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de março de 2017, a remuneração global anual dos administradores será de até R\$ 3.300 rateada em comum acordo.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 2.051 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017	2016
Ativo circulante		
Outros créditos com partes relacionadas		
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (a)	25	-
	<u>25</u>	<u>-</u>
	2017	2016
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	7.053	7.235
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	679	880
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	181	-
	<u>7.913</u>	<u>8.115</u>
	<u>7.938</u>	<u>8.115</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.307	1.568
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.627	1.698
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	79	71
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	243	199
	<u>3.256</u>	<u>3.536</u>
	2017	2016
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	886	-
	<u>886</u>	<u>-</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	21.789	18.604
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	988	1.266
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	1.590	2.099
	<u>24.367</u>	<u>21.969</u>
	<u>25.253</u>	<u>21.969</u>

(a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A., serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pelo GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.

(b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santo Barbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de separação de resíduo e tecnologia da informação.

- (c) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. Os contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário estão assim representados:

	Total Contratado	Saldo em 2016	Movimento 2017				Saldo em 2017
			Novos contratos	Subcontratações	Realizado		
Agua Engenharia e Comércio Ltda.	658.438	319.792	8.645	(39.318)	(7.053)	282.066	
	<u>658.438</u>	<u>319.792</u>	<u>8.645</u>	<u>(39.318)</u>	<u>(7.053)</u>	<u>282.066</u>	

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço de engenharia relacionadas à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física e financeira, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 28.968 (R\$ 76.229 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante referente a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar a seus acionistas, conforme nota explicativa nº 11.

Não houve transações de venda de serviços com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração do sistema e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017			2016
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(1.245)	9.172	9.564
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 27	5,0%	340.046	(120.617)	219.429	207.359
Edificações de estações de tratamento	de 08 a 27	3,8%	324.101	(41.584)	282.517	276.190
Máquinas e equipamentos	de 03 a 26	4,7%	26.410	(4.065)	22.345	17.989
Outros componentes	de 03 a 27	5,7%	18.375	(7.828)	10.547	11.274
			<u>719.349</u>	<u>(175.339)</u>	<u>544.010</u>	<u>522.376</u>
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			42.016	-	42.016	40.570
			<u>42.016</u>	<u>-</u>	<u>42.016</u>	<u>40.570</u>
Software						
Licença de uso de software	3	33,3%	720	(364)	356	36
			<u>720</u>	<u>(364)</u>	<u>356</u>	<u>36</u>
			<u>762.085</u>	<u>(175.703)</u>	<u>586.382</u>	<u>562.982</u>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2016		2015	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Otorga / Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(853)	9.564	1.830
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 27	5,1%	315.626	(108.267)	207.359	208.803
Edificações de estações de tratamento	de 08 a 27	3,8%	307.330	(31.140)	276.190	261.939
Máquinas e equipamentos	de 04 a 26	4,4%	21.034	(3.045)	17.989	17.326
Outros componentes	de 03 a 27	5,7%	17.947	(6.673)	11.274	11.365
			672.354	(149.978)	522.376	501.263
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			40.570	-	40.570	20.646
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	267
			40.570	-	40.570	20.913
Software						
Licença de uso de software	3	33,3%	364	(328)	36	42
			364	(328)	36	42
			713.288	(150.306)	562.982	522.218

b. Movimentação do custo

Ativo	2016		2017		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Otorga / Contrato de concessão	10.417	-	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	315.626	-	-	24.420	340.046
Edificações de estações de tratamento	307.330	-	-	16.771	324.101
Máquinas e equipamentos	21.034	5.451	(73)	(2)	26.410
Outros componentes	17.947	236	(12)	204	18.375
	672.354	5.687	(85)	41.393	719.349
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	40.570	43.184	-	(41.738)	42.016
	40.570	43.184	-	(41.738)	42.016
Software					
Licença de uso de software	364	11	-	345	720
	364	11	-	345	720
	713.288	48.882	(85)	-	762.085

Ativo	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	2.417	8.000 (i)	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	305.918	-	-	9.711	315.629
Edificações de estações de tratamento	283.314	-	-	24.016	307.330
Máquinas e equipamentos	19.354	1.679	-	1	21.034
Outros componentes	17.069	640	-	238	17.947
	628.069	10.319	-	33.966	672.354
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	20.646	53.904	-	(33.980)	40.570
Adiantamento a fornecedores	367	-	(267)	-	-
	20.913	53.904	(267)	(33.980)	40.570
Software					
Licença de uso de software	337	13	-	14	364
	337	13	-	14	364
	649.319	64.236	(267)	-	713.288

- (i) O saldo refere-se a outorga a pagar ao Município de Arraial do Cabo - RJ, conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 17 de maio de 2016, onde delibera a reinserção ao escopo contratual da Concessionária, o serviço de coleta e tratamento de esgotamento sanitário do município de Arraial do Cabo.

c. Movimentação da amortização

Ativo	2016		2017	
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(853)	(392)	-	(1.245)
Instalações técnicas de saneamento	(108.267)	(12.350)	-	(120.617)
Edificações de estações de tratamento	(31.140)	(10.444)	-	(41.584)
Máquinas e equipamentos	(3.045)	(1.032)	12	(4.065)
Outros componentes	(6.673)	(1.155)	-	(7.828)
	(149.978)	(25.373)	12	(175.339)
Software				
Licença de uso de software	(328)	(36)	-	(364)
	(328)	(36)	-	(364)
	(150.306)	(25.409)	12	(175.703)

Ativo	2015	2016	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(587)	(266)	(853)
Instalações técnicas de saneamento	(97.112)	(11.155)	(108.267)
Edificações de estações de tratamento	(21.375)	(9.765)	(31.140)
Máquinas e equipamentos	(2.028)	(1.017)	(3.045)
Outros componentes	(5.704)	(969)	(6.673)
	<u>(126.806)</u>	<u>(23.172)</u>	<u>(149.978)</u>
Software			
Licença de uso de software	(295)	(33)	(328)
	<u>(295)</u>	<u>(33)</u>	<u>(328)</u>
	<u>(127.101)</u>	<u>(23.205)</u>	<u>(150.306)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$ 2.718 a uma taxa média de 10,83% a.a. (R\$ 2.655 e 12,34% a.a. em 31 de dezembro de 2016) e estão sendo considerados dentro das adições do "Intangível em andamento".

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	15.524	10.572
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	<u>3.256</u>	<u>3.536</u>
	<u>18.780</u>	<u>14.108</u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2017	2016
Debêntures	CDI + 1,15% a.a.	setembro/2022	200.000	200.000	100.790	105.144
Projeto BNDES Financeira	Pré 3,0% a.a. a SELIC + 3,12% a.a. e TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a. TJLP + 4,40% a.a.	junho/2022 a novembro/2035 junho/2017	461.686 245	512.548 245	255.356 -	179.356 27
					<u>356.146</u>	<u>284.527</u>
Circulante					29.933	63.097
Não circulante					<u>326.213</u>	<u>221.630</u>

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	2017	2016
2018	-	25.142
2019	30.397	25.142
2020	31.904	25.142
2021	33.343	25.142
2022	26.556	18.422
2023 em diante	<u>115.483</u>	<u>45.994</u>
	<u>237.683</u>	<u>164.984</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2017	2016
2018	-	33.330
2019	-	33.340
2020	33.330	-
2021	33.330	-
2022	<u>33.340</u>	<u>-</u>
	<u>100.000</u>	<u>66.670</u>

	2017	2016
Custo de captação (não circulante)	<u>(11.450)</u>	<u>(10.024)</u>
Total	<u><u>326.233</u></u>	<u><u>221.630</u></u>

Movimentação das dívidas

Saldo inicial de 31 de dezembro de 2016	284.727
Captações	238.776
(-) Pagamentos do principal	(126.280)
(-) Pagamentos de juros	(72.010)
Provisão de juros	29.873
Juros capitalizados no intangível	2.718
(-) Custo de captação do exercício	(3.323)
Amortização de custo de captação do exercício	<u>1.665</u>
Saldo final de 31 de dezembro de 2017	<u>356.146</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.323 (R\$ 5.937 no exercício de 31 de dezembro de 2016). O saldo de custo de captação em 31 de dezembro 2017 totaliza o montante de R\$ 12.779 (R\$ 11.121 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Entre 10 de janeiro de 2012 e 12 de novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação da Companhia no valor nominal total de R\$ 461.686, dos quais R\$ 312.548 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre 17 de janeiro de 2022 e 15 de novembro de 2035.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia, e da totalidade dos recursos mantidos em conta reserva; e
- Penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

Em 15 de agosto de 2014, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal total de R\$ 100.000. Estas debêntures têm vencimentos de principal em três parcelas anuais, em 15 de agosto de 2017, 2018 e 2019. Os juros foram pagos semestralmente, nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de fevereiro de 2015. Em 15 de agosto de 2017 foi paga a 1ª parcela de principal e em outubro de 2017 a 2ª emissão de debêntures foi integralmente liquidada.

Em 14 de agosto de 2017, a Companhia contratou linha de crédito (Notas Promissórias Comerciais) com o Banco Itaú, no montante de R\$ 40.000, para fazer frente ao pagamento da 1ª parcela de principal da 2ª emissão de debêntures. O empréstimo foi totalmente liquidado em outubro de 2017.

Em 20 de setembro de 2017, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, com valor nominal total de R\$ 100.000. Estas debêntures serão pagas em três parcelas anuais em 20 de setembro de 2020, de 2021 e de 2022. Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 20 de março e 20 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de março de 2018.

As garantias relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, ao valor equivalente a 25% dos direitos creditórios da respectiva controladas; e
- Penhor de 25% das ações da controlada, detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A., para suas respectivas emissões.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos, debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

11 Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio

	2017	2016
Dividendos a pagar	27.483	61.578
Juros sobre capital próprio a pagar	<u>1.485</u>	<u>14.651</u>
	<u>28.968</u>	<u>76.229</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destinou dividendos no montante de R\$ 36.460 e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 22.037 (R\$ 18.731, líquidos de impostos). Também realizou pagamentos de juros sobre capital próprio à controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., no montante de R\$ 102.452.

Os dividendos e juros sobre capital próprio foram aprovados na reunião do conselho de administração realizada em 23 de outubro de 2017 e atas de reunião de diretoria realizadas de janeiro a dezembro de 2017.

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	2.976	2.339	7.314	5.086
Trabalhistas	<u>246</u>	<u>745</u>	<u>133</u>	<u>133</u>
	<u>3.222</u>	<u>3.084</u>	<u>7.447</u>	<u>5.219</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	2016	Adições/ Reversões	Pagamentos	2017
Cível	2.339	4.169	(3.532)	2.976
Trabalhista	<u>745</u>	<u>571</u>	<u>(1.070)</u>	<u>246</u>
	<u>3.084</u>	<u>4.740</u>	<u>(4.602)</u>	<u>3.222</u>
Natureza	2015	Adições/ Reversões	Pagamentos	2016
Cível	1.243	3.620	(2.524)	2.339
Trabalhista	<u>637</u>	<u>207</u>	<u>(99)</u>	<u>745</u>
	<u>1.880</u>	<u>3.827</u>	<u>(2.623)</u>	<u>3.084</u>

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos possíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 10.027 (R\$ 8.876 em 31 de dezembro de 2016).

Também há um processo possível movido pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.120 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2016).

b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos possíveis relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 377 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2016).

c. Processos tributários

A Companhia possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 551 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016).

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com os processos classificados como possível dos itens "a", "b" e "c" pelos advogados e pela administração, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

d. Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 7.447 (R\$ 5.219 em 31 de dezembro de 2016), o principal processo refere-se:

Os processos movidos pela Concessionária requer a proposta no intuito de que não fosse cobrada a alíquota de ICMS no percentual de 25% sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, pretendendo que fosse fixada a alíquota em 18%, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.744 (R\$ 3.897 em 31 de dezembro de 2016).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é de R\$ 255.041 (R\$ 255.041 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 221.673.074 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2017	2016
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária

Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 foram atendidos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	86.485
(-) Constituição da reserva legal	<u>(4.324)</u>
Lucro líquido ajustado	82.161
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	20.540
Dividendos distribuídos no exercício de 2017	
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do resultado do exercício de 2017	22.037
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	<u>36.460</u>
	58.497

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram declarar o crédito de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 22.037 (R\$ 20.947 em 31 de dezembro de 2016), sendo estes imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017.

Os créditos foram contabilizados durante os meses de janeiro a dezembro de 2017, data tomada como base de cálculo, com a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de acordo com a legislação vigente.

Para efeito desta demonstração financeira, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

14 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	292.714	252.906
Outros serviços indiretos de água	34.130	19.250
Outros serviços indiretos de esgoto	46	-
Receitas de construção	43.184	53.904
Total receita bruta	370.074	326.060
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(24.698)	(14.798)
(-) Impostos sobre serviços	(27.954)	(23.806)
Total da receita operacional líquida	317.422	287.456

15 Custos dos serviços prestados por natureza

	2017	2016
Pessoal		
Conservação e manutenção	(8.212)	(9.735)
Serviços de terceiros	(1.318)	(1.763)
Materiais, equipamentos e veículos	(5.644)	(5.356)
Amortização	(2.362)	(2.432)
Créditos de PIS e COFINS	(25.113)	(22.922)
Custo de concessão	4.390	1.979
Custo de construção	(1.217)	(1.024)
Energia elétrica	(43.184)	(53.904)
Produtos químicos	(21.081)	(20.437)
Locação	(2.231)	(1.935)
Outros	(1.920)	(950)
	(1.675)	(638)
	(108.563)	(119.117)

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2017	2016
Pessoal		
Conservação e manutenção	(14.208)	(15.823)
Serviços de terceiros	(297)	(202)
Materiais, equipamentos e veículos	(28.611)	(25.963)
Amortização	(1.555)	(177)
Energia elétrica	(296)	(283)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(270)	(190)
Reversão (Básica) de títulos das contas a receber	1.872	(3.009)
Seguros	2.046	(2.378)
Viagens e estudos	(38)	(748)
Provisão para contingências	(551)	(367)
Provisão para contingências	(4.740)	(3.827)
Impostos, taxas e contribuições	(394)	(344)
Locação	(2.258)	(2.853)
Gastos com telefonia	(633)	(529)
Comunicação	(449)	(389)
Publicidade e propaganda	(1.113)	(1.138)
Outros	(5.667)	(2.916)
	(57.162)	(61.333)

17 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras		
Juros e multa recebidos ou auferidos	2.433	5.671
Outras receitas financeiras	3.384	4.155
	<u>340</u>	<u>20</u>
Receitas financeiras	<u>6.157</u>	<u>9.846</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.873)	(31.463)
Reversão (provisão) do ajuste a valor presente de clientes	4.292	(2.887)
Juros e multa sobre atraso em pagamentos	(65)	(944)
Despesas com IOF	(370)	-
Descontos concedidos	(5.559)	(95)
Despesas e comissões bancárias	(1.329)	(1.698)
Despesas com obrigações de outorga	(627)	-
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(272)	(458)
Outras despesas financeiras	<u>(1.665)</u>	<u>(981)</u>
Despesas financeiras	<u>(35.468)</u>	<u>(38.526)</u>
Resultado financeiro	<u>(29.311)</u>	<u>(28.680)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

	2017	2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	121.371	78.406
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(41.266)</u>	<u>(26.658)</u>
Despesas indedutíveis		
Inovação tecnológica	(2.430)	(1.588)
Juros sobre capital próprio	457	376
PAT e outros incentivos fiscais	7.492	7.122
	<u>861</u>	<u>822</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(19.844)	(15.430)
Diferido	<u>(15.042)</u>	<u>(4.496)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(34.886)</u>	<u>(19.926)</u>
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>25%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2017
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(34.886)
Saldo a pagar de anos anteriores	(408)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	<u>18.663</u>
Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(16.631)</u>
 Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:	
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido	15.042
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	940
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>2.681</u>
	<u>18.663</u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	Resultado	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.382	(4.158)	4.224
Provisão para participação nos lucros	614	(141)	473
Provisão para contingências	1.049	47	1.096
Ajuste a valor presente de clientes	5.789	(1.460)	4.329
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>32.916</u>	<u>(8.884)</u>	<u>24.032</u>
Ativo fiscal diferido	<u>48.750</u>	<u>(14.596)</u>	<u>34.154</u>
Amortização de intangível (i)	(19.355)	785	(18.570)
Juros capitalizados no intangível	(10.024)	(563)	(10.587)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>(2.570)</u>	<u>(668)</u>	<u>(3.238)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(31.949)</u>	<u>(446)</u>	<u>(32.395)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>16.801</u>	<u>(15.042)</u>	<u>1.759</u>

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da depreciação contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato. O valor realizado da amortização em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.308 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2016).

19 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 12.423, representando aproximadamente 10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2016, esta provisão era de R\$ 24.653, representando aproximadamente 20% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.954	1.436
Aplicações financeiras	46.386	21.245
Contas a receber de clientes	120.397	98.139
	<u>168.737</u>	<u>120.820</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empréstimos	18.780	18.780	18.780	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	356.146	606.700	96.716	94.344	70.716	88.067	262.857
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.968	28.968	28.968	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.720	3.720	1.669	2.051	-	-	-
	<u>407.614</u>	<u>658.168</u>	<u>140.133</u>	<u>96.395</u>	<u>70.716</u>	<u>88.067</u>	<u>262.857</u>
2016							
	Valor Contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empréstimos	14.108	14.108	14.108	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.727	660.526	97.422	89.426	151.190	71.226	251.262
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	76.229	76.229	76.229	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.559	1.559	1.559	-	-	-	-
	<u>376.623</u>	<u>752.422</u>	<u>189.318</u>	<u>89.426</u>	<u>151.190</u>	<u>71.226</u>	<u>251.262</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	46.386	21.245
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	356.146	284.727

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	46.386	Variação do CDI	6,89%	3.196	3.995	4.794	2.397	1.598
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(100.790)	Variação do CDI	6,89%	(6.944)	(8.680)	(10.416)	(5.208)	(3.472)
Financiamento BNDES	(34.636)	Variação da SELIC	6,90%	(2.390)	(2.988)	(3.585)	(1.793)	(1.195)
Financiamento BNDES	(220.720)	Variação do TLP	7,00%	(15.430)	(19.313)	(23.175)	(11.588)	(7.725)
1 + 2 - Exposição líquida	(309.794)			(21.588)	(26.986)	(32.382)	(16.192)	(10.704)

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	1.954	-	1.954
Aplicações financeiras	5	33.509	12.877	-	-	46.386
Contas a receber de clientes	6	-	-	120.397	-	120.397
Total		33.509	12.877	122.351	-	168.737
Passivos						
Fornecedores e empréstimos	9	-	-	-	18.780	18.780
Empréstimos, financiamentos e debênturas	10	-	-	-	356.146	356.146
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	-	-	-	28.968	28.968
Outras contas a pagar		-	-	-	3.720	3.720
Total		-	-	-	407.614	407.614
Ativos						
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	1.436	-	1.436
Aplicações financeiras	5	9.715	11.530	-	-	21.245
Contas a receber de clientes	6	-	-	98.139	-	98.139
Total		9.715	11.530	99.575	-	120.820
Passivos						
Fornecedores e empréstimos	9	-	-	-	14.108	14.108
Empréstimos, financiamentos e debênturas	10	-	-	-	284.727	284.727
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	-	-	-	76.229	76.229
Outras contas a pagar		-	-	-	1.559	1.559
Total		-	-	-	376.623	376.623

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures				
Projeto BNDES	101.791	106.258	105.597	107.727
Notas Promissórias Comerciais	267.134	391.961	190.224	212.372
Finame	-	-	-	-
	-	-	27	27
	<u>368.925</u>	<u>498.219</u>	<u>295.848</u>	<u>320.126</u>

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2016) para danos materiais, R\$ 60.000 (R\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2016) para responsabilidade civil e R\$ 237.632 (R\$ 222.376 em 31 de dezembro de 2016) para executante concessionário.

21 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

Lucro básico por ação	2017	2016
Lucro líquido da Companhia	86.485	58.480
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,39</u>	<u>0,26</u>
Lucro diluído por ação	2017	2016
Lucro líquido da Companhia	86.485	58.480
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,39</u>	<u>0,26</u>

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 0,5% (meio por cento), do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Também há o compromisso de repasse dos valores cobrados dos usuários referente à taxa de utilização dos recursos hídricos, que corresponde a 0,2395%, calculados sobre o valor de água faturado mensal.

23 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

• • •
Itamar Portela Camargo
Contador MS 010387/O5S-RJ

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	221.673.074
Preferenciais	0
Total	221.673.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	784.987	768.151
1.01	Ativo Circulante	100.902	110.013
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.593	1.954
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.339	33.509
1.01.03	Contas a Receber	66.612	70.724
1.01.03.01	Clientes	66.612	70.724
1.01.04	Estoques	874	882
1.01.06	Tributos a Recuperar	713	307
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	713	307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.771	2.637
1.01.08.03	Outros	3.771	2.637
1.02	Ativo Não Circulante	684.085	658.138
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	79.699	71.756
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	13.984	12.877
1.02.01.03	Contas a Receber	54.260	49.673
1.02.01.03.01	Clientes	54.260	49.673
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.022	1.759
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.022	1.759
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.433	7.447
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	9.284	7.447
1.02.01.09.05	Outros créditos	149	0
1.02.04	Intangível	604.386	586.382

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	784.987	768.151
2.01	Passivo Circulante	88.964	88.858
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.527	3.268
2.01.02	Fornecedores	22.542	18.780
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.542	18.780
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.409	6.260
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.409	6.260
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.184	2.681
2.01.03.01.03	Outras Obrigações fiscais	3.225	3.579
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.378	29.913
2.01.05	Outras Obrigações	30.108	30.637
2.01.05.02	Outros	30.108	30.637
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	28.968	28.968
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.140	1.669
2.02	Passivo Não Circulante	325.162	331.506
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	319.982	326.233
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	319.982	326.233
2.02.02	Outras Obrigações	2.051	2.051
2.02.02.02	Outros	2.051	2.051
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	2.051	2.051
2.02.04	Provisões	3.129	3.222
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.129	3.222
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	3.129	3.222
2.03	Patrimônio Líquido	370.861	347.787
2.03.01	Capital Social Realizado	255.041	255.041
2.03.04	Reservas de Lucros	92.746	92.746
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	27.151	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.077	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	103.944	89.841
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.449	-29.402
3.03	Resultado Bruto	60.495	60.439
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.975	-14.100
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.998	-14.100
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.023	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.520	46.339
3.06	Resultado Financeiro	-8.848	-3.481
3.06.01	Receitas Financeiras	1.663	1.956
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.511	-5.417
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.672	42.878
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.071	-12.650
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.601	30.228
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.601	30.228
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12451	0,13636
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12451	0,13636

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	27.601	30.228
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.527	0
4.02.01	Ajuste adoção inicial CPC 48 - PECLD	-6.858	0
4.02.02	IR/CS sobre ajuste PECLD	2.331	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	23.074	30.228

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.617	23.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.454	55.058
6.01.01.01	Lucro antes dos Impostos	37.672	42.878
6.01.01.02	Amortização	6.585	6.138
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.182	7.543
6.01.01.05	Juros sobre Aplicações Financeiras	-267	-799
6.01.01.06	Ajuste a valor presente de clientes	837	-2.641
6.01.01.07	Provisão para contingências	1.216	1.077
6.01.01.08	Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	4.888	73
6.01.01.09	Amortização custo de captação	362	271
6.01.01.10	(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	-4.021	718
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.837	-31.717
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-9.037	-13.906
6.01.02.02	Estoques	8	-110
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-74	-51
6.01.02.05	Outros Créditos	-1.283	250
6.01.02.06	Fornecedores e Empreiteiros	3.762	1.503
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas e Sociais	-741	574
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	-354	-530
6.01.02.10	Pagamento de Contingências	-1.309	-527
6.01.02.11	Outras Contas a Pagar	-529	191
6.01.02.12	Juros Pagos	-8.617	-11.458
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.826	-6.504
6.01.02.14	Depósitos judiciais	-1.837	-1.149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.393	-8.028
6.02.01	Aplicações Financeiras	8.303	-326
6.02.02	Juros recebidos	21	390
6.02.09	Aquisição de Intangível	-23.717	-8.092
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.585	-15.646
6.03.01	Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-449	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-7.136	-5.646
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-10.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.639	-333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.954	1.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.593	1.103

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código de Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Subscritas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Aborçáveis	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	255.041	0	92.746	0	0	347.787
5.01	Saldo Inicial Ajustado	255.041	0	92.746	0	0	347.787
5.05	Resultado Aborçável Total	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.191	-4.077	23.114
5.05.02	Custos Resultantes Aborçáveis	0	0	0	27.801	0	27.801
5.05.02.05	Ajuste PIS/COFINS conforme CPC 49	0	0	0	-490	-4.077	-4.567
5.07	Saldo Final	255.041	0	92.746	27.191	-4.077	375.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	233.041	0	64.738	0	0	297.779
5.03	Saldo Inicial Ajustado	233.041	0	64.738	0	0	297.779
5.04	Transferências de Capital sem os Outros	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos propostos e pagos sobre capital próprio	0	0	0	-6.903	0	-6.903
5.05	Resultado Abangente Total	0	0	0	-6.903	0	-6.903
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.228	0	30.228
5.07	Saldo Final	233.041	0	64.738	23.325	0	344.874

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	111.320	98.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	89.096	89.744
7.01.02	Outras Receitas	4.023	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.089	8.398
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-4.888	-73
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.957	-28.994
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.178	-12.378
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.692	-8.218
7.02.04	Outros	-23.089	-8.398
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.363	69.075
7.04	Retenções	-6.585	-6.138
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.585	-6.138
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.778	62.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.663	1.956
7.06.02	Receitas Financeiras	1.663	1.956
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.441	64.893
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.441	64.893
7.08.01	Pessoal	4.387	4.648
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.733	2.768
7.08.01.02	Benefícios	1.481	1.572
7.08.01.03	F.G.T.S.	173	308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.778	21.515
7.08.02.01	Federais	18.517	21.302
7.08.02.02	Estaduais	52	38
7.08.02.03	Municipais	209	175
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.675	8.502
7.08.03.01	Juros	7.193	7.543
7.08.03.02	Aluguéis	1.482	959
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.601	24.275
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.601	24.275
7.08.05	Outros	0	5.953



Prolagos S.A.
Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
 Companhia Aberta (Categoria B)
 CNPJ nº 02.382.073/0001-10
 NIRE: 33.300.167.285 | Código CVM 2346-9

EBITDA atinge R\$53,1 milhões no trimestre, com margem de 65,7%

São Pedro da Aldeia, 11 de maio de 2018 - A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia ou Concessionária"), presente em 5 municípios localizados na região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do primeiro trimestre de 2018 ("1T18"). As informações trimestrais apresentadas são comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 1T17 e o 1T18.

Destaques do 1T18

- ▲ Aumento de 5,6% nas Economias Ativas de água e esgoto, que atingiram 392 mil;
- ▲ Receita Líquida¹ atinge R\$80,8 milhões no 1T18;
- ▲ EBITDA² atinge R\$53,1 milhões no trimestre, um crescimento de 1,2% em relação ao 1T17;
- ▲ Margem EBITDA² atinge 65,7%, um aumento de 1,3 p.p. em relação ao 1T17;
- ▲ Redução de 4,2% nos custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e os custos de construção, com destaque para a redução nos custos e despesas de pessoal e energia elétrica;
- ▲ Início das obras de duplicação da adutora que transporta a água da Estação de Tratamento para os cinco municípios da área de concessão. Com a conclusão, prevista para o segundo semestre deste ano, o transporte de água será ampliado em 2 mil litros de água por segundo, beneficiando 400 mil habitantes na baixa temporada e cerca de 1,5 milhão durante a alta temporada;

¹ Exclui as receitas de construção (CPC 17)

² Exclui as receitas e custos de construção (CPC 17)

- O INEA apresentou na última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos o **Relatório de Balneabilidade de Praias do Estado no ano de 2017**, o qual atesta a qualidade das praias da Região dos Lagos, que está entre bom e excelente. Na mesma ocasião, também foi apresentado um gráfico comparativo entre as regiões do Estado desde 2013, mostrando que a região em a Prolagos atua foi considerada a melhor em qualidade da água das praias, inclusive em comparação com a média do Estado. O mesmo gráfico traz em si a leitura: quanto maior o investimento em saneamento, melhor a qualidade das praias.



Aviso

Considerações futuras, se contidas neste documento, são exclusivamente relacionadas às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e às perspectivas de crescimento da Prolagos. Estas são apenas projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capital para financiar seu plano de negócios. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças das condições de mercado e das regras governamentais, de pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Prolagos, estando, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques Financeiros

Prolagos ('000)	1T18	1T17	Δ %
Receita operacional líquida ¹	80.855	81.443	-0,7%
Custos e despesas operacionais ^{1*2}	(27.750)	(28.966)	-4,2%
EBITDA^{1*2}	53.105	52.477	1,2%
Margem EBITDA	65,7%	64,4%	1,3 pp
Resultado financeiro	(8.848)	(3.461)	155,7%
Lucro líquido	27.601	30.228	-8,7%

Receita Líquida

No 1T18, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$80,9 milhões, uma ligeira redução de 0,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

¹ Exclui as receitas de construção (CPC 17)

² Exclui os efeitos da amortização



Desempenho Operacional

Economias¹

O número de economias atendidas com água e esgoto cresceu 5,6% na comparação entre os períodos, em função (i) do crescimento vegetativo da população, (ii) da conclusão das obras de expansão da rede de distribuição e (iii) dos esforços comerciais para regularização de economias.

Economias Ativas	1T18	1T17	Δ %
Água	195.755	185.318	5,6%
Esgoto	195.755	185.318	5,6%
Total	391.510	370.636	5,6%

Economias¹ de água e esgoto



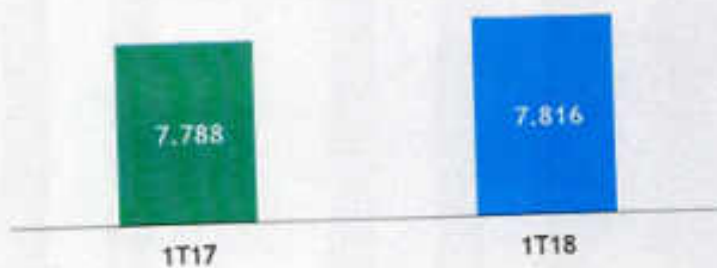
¹ Economia: - Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação (um hidrômetro) e 10 economias.

Volume Faturado

No 1T18, o volume faturado de água aumentou 0,4% em relação ao mesmo período de 2017. O aumento do volume faturado de água é decorrente do crescimento na base de economias ativas.

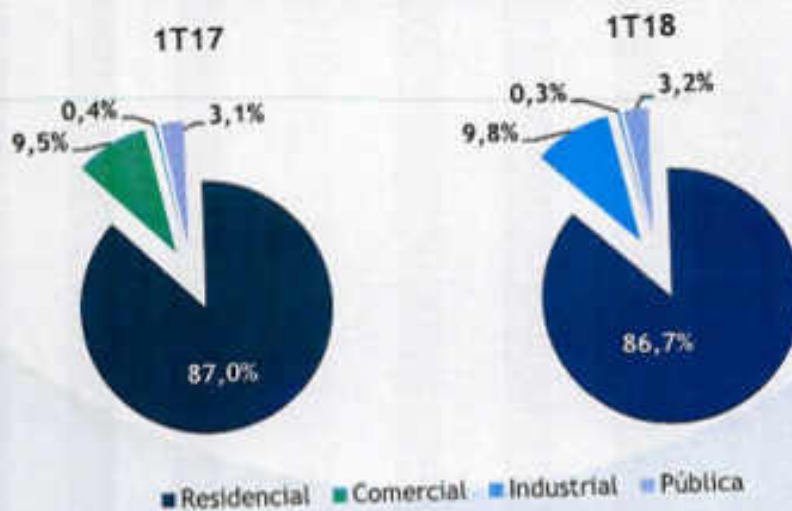
Volume faturado ('000 m ³)	1T18	1T17	Δ %
Água	7.816	7.788	0,4%
Total	7.816	7.788	0,4%

Volume faturado de água ('000 m³)



O volume faturado de água por categoria permaneceu concentrado em clientes residenciais, que representaram 86,6% do volume total faturado no 1T18, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Volume faturado de água por categoria (%)



Custos e Despesas

Os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e custos de construção, foram reduzidos em 4,2% na comparação entre o 1T17 e o 1T18, com destaque para redução nos custos de pessoal e energia elétrica.

A tabela abaixo exibe os custos e despesas do 1T18 e acumulado do período, e suas variações em relação ao período anterior.

Custos e despesas ('000)	1T18	1T17	Δ %
Pessoal	(5.032)	(5.320)	-5,4%
Serviços de terceiros	(9.154)	(9.137)	0,2%
Conservação e manutenção	(224)	(472)	-52,5%
Materiais, equipamentos e veículos	(909)	(933)	-2,6%
Custo de concessão	(388)	(364)	6,6%
Energia elétrica	(6.376)	(7.388)	-13,7%
Produtos químicos	(787)	(700)	12,4%
PECLD ¹	(867)	(791)	9,5%
Provisão para contingências	(1.216)	(1.077)	12,9%
Outros custos ²	(2.797)	(2.783)	0,6%
Sub-total	(27.750)	(28.965)	-4,2%
Amortização	(6.585)	(6.138)	7,3%
Total	(34.335)	(35.103)	-2,2%

Pessoal

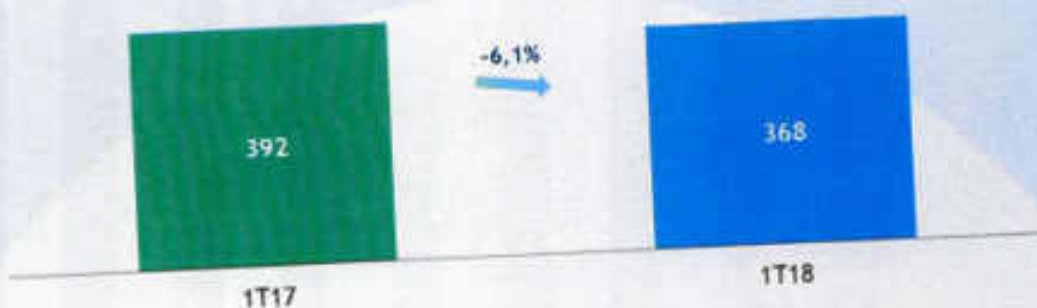
No 1T18, os custos e despesas com pessoal, totalizaram R\$5,0 milhões, uma redução de 5,4% inferiores na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa redução é decorrente das iniciativas implementadas pela Companhia com a adoção de novas tecnologias visando a otimização de processos.

A relação de economias atendidas/colaborador foi de 1.193,6 no 1T18, um aumento de 19,8% com relação ao 1T17, o que reflete os ganhos de produtividade da concessionária no período.

¹ Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, antiga PCLD, adicionado às linhas de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, antiga PCLD e Recuperação de títulos baixados que estão na linha de Outras Receitas Operacionais.

² Seguros, viagem e estadias, locação, publicidade e propaganda, crédito de PIS/COFINS, impostos, taxas e contribuições, gastos com telefonia, comunicação, outras receitas operacionais, com exceção de outras receitas operacionais que foram adicionadas à linha de PECLD.

Colaboradores ativos

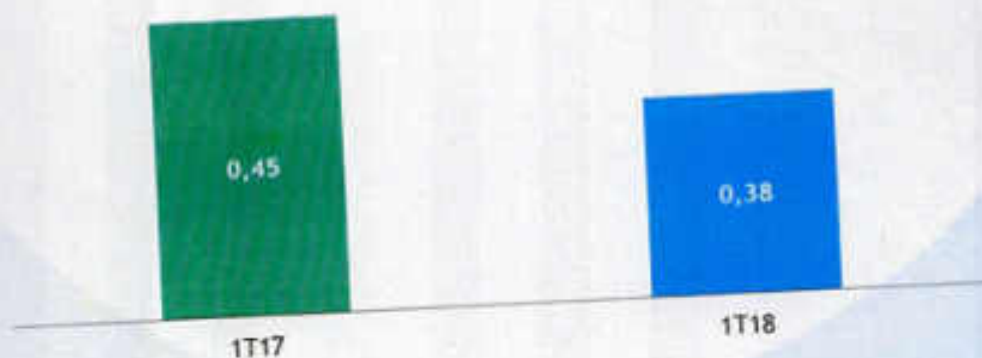


• Energia Elétrica

No 1T18, os custos de energia elétrica foram reduzidos em 13,7% ou R\$ 1,0 milhão na comparação com o mesmo período do ano anterior em função, principalmente, de (i) alteração da bandeira amarela no 1T17 para bandeira verde no 1T18; e (ii) isenção de impostos e tarifas aplicados ao setor de saneamento.

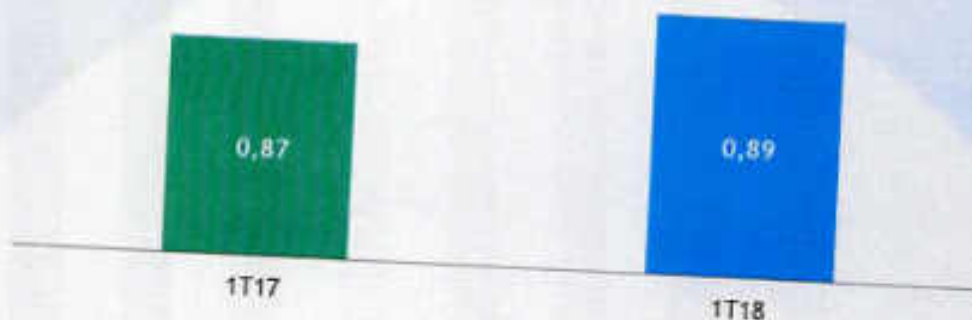
O consumo unitário de energia elétrica, expresso em R\$/m³ foi de 0,38, uma redução de 14,6% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Custos e despesas com energia elétrica (em R\$/m³)



O consumo de energia medido em Kwh/m³ foi de 0,89 no 1T18, um aumento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior em função do aumento no volume tratado de esgoto.

Consumo de energia elétrica (em Kwh/m³)



- PECLD (antiga PCLD)

No 1T18, os gastos com a PECLD foram de R\$867 mil, um valor 9,5% superior ao mesmo período do ano anterior.

Conforme CPC 48/ IFRS 9 a metodologia para cálculo da PECLD, a partir de 1º de janeiro de 2018, deixou de ser através da abordagem de perda incorrida e passou a ser por meio da abordagem de perda esperada. O valor contabilizado no 1T17 não foi alterado na Demonstração de Resultados e os valores provisionados nessa rubrica durante o ano de 2017 foram contabilmente ajustados sendo que as diferenças contábeis resultantes desses ajustes foram reconhecidas no Patrimônio Líquido (em contas de reservas de lucros) no 1T18.

Índice de perdas na distribuição de água¹

No 1T18, o índice de perdas na distribuição de água (acumulado 12 meses) da Companhia apresentou redução de 1,7 p.p em comparação com 1T17, atingindo 21,6%. Essa redução é resultado da intensificação de ações de combate a fraudes, otimizações no sistema de distribuição de e troca de aproximadamente 4.000 hidrômetros, estrategicamente selecionados mediante sua capacidade de medição.

Índice de perdas na distribuição de água¹



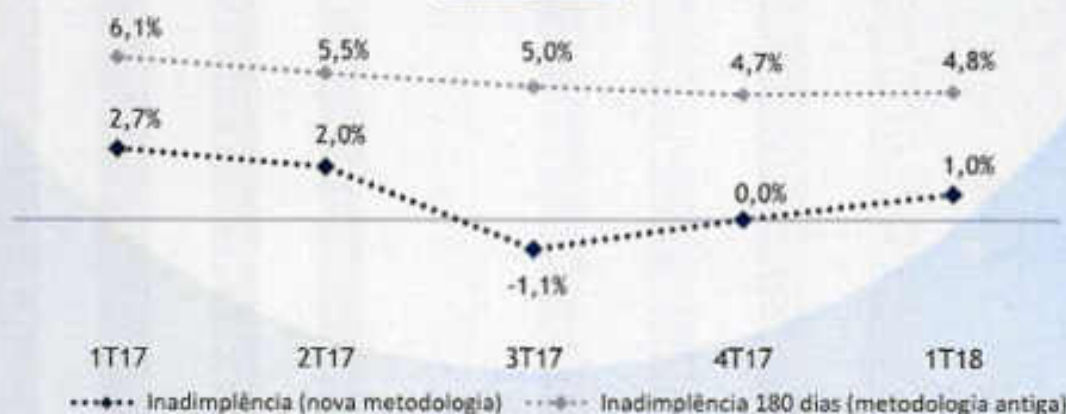
Inadimplência

A partir da adoção de nova metodologia para cálculo de PECLD, conforme CPC 48 / IFRS 9, que passou a ser baseada na expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, segregados entre as classes de usuários privados e públicos, ajustamos forma de cálculo para a inadimplência, que passa a refletir o valor incorrido PECLD no trimestre em relação ao faturamento líquido de cancelamentos e excluindo a receita de construção no período.

No gráfico a seguir, exibimos os valores de inadimplência calculados a partir da nova metodologia e os valores anteriormente apresentados. A redução nos valores referentes à nova metodologia decorre principalmente da expansão das expectativas nos prazos de recebimento dos usuários privados para 360 dias e usuários públicos para 720 dias, conforme histórico da Companhia.

Considerando a nova metodologia, no 1T18 a inadimplência foi de 1,0%, reflexo das campanhas contínuas de cortes, incentivo a renegociação de contas em atraso e maior adesão ao pagamento via débito automático.

Inadimplência



¹ Índice de perdas na distribuição (%) = (Vol. Água produzido (m³) - Vol. Água serviço - vol. Água consumido (m³))/Vol. Água produzido (m³)

EBITDA

NO 1T18, o EBITDA atingiu R\$53,1 milhões, um aumento de 1,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA atingiu 65,7%, uma expansão de 1,2 p.p. em relação ao 1T17.

EBITDA ('000)	1T18	1T17	Δ %
Lucro líquido	27.601	30.228	-8,7%
(+) Resultado financeiro	8.848	3.461	155,7%
(+) Imposto sobre o lucro	10.071	12.650	-20,4%
(+) Amortização	6.585	6.138	7,3%
EBITDA	53.105	52.477	1,2%
	65,7%	64,4%	1,2 pp



Endividamento

No 1T18, a relação Dívida líquida/EBITDA foi de 1,73x, uma redução de 0,04x em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução é resultado do crescimento de 23,8% do EBITDA acumulado, que foi parcialmente compensada pelo aumento da dívida líquida (em função dos investimentos realizados).

Endividamento (R\$ milhares)	3M18	3M17	Δ %
Dívida líquida	305.444	253.220	20,6%
(+) Dívida bruta	348.360	276.196	26,1%
(-) Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	(42.916)	(22.976)	86,8%
EBITDA (12 meses)	176.719	142.793	23,8%
Dívida líquida / EBITDA	1,73	1,77	-0,04x

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)

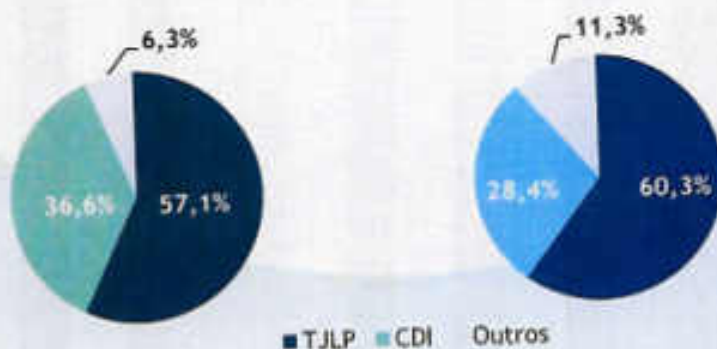


O aumento percentual do endividamento no longo prazo, é função da 3ª emissão de Debêntures, ocorrida em outubro de 2017.

Distribuição da dívida (%)



Endividamento bruto por indexador (%)



Balanço Patrimonial

(Valores em R\$ milhares)

Prolagos	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO TOTAL	784.987	768.151
Ativo Circulante	100.902	110.013
Caixa e equivalentes de caixa	4.593	1.954
Aplicações financeiras	24.339	33.509
Contas a Receber de Clientes	66.612	70.724
Estoques	874	882
Impostos a recuperar	713	307
Outros Créditos	3.771	2.637
Ativo Não Circulante	684.085	658.138
Aplicações financeiras	13.984	12.877
Contas a receber de clientes	54.260	49.673
Ativo fiscal diferido	2.022	1.759
Depósitos judiciais	9.284	7.447
Outros créditos	149	-
Intangível	604.386	586.382
PASSIVO TOTAL	784.987	768.151
Passivo Circulante	88.964	88.858
Fornecedores e empreiteiros	22.542	18.780
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	28.378	29.913
Obrigações trabalhistas e sociais	2.527	3.268
Obrigações fiscais	3.225	3.579
Imposto de renda e contribuição social	2.184	2.681
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	28.968	28.968
Outras contas a pagar	1.140	1.669
Passivo Não Circulante	325.162	331.506
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	319.982	326.233
Provisões para contingência	3.129	3.222
Outras contas a pagar	2.051	2.051
Patrimônio Líquido	370.861	347.787
Capital Social	255.041	255.041
Reservas de lucros	92.746	92.746
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.077)	-
Lucros acumulados	27.151	-

Demonstração do Resultado

(Valores em R\$ milhares)

Prolagos	31/03/2018	31/12/2017
Receita bruta	114.179	370.074
Receita direta	91.090	326.890
Receita de construção	23.089	43.184
Deduções da receita bruta	(10.235)	(52.652)
Receita operacional líquida	103.944	317.422
Custos dos serviços prestados	(43.449)	(109.563)
Custos operacionais	(20.360)	(66.379)
Custos de Construção	(23.089)	(43.184)
Despesas Operacionais	(17.988)	(57.162)
Gerais e administrativas	(17.988)	(57.162)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Outras receitas operacionais	4.023	(15)
Resultado operacional	46.531	150.682
Resultado financeiro	(8.848)	(29.311)
Imposto de renda e contribuição social	(10.071)	(34.886)
Lucro líquido	27.612	86.485

Demonstração do Fluxo de Caixa (Valores em R\$ milhares)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	37.672	42.578
Ajustes para:		
Amortização		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.385	6.138
Amortização custo de captação	7.182	7.543
Juros sobre aplicações financeiras	362	271
Provisão (Reversão) de ajuste a valor presente de clientes	(267)	(799)
Provisão para contingências	837	(2.841)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	1.216	1.077
(Recuperação) baixa de títulos de contas a receber	4.208	73
	(4.021)	718
Variações nos ativos e passivos	54.454	55.058
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes		
Estoque	(9.037)	(13.906)
Impostos a recuperar	8	(110)
Depósitos judiciais	(74)	(31)
Outros créditos	(1.837)	(1.149)
	(1.283)	250
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros		
Obrigações trabalhistas e sociais	3.762	1.503
Obrigações fiscais	(741)	574
Pagamento de contingências	(354)	(530)
Outras contas a pagar	(1.309)	(527)
	(529)	191
Juros pagos		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.617)	(11.458)
	(8.826)	(6.504)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	25.617	23.341
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgate / (investimento) de aplicações financeiras		
Juros recebidos	8.303	(326)
Aquisição de intangível	21	390
	(23.717)	(8.092)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(15.393)	(8.028)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(449)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(7.136)	(5.646)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(10.000)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(7.585)	(15.646)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.639	(333)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.954	1.436
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	4.593	1.103
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.639	(333)

Relações com Investidores

ri@aegea.com.br

+55 11 3818-8150

www.prolagos.com.br/



<https://twitter.com/Prolagos>



<https://www.facebook.com/Prolagos>



<http://www.prolagos.com.br/tvaguas>

Notas Explicativas

3 Principais políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 itens "a" a "s" divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com exceção das modificações descritas abaixo.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (veja a.) a partir de 1 de janeiro de 2018. O CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas informações contábeis intermediárias.

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Ajuste de avaliação patrimonial :

Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme CPC 48 / IFRS 9 para ativos financeiros	(6.858)
Impostos diferidos	2.332

Impacto outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018

(6.828)

(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (Valor justo através de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR (Valor justo através do resultado). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas Explicativas

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A tabela a seguir e notas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.954	1.954
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	33.509	33.509
Aplicações financeiras	(b)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	12.877	12.877
Contas a receber de clientes	(b)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	120.397	113.539
Total de ativos financeiros				<u>168.737</u>	<u>161.879</u>

(a) O caixa e equivalentes e o contas a receber de clientes que eram classificados como empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38 / IAS 39, agora são classificados ao custo amortizado.

(b) O contas a receber de clientes que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado. Um aumento de R\$ 6.858 na provisão de impairment destes recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

A Companhia determina que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito;

Notas Explicativas

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de créditos esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de créditos esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurado a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. Como outros resultados abrangentes, a Companhia e suas controladas reconheceram perdas por *impairment* na adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 no montante de R\$ 6.858. Como resultado, a Companhia e suas controladas reconheceram perdas no montante de R\$ 682 para os três meses findo em 31 março de 2018.

Impacto do novo modelo de impairment

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis. A Companhia determinou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo:

Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38 / IAS 39	(12.423)
Impairment adicional reconhecido na adoção do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 em:	(6.858)
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48 / IFRS 9	(19.281)

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais na adoção do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito, status de inadimplência.

Notas Explicativas

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber em 1º de janeiro de 2018.

Natureza	%	(i)	Saldo contábil bruto	Título dedutíveis - Baixas	Saldo contábil Líquido	Provisão para perda
Privado	(7,32%)		61.999	(29.130)	32.869	(4.536)
Público	(31,52%)		7.709	(1.365)	6.345	(2.430)
Subtotal consumidores			<u>69.708</u>	<u>(30.495)</u>	<u>39.214</u>	<u>(6.966)</u>
Renegociações	(11,22%)		109.771	(26.151)	83.620	(12.315)
Saldo total			<u>179.479</u>	<u>(56.646)</u>	<u>122.834</u>	<u>(19.281)</u>

A metodologia descrita acima também foi utilizada na data destas informações contábeis intermediárias. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o período estão descritas na nota explicativa 19.

(i) Percentual refere-se a representatividade da provisão de perda sobre o saldo contábil do contas a receber bruto.

(iii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requerimentos de classificação e mensuração (incluindo *impairment*). As diferenças nos valores contábeis dos ativos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS, mas sim do CPC 38 / IAS 39.
- As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.

(i) A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

(ii) A designação e revogação de designações anteriores de certos ativos financeiros mensurados a VJR.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	4.588	1.949
	<u>4.593</u>	<u>1.954</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

Notas Explicativas

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações pós-fixadas	55% a 102% do CDI	abril/2018 à agosto/2019	19.522	46.386
Fundo de Investimento Safira	96,47% a 97,88% do CDI	Indeterminado	18.801	-
			<u>38.323</u>	<u>46.386</u>
Circulante			24.339	33.509
Não circulante			13.984	12.877

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante e no não circulante referem-se a Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e Compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada. O montante apresentado no ativo não circulante, embora de liquidez diária, é apresentado no não circulante por estar vinculado aos empréstimos que a Companhia captou em exercícios anteriores e período atual. A cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo equivalente a 3 contraprestações mensais.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A* ("*BTG Asset*"), correspondem a aplicações em um fundo restrito de investimento multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras

Saldo de 31 de dezembro de 2017	46.386
Aplicação	94.953
(-) Resgate de principal	(103.256)
(-) Resgate de juros	(21)
Incidência de IR	(6)
Juros no período	267
Saldo de 31 de março de 2018	38.323

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

6 Contas a receber de clientes

	31/03/2018	31/12/2017
Faturamento de serviços de água e esgoto	134.969	122.835
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	10.072	9.985
(-) Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(24.169)</u>	<u>(12.423)</u>
	<u>120.872</u>	<u>120.397</u>
Circulante	66.612	70.724
Não circulante	54.260	49.673

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	Total em 31/03/2018
		Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias		
Residencial	16.253	11.443	1.312	88	909	13.752	30.005
Comercial	4.815	2.782	309	26	500	3.617	8.432
Industrial	114	229	3	-	-	232	346
Setor público	1.467	3.600	880	171	172	4.823	6.290
Subtotal consumidores	<u>22.649</u>	<u>18.054</u>	<u>2.504</u>	<u>285</u>	<u>1.581</u>	<u>22.424</u>	<u>45.073</u>
Renegociações (i)	<u>77.337</u>	<u>8.743</u>	<u>2.202</u>	<u>340</u>	<u>1.273</u>	<u>12.559</u>	<u>89.896</u>
	<u>99.986</u>	<u>26.797</u>	<u>4.706</u>	<u>625</u>	<u>2.854</u>	<u>34.983</u>	<u>134.969</u>

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de março de 2018 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 13.571 (R\$ 12.734 em 31 de dezembro de 2017) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 4,19% a.a. Em 31 de março de 2018, foram registrados no resultado do período o montante de R\$ 837 de ajuste a valor presente.

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão no parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no período findo em 31 de março de 2018:

Natureza	Saldo em 31/12/2017	Resultado			Patrimônio líquido		Saldo em 31/03/2018
		(Adições)	Reversões	Reversões do ajuste adoção inicial	Ajuste (i) adoção inicial		
Privado (ii)	(3.299)	(1.777)	119	682	(1.237)	(5.512)	
Público	(2.430)	(253)	111	-	-	(2.572)	
Renegociações	<u>(6.694)</u>	<u>(3.770)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.621)</u>	<u>(16.085)</u>	
	<u>(12.423)</u>	<u>(5.800)</u>	<u>230</u>	<u>682</u>	<u>(6.858)</u>	<u>(24.169)</u>	

(i) Ajuste do impacto na adoção PECLD conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 09 registrado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

Em 31 de março de 2018, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados e públicos.

Notas Explicativas

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de março de 2018, a remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a Diretoria totalizou R\$ 928 (R\$ 3.480 em 31 de dezembro de 2017) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2018, a remuneração global anual dos administradores será de até R\$ 2.500 rateada em comum acordo.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, relativas às operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o período são demonstradas no quadro a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedor partes relacionadas		
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	566	-
	<u>566</u>	<u>-</u>
Outros créditos com partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	9	-
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (a)	10	25
	<u>19</u>	<u>25</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no período		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	3.887	7.053
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	113	679
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	-	181
	<u>4.000</u>	<u>7.913</u>
	<u>4.585</u>	<u>7.938</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	2.890	1.307
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.747	1.627
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	184	79
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	300	243
	<u>5.121</u>	<u>3.256</u>

Notas Explicativas

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período		
Custos dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	332	83
	<u>332</u>	<u>83</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	5.053	5.463
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	607	244
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	514	457
	<u>6.174</u>	<u>6.164</u>
	<u>6.506</u>	<u>6.247</u>

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A., serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e as demais empresas a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. Os contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário estão assim representados:

	Total Contratado	Saldo em 31/12/2017	Movimento 2018			Saldo em 31/03/2018
			Novos contratos	Subcontratações	Realizado	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	658.438	282.066	151.040	(19.790)	(3.887)	409.429
	<u>658.438</u>	<u>282.066</u>	<u>151.040</u>	<u>(19.790)</u>	<u>(3.887)</u>	<u>409.429</u>

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço de engenharia relacionadas à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física e financeira, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

A Companhia possui registrado em 31 de março de 2018 o montante de R\$ 28.968 (R\$ 28.968 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante referente a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar a seus acionistas, conforme nota explicativa nº 11.

Não houve transações de venda de serviços com partes relacionadas durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017.

Notas Explicativas

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração do sistema e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	31/03/2018		31/12/2017	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(1.343)	9.074	9.172
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 27	5,0%	343.072	(123.828)	219.244	219.429
Edificações de estações de tratamento	de 08 a 27	3,8%	324.172	(44.204)	279.968	282.517
Máquinas e equipamentos	de 03 a 26	4,7%	27.581	(4.399)	23.182	22.345
Outros componentes	de 03 a 27	5,8%	18.817	(8.117)	10.700	10.547
			724.059	(181.891)	542.168	544.010
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			61.889	-	61.889	42.016
			61.889	-	61.889	42.016
Software						
Licença de uso de Software	3	33,3%	726	(397)	329	356
			726	(397)	329	356
			786.674	(182.288)	604.386	586.382

b. Movimentação do custo

Ativo	31/12/2017		31/03/2018	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	10.417	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	340.046	-	3.026	343.072
Edificações de estações de tratamento	324.101	-	71	324.172
Máquinas e equipamentos	26.410	1.171	-	27.581
Outros componentes	18.375	323	119	18.817
	719.349	1.494	3.216	724.059
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	42.016	23.089	(3.216)	61.889
	42.016	23.089	(3.216)	61.889
Software				
Licença de uso de Software	720	6	-	726
	720	6	-	726
	762.085	24.589	-	786.674

Notas Explicativas

c. Movimentação da amortização

Ativo	31/12/2017	31/03/2018	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(1.245)	(98)	(1.343)
Instalações técnicas de saneamento	(120.617)	(3.211)	(123.828)
Edificações de estações de tratamento	(41.584)	(2.620)	(44.204)
Máquinas e equipamentos	(4.065)	(334)	(4.399)
Outros componentes	(7.828)	(289)	(8.117)
	<u>(175.339)</u>	<u>(6.552)</u>	<u>(181.891)</u>
Software			
Licença de uso de Software	(364)	(33)	(397)
	<u>(364)</u>	<u>(33)</u>	<u>(397)</u>
	<u>(175.703)</u>	<u>(6.585)</u>	<u>(182.288)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no período findo em 31 de março de 2018, foram capitalizados R\$ 872 a uma taxa média de 9,06 % a.a. (R\$ 2.718 e 10,83% a.a. em 31 de dezembro de 2017) e estão sendo considerados dentro das adições do "Intangível em andamento".

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de março de 2018.

9 Fornecedores e empreiteiros

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	17.421	15.524
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	5.121	3.256
	<u>22.542</u>	<u>18.780</u>

Notas Explicativas

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	31/03/2018	31/12/2017
Debêntures	CDI + 1,15% a.a.	setembro/2022	100.000	100.000	98.935	100.790
Projeto BNDES	Pré 3,0% a.a. a SELIC + 3,13% a.a. e TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a.	janeiro/2022 a novembro/2035	461.686	312.548	249.425	255.356
					<u>348.360</u>	<u>356.146</u>
Circulante					28.378	29.913
Não circulante					319.982	326.233

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	31/03/2018
2019	21.401
2020	30.213
2021	31.410
2022	24.602
2023 em diante	123.812
	<u>231.438</u>

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

	31/03/2018
2020	33.330
2021	33.330
2022	33.340
	<u>100.000</u>

	31/03/2018
Custo de captação (não circulante)	(11.456)
Total	<u>319.982</u>

Movimentação das dívidas

Saldo de 31 de dezembro de 2017	356.146
(-) Pagamentos do principal	(7.136)
(-) Pagamentos de juros	(8.617)
Provisão de juros	7.182
Juros capitalizados no intangível	872
(-) Custo de captação do período	(449)
Amortização de custo de captação do período	362
Saldo de 31 de março de 2018	<u>348.360</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2018, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 449 (R\$ 3.323 no exercício de 31 de dezembro de 2017). O saldo de custo de captação em 31 de março 2018 totaliza o montante de R\$ 12.866 (R\$ 12.779 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas

Entre 10 de janeiro de 2012 e 12 de novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação da Companhia no valor nominal total de R\$ 461.686, dos quais R\$ 312.548 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre janeiro de 2022 e novembro de 2035.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia, e da totalidade dos recursos mantidos em conta reserva; e
- Penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

Em 20 de setembro de 2017, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, com valor nominal total de R\$ 100.000. Estas debêntures serão pagas em três parcelas anuais, em setembro de 2020, 2021 e 2022. Os juros serão pagos semestralmente, em março e setembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi efetuado em março de 2018.

As garantias relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, ao valor equivalente a 25% dos direitos creditórios da respectiva controladas; e
- Penhor de 25% das ações de cada controlada, detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A., para suas respectivas emissões.

A Companhia mantém em seus empréstimos e financiamentos, garantias, restrições e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debentures estão integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2018. A Companhia mede seus covenants financeiros em bases semestrais ou anuais, em linha com cada contrato.

11 Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	27.483	27.483
Juros sobre capital próprio a pagar	1.485	1.485
	<u>28.968</u>	<u>28.968</u>

No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia não destinou dividendos e juros sobre capital próprio. Também não realizou pagamentos de juros sobre capital próprio à controladora Aegea Saneamento e Participações S.A.

Notas Explicativas

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cíveis	2.882	2.976	9.150	7.314
Trabalhistas	247	246	134	133
	<u>3.129</u>	<u>3.222</u>	<u>9.284</u>	<u>7.447</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	31/12/2017	Adições	Pagamentos	31/03/2018
Cível	2.976	1.181	(1.275)	2.882
Trabalhista	246	35	(34)	247
	<u>3.222</u>	<u>1.216</u>	<u>(1.309)</u>	<u>3.129</u>

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos possíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de março de 2018 totalizam R\$ 9.708 (R\$ 10.027 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

Também há um processo avaliado como sendo de risco de perda possível, movido pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da contingência em 31 de março de 2018 é de R\$ 5.120 (R\$ 5.120 em 31 de dezembro de 2017).

b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos possíveis relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de março de 2018, totalizam R\$ 573 (R\$ 377 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

c. Processos tributários

A Companhia possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 757 (R\$ 551 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

Notas Explicativas

d. Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 9.284 (R\$ 7.447 em 31 de dezembro de 2017), o principal processo refere-se à:

Processos movidos pela Concessionária requer a proposta no intuito de que não fosse cobrada a alíquota de ICMS no percentual de 25% sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, pretendendo que fosse fixada a alíquota em 18%, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 é de R\$ 7.485 (R\$ 5.744 em 31 de dezembro de 2017).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018, o capital social integralizado é de R\$ 255.041 (R\$ 255.041 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 221.673.074 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/03/2018	31/12/2017
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária

Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste da PECLD conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 09 reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados nesta conta.

f. Lucros acumulados

É constituído pelo resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2018, o qual será efetuado as devidas destinações no final do exercício.

Notas Explicativas**14 Receita operacional líquida**

	31/03/2018	31/03/2017
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	83.610	88.267
Outros serviços indiretos de água	7.430	9.154
Outros serviços indiretos de esgoto	50	-
Receitas de construção	23.089	8.398
Total receita bruta	<u>114.179</u>	<u>105.819</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(1.994)	(7.677)
(-) Impostos sobre serviços	(8.241)	(8.301)
Total da receita operacional líquida	<u>103.944</u>	<u>89.841</u>

15 Custos dos serviços prestados por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(2.463)	(2.408)
Conservação e manutenção	(156)	(387)
Serviços de terceiros	(2.462)	(2.409)
Materiais, equipamentos e veículos	(727)	(837)
Amortização	(6.494)	(6.064)
Créditos de PIS e COFINS	531	503
Custo de concessão	(388)	(364)
Custo de construção	(23.089)	(8.398)
Energia elétrica	(6.308)	(7.302)
Produtos químicos	(787)	(700)
Locação	(639)	(569)
Outros	(467)	(467)
	<u>(43.449)</u>	<u>(29.402)</u>

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(2.569)	(2.912)
Conservação e manutenção	(68)	(85)
Serviços de terceiros	(6.692)	(6.728)
Materiais, equipamentos e veículos	(182)	(96)
Amortização	(91)	(74)
Energia elétrica	(68)	(86)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.888)	(73)
(Baixa) de títulos das contas a receber	-	(718)
Seguros	(88)	(6)
Viagens e estadias	(130)	(118)
Provisão para contingências	(1.216)	(1.077)
Impostos, taxas e contribuições	(156)	(184)
Locação	(843)	(390)
Publicidade e propaganda	(272)	(194)
Outras	(735)	(1.359)
	<u>(17.998)</u>	<u>(14.100)</u>

Notas Explicativas

17 Resultado financeiro

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	267	799
Juros e multa recebidos ou auferidos	1.396	854
Outras receitas financeiras	-	303
Receitas financeiras	<u>1.663</u>	<u>1.956</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.182)	(7.543)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente de clientes	(837)	2.841
Juros e multa sobre atraso em pagamentos	(11)	-
Despesas com IOF	-	(44)
Descontos concedidos	(1.669)	-
Despesas e comissões bancárias	(372)	(323)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(77)	(77)
Outras despesas financeiras	(363)	(271)
Despesas financeiras	<u>(10.511)</u>	<u>(5.417)</u>
Resultado financeiro	<u>(8.848)</u>	<u>(3.461)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, está apresentada como segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	37.672	42.878
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(12.808)</u>	<u>(14.579)</u>
Despesas indedutíveis	(252)	(247)
Baixa de títulos do contas a receber	2.845	-
Juros sobre capital próprio	-	2.024
PAT e outros incentivos fiscais	144	152
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(8.003)	(8.447)
Diferido	(2.068)	(4.203)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(10.071)</u>	<u>(12.650)</u>
Alíquota efetiva	<u>27%</u>	<u>30%</u>

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	31/03/2018
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(8.003)
Saldo a pagar de anos anteriores	(2.681)
Imposto pago a maior	(332)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	2.190
Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(8.826)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:	
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	6
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.184
Total	<u>2.190</u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2017	Resultado	Patrimônio líquido	31/03/2018
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	4.224	1.662	2.331	8.217
Provisão para participação nos lucros	473	(428)	-	45
Provisão para contingências	1.096	(32) (ii)	-	1.064
Ajuste a valor presente de clientes	4.329	285	-	4.614
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.032	(3.492)	-	20.540
Ativo fiscal diferido	<u>34.154</u>	<u>(2.005)</u>	<u>2.331</u>	<u>34.480</u>
Amortização de intangível (i)	(18.570)	196	-	(18.374)
Juros capitalizados no intangível	(10.587)	(203) (iii)	-	(10.790)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.238)	(56) (iv)	-	(3.294)
Passivo fiscal diferido	<u>(32.395)</u>	<u>(63)</u>	<u>-</u>	<u>(32.458)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>1.759</u>	<u>(2.068)</u>	<u>2.331</u>	<u>2.022</u>

- (i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato. O valor realizado da amortização em 31 de março de 2018 é de R\$ 577 (R\$ 577 em 31 de março de 2017).
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre as contingências pagas no valor de R\$ 445.
- (iii) O saldo está líquido do imposto da amortização sobre juros capitalizados no intangível no montante de R\$ 276.
- (iv) O saldo está líquido do imposto sobre a amortização do custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures incorridas no montante de R\$ 97 (R\$ 123 sobre amortização do custo de captação incorrida no período deduzindo despesas referente a anos anteriores que não afetaram o diferido no valor de R\$ 26).

Notas Explicativas

19 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de março de 2018, era de R\$ 24.169, representando aproximadamente 18% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2017, esta provisão era de R\$ 12.423, representando aproximadamente 10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.593	1.954
Aplicações financeiras	38.323	46.386
Contas a receber de clientes	120.872	120.397
	<u>163.788</u>	<u>168.737</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no período atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de março de 2018:

	31/03/2018						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	22.542	22.542	22.542	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	348.360	548.777	59.430	57.215	91.822	84.342	255.968
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.968	28.968	28.968	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.191	3.191	1.140	2.051	-	-	-
	<u>403.061</u>	<u>603.478</u>	<u>112.080</u>	<u>59.266</u>	<u>91.822</u>	<u>84.342</u>	<u>255.968</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das informações contábeis intermediárias da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	38.323	46.386
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	348.360	356.146

Notas Explicativas

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 31/03/2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	38.323	Variação do CDI	6,39%	2.449	3.061	3.674	1.837	1.225
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(98.935)	Variação do CDI	6,39%	(6.322)	(7.903)	(9.483)	(4.742)	(3.161)
Financiamento BNDES	(34.847)	Variação da SELIC	6,40%	(2.230)	(2.788)	(3.345)	(1.673)	(1.115)
Financiamento BNDES	(210.063)	Variação da TJLP	6,75%	(14.179)	(17.724)	(21.269)	(10.634)	(7.090)
1 + 2 – Exposição líquida	(305.522)			(20.282)	(25.354)	(30.423)	(15.212)	(10.141)

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/03/2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	4.593	-	4.593
Aplicações financeiras	5	24.339	13.984	-	38.323
Contas a receber de clientes	6	-	120.872	-	120.872
Total		24.339	125.465	-	163.788
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	22.542	22.542
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	-	348.360	348.360
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	-	-	28.968	28.968
Outras contas a pagar		-	-	3.190	3.190
Total		-	-	403.060	403.060

(i) Mudança na classificação dos instrumentos financeiros conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 09 descrito na nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Para os empréstimos, financiamentos e debêntures o comparativo entre o valor contábil e valor justo de é demonstrado abaixo:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	100.206	106.394	101.791	106.258
Projeto BNDES	261.020	336.733	267.134	391.961
	<u>361.226</u>	<u>443.127</u>	<u>368.925</u>	<u>498.219</u>

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

Notas Explicativas

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 30.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2017) para danos materiais, R\$ 100.000 (R\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2017) para responsabilidade civil e R\$ 236.034 (R\$ 237.632 em 31 de dezembro de 2017) para executante concessionário.

21 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Companhia	27.601	30.228
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro básico por ação - R\$	0,12	0,14
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	27.601	30.228
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	221.673	221.673
Lucro diluído por ação - R\$	0,12	0,14

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 0,5% (meio por cento), do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Também há o compromisso de repasse dos valores cobrados dos usuários referente à taxa de utilização dos recursos hídricos, que corresponde a 0,2395%, calculados sobre o valor de água faturado mensal.

23 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

Notas Explicativas

24 Eventos subsequentes

Em 06 de abril de 2018, a Companhia pagou aos acionistas dividendos intermediários referente à exercícios anteriores no montante de R\$ 25.000 aprovados na reunião do conselho de administração realizada em 23 de outubro de 2017.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS 010387/O5S-RJ

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas e administradores da

Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

São Pedro da Aldeia - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP180482/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sociedade por ações com sede na Rodovia Amaral Peixoto, Km 107, quadra 20, lote 09, Bairro Balneário, no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28948-834 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Pedro da Aldeia/RJ, 14 de maio de 2018.

CARLOS HENRIQUE PAGANETTO ROMA JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

FLÁVIO MARTINS TARCHI CRIVELLARI

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

THIAGO AUGUSTO MAZIERO

DIRETOR EXECUTIVO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sociedade por ações com sede na Rodovia Amaral Peixoto, Km 107, quadra 20, lote 09, Bairro Balneário, no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28948-834 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada; São Pedro da Aldeia/RJ, 14 de maio de 2018.

CARLOS HENRIQUE PAGANETTO ROMA JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

FLÁVIO MARTINS TARCHI CRIVELLARI

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

THIAGO AUGUSTO MAZIERO

DIRETOR EXECUTIVO